DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2007

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Mensagem do Conselho de Administração 4
- A Docapesca no Sector das Pescas 7
- Perspectivas 9
- Governo de Sociedade 10
- Proposta de Aplicação de Resultados 30
- Agradecimentos 31
- Balanço e Demonstração de Resultados 32
- Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados 37
- Síntese da Actividade 75
- Factos Relevantes 79
- Performance da Docapesca 86
    - Análise Económico-financeira 87
    - Recursos Humanos 97
    - Estatística 104
    - Exploração 118
    - Comercial e Marketing 121
    - Informática 126
    - Investimentos 127

RELATÓRIO

DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A., tem por Missão "Actuar nos negócios da Pesca e no seu mercado, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e Sociedade."

É com esta visão que a Docapesca tem actuado.

No decurso de 2007 a Docapesca reforçou as acções de captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado e para esse efeito foi realizado um estudo de mercado sobre a sardinha e carapau (chicharro, carapau negrão, carapau do mediterrâneo). Com este estudo procurou-se apoiar a produção nacional na colocação das espécies mais representativas em termos de volume descarregado nos portos e lotas nacionais.

Destacamos como grandes factores de valor acrescentado a melhoria acentuada nos serviços prestados aos armadores / pescadores e comerciantes de pescado, a harmonização de procedimentos, a obtenção de economias de escala e sinergias, com a redução do número de delegações, o pagamento pontual a armadores e pescadores das vendas em lota e a cobrança destas, o apoio a aquisições em lota por indústrias de conservas e congelação, os adiantamentos sobre as vendas em lota aos armadores, evitando as paragens de frota, assim como o registo estatístico de todo o pescado transaccionado.

Este ano foi um marco importante na vida da Docapesca pela viragem muito significativa nos resultados da empresa, bem espelhados na performance financeira. O resultado negativo apurado de 928.611,06 Euros é cerca de três vezes menor do que o aprovado pelo accionista Estado na Assembleia Geral de 30 de Maio de 2007, em que aprovou 2.811.596 Euros.

Tal resultado foi possível não só pelo aumento do pescado transaccionado em lota, mas também pelo contínuo esforço de contenção dos custos de funcionamento, por via, inclusivamente, da redução do número de delegações e, por consequência, também do número de trabalhadores (actualmente 561), em linha com a estratégia definida no sentido de tornar a estrutura orgânica mais apta para responder aos desafios que lhe irão ser colocados num futuro muito próximo.

Quanto à Inovação, a Docapesca retomou este eixo de actuação como uma das prioridades da empresa, assentando na actualização do sistema de venda em Lota (ICL), na melhoria do programa de estatística que faz a compilação de todos os dados do pescado transaccionado em lota, dos armadores e compradores, assim como procedeu ao alargamento do sistema de leilão electrónico a postos de vendagem.

Outro eixo fundamental de actuação, na prestação do nosso serviço, foi o início da implementação do HACCP, que consiste em implementar, nas lotas, metodologias de controlo baseadas nos princípios HACCP (*Hazard Analysis and Control of Critical Points*) para reforçar a segurança alimentar. No fundo, trata-se de um sistema concebido para analisar e controlar os riscos sanitários associados a produtos alimentares, de forma a aumentar ainda mais a qualidade do pescado que sai das lotas.

Também 2007 fica marcado pelo lançamento do "Certificado de Compra em Lota", um projecto concebido pela Docapesca cujo objectivo fundamental é a identificação do pescado transaccionado nas lotas do continente português, junto do consumidor final. Este é um dos projectos que se enquadram na estratégia da Docapesca na valorização do pescado.
Este projecto tem sido apresentado às organizações de Produtores e às Câmaras ribeirinhas, que o têm apoiado bastante e têm reconhecido no mesmo grandes benefícios.

Os trabalhadores, como pilar essencial da empresa aderiram de forma entusiasta às acções de formação. Tivemos em sala cerca de 250 participações, que se traduziram em mais de 2.600 horas em sala, com formação interna e externa.

Impõe-se ainda uma referência aos dossiers em aberto, pelos impactos negativos na empresa, relativos ao encerramento do Porto de Pesca, Lota e Mercado de 2ª Venda de Pedrouços em Lisboa, e ao contencioso com entidades portuárias.

Finalmente, o Conselho de Administração aguarda a solução para o futuro da Empresa, que será tomada pelo Accionista, a curto prazo, com base no estudo oportunamente mandado elaborar e colocado em debate público pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.
A DOCAPESCA NO SECTOR DAS PESCAS

A DOCAPESCA NO SECTOR DAS PESCAS

No relatório de gestão do ano transacto, escrevemos:

" A Docapesca está inserida num sector de actividade em declínio e encontra-se constrangida pelo seu enquadramento entre as entidades portuárias e os produtores de pescado (armadores / pescadores), onde enfrenta factores que limitam a sua racionalidade económica."

O ano 2007 revelou-nos, porém, um novo desafio. O accionista único, o Estado, questionou a valia da própria sociedade, não só do ponto de vista estritamente económico como também no âmbito da sua intervenção no Sector das Pescas.

Tudo teve que ser repensado, desde o percurso histórico (50 anos), a missão da empresa, a forma de prestação do seu principal serviço (1ª venda de pescado em lota), o enquadramento legal, a responsabilidade social, a relação com os seus parceiros, a representação geográfica e, no limite, a sua própria existência.

Sabemos que a Docapesca nunca se mostrou visível perante o público em geral, porque:

- Nunca teve necessidade de publicitar o seu serviço de primeira venda, porque definido obrigatoriamente por lei;
- Não tem concorrência dentro do espaço continental;

contudo, todas as entidades do Sector das Pescas, e aquelas que com ele se relacionam, conhecem-na bem.

Ao accionista coube a tarefa de apresentar soluções futuras, o que fez através da publicação das conclusões de um estudo por si encomendado e desenvolvido pela Tecninvest.

Aos parceiros da empresa coube a tarefa de se manifestarem, organizando-se de forma a delinear um rumo coerente para uma definição do que esperam da Docapesca no futuro.

Assim, a Docapesca foi beneficiária de um estudo qualificado sobre a sua actividade, evidenciando os pontos fortes e as suas fraquezas, numa análise comparada com empresas similares dentro da União Europeia, que serve de guia para um desenvolvimento futuro do seu negócio, e de um estudo de mercado, promovido pelas entidades que com ela se relacionam, que mostra o que dela pretendem, quer ao nível da prestação de serviços, quer ao nível da remuneração dos mesmos.

Por fortuna de mar e bom clima, as descargas de pescado em lota sofreram em 2007 um incremento que, em valor, se aproximou dos 13%, originando um acréscimo de proveitos superior a 1,2 milhões de Euros, sem que fosse necessário maior custo, facto que, a par com a contínua e rigorosa política de redução de custos, contribuiu para a obtenção de um resultado líquido do exercício três vezes melhor que o do ano transacto.

PERSPECTIVAS

O futuro da Docapesca encontra-se pendente da decisão do accionista, que se espera para muito breve.

Face ao amplo consenso das entidades do Sector das Pescas, admite-se que a Docapesca deva prosseguir a sua actividade, assumindo o accionista o encargo de a dotar dos meios necessários para a sua reorganização estrutural e funcional e de um enquadramento legal que lhe permita equilíbrio financeiro e um relacionamento estável e justo com os seus parceiros institucionais (Administrações Portuárias, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e Municípios).

3. GOVERNO DE SOCIEDADE

1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

MISSÃO

Actuar nos negócios do sector da Pesca e no seu mercado, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

IMAGEM E VALORES

Âncora no sector da pesca, seu motor de inovação e desenvolvimento e garante da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valores que a Docapesca ambiciona realizar e sustentar, através:

- da inovação (novos métodos e processos, novos negócios e competências);
- do Investimento em responsabilidade social, sobretudo nas localidades tradicionalmente dependentes da pesca extractiva e em pequenas comunidades de armadores/pescadores, em responsabilidade ambiental e cívica e em qualidade e segurança alimentar (com a introdução da normalização, certificação e rastreabilidade dos produtos do mar e a garantia de condições higio-sanitárias)
- e da Cooperação, inspirando confiança, por conduta exemplar, no trabalho em equipa e nas relações contratuais e negociais.

Face à envolvente legal e aos constrangimentos induzidos pelos seus parceiros públicos (Administrações Portuárias e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – IPTM), a Docapesca regista um enorme e crescente desequilíbrio na sua Exploração, pelo que tem dado especial ênfase, desde 2003 (altura em o Accionista decidiu pela amputação de 30% do negócio rentável da empresa, sem as contrapartidas indemnizatórias correspondentes), a um objectivo nuclear que se resume ao reconhecimento pelo seu accionista único (Estado) de que o futuro da Empresa depende da decisão do mesmo.

O Conselho de Administração aguarda essa mesma decisão, anunciada para o final do mês de Março de 2008.

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA 2007

Os objectivos de gestão estabelecidos pela tutela para 2007 foram atingidos, tendo mesmo sido ultrapassados devido ao incremento das vendas em lota e também à política de redução de custos.

Aquele incremento teve causas exógenas à Docapesca, e por isso não controláveis e de difícil previsão, onde se destacam as influências meteorológicas e a abundância de peixes pelágicos.

Perante este crescimento das descargas e das vendas em lota, a Docapesca pautou a sua gestão, tal como vem fazendo há mais de duas décadas, pela criteriosa utilização dos recursos, sobretudo humanos, beneficiando de um elevado ganho marginal, que se traduziu na redução do seu prejuízo anual.

Este crescimento da oferta em lota foi atentamente seguido pelas estruturas produtivas da Docapesca – as Delegações, que procuraram minimizar os riscos da descida abrupta do preço formado em lota, face à abundância.

A conjugação dos dois métodos de venda em lota (por leilão e por contrato) e a intervenção das Organizações de Produtores, foram determinantes para o escoamento das espécies mais abundantes, e também para assegurar o incremento da intervenção dos compradores em lota.

Por segmentos de pesca, mostra-se que em todos eles houve um aumento do preço médio formado em lota.

» PESCA DO ARRASTO «

ANO	VOL.PESCADO (ton)	VAL.PESCADO (m€)	PRECO MÉDIO
2006	18.288,4	35.333,0	1,93
2007	16.273,7	36.683,4	2,25
Variação Anual	**-11,02%**	**3,82%**	**16,68%**

» PESCA POLIVALENTE «

ANO	VOL.PESCADO (ton)	VAL.PESCADO (m€)	PRECO MÉDIO
2006	30.869,7	96.741,2	3,13
2007	30.815,5	103.208,4	3,35
Variação Anual	**-0,18%**	**6,69%**	**6,87%**

» PESCA DO CERCO «

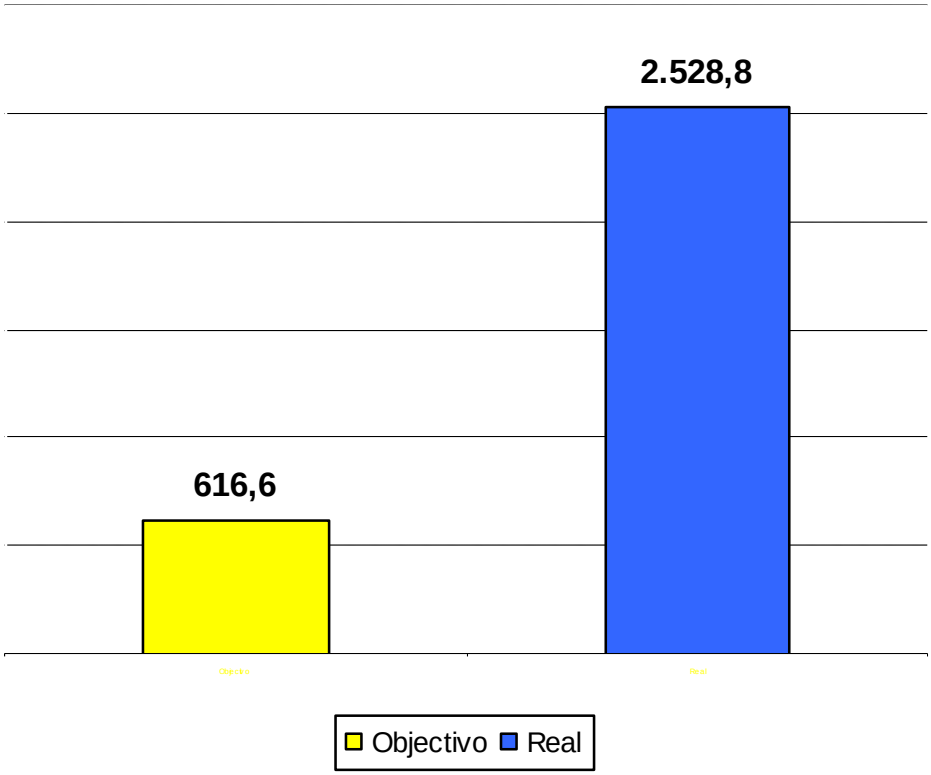
ANO	VOL.PESCADO (ton)	VAL.PESCADO (m€)	PRECO MÉDIO
2006	60.808,9	35.068,4	0,58
2007	77.909,1	48.526,7	0,62
Variação Anual	**28,12%**	**38,38%**	**8,00%**

Devido ao significativo peso da pesca do cerco nas quantidades descarregadas e ao seu baixo preço médio de venda, os dados agregados apresentam-se menos optimistas.

» EBITDA «

	VALORES EM MILHARES DE EUROS
Instrumentos previsionais de gestão	835,06
Objectivo de gestão	900,00
Real	**2.528,83**

Em milhares de euros

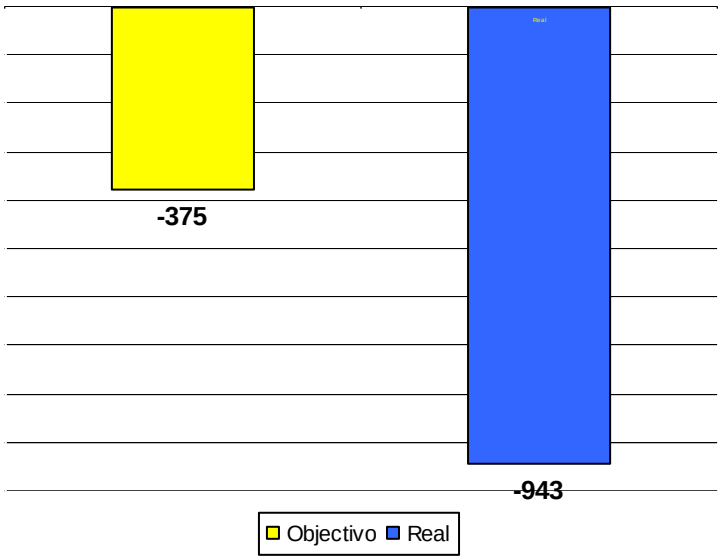


O acréscimo do valor do pescado transaccionado, conjugado com uma utilização mais intensiva das instalações e dos meios humanos e materiais da Docapesca, permitiu que o objectivo EBITDA de, pelo menos, 900 mil Euros, fosse largamente ultrapassado.

» CUSTOS OPERACIONAIS «

	VALORES EM MILHARES DE EUROS
Em 2006	30.022,17
Em 2007	29.079,62
Redução dos Custos Operacionais	**-3,14%**

Mil Euros



O segundo objectivo traçado consistia na redução dos Custos Operacionais em, pelo menos, 1,25% relativamente a 2006. Foi também largamente ultrapassado, já que se conseguiu uma redução de 3,14%. Em números absolutos, o objectivo era o de reduzir os Custos Operacionais em 375 mil Euros e a Docapesca reduziu-os em 943 mil Euros.

Em relação às restantes actividades, conexas com a primeira venda de pescado em lota, a actuação da Docapesca atendeu a duas ordens de factores, que condicionaram o seu crescimento:

- A fraca capacidade de crédito manifestada pelos operadores, sobretudo os armadores, que obrigou a um reforço no controlo das vendas, com uma contracção do seu crescimento;

- A crescente degradação verificada na relação com os parceiros, que se espera passageira, mas inevitável no actual processo de determinação do futuro da Docapesca.

PROVEITOS OPERACIONAIS DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS	VALORES EM MILHARES DE EUROS
Em 2006	12.511,90
Em 2007	12.110,01
Variação dos Proveitos Comerciais	**-3,21%**

INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS

Foram iniciadas diligências entre a Docapesca e o IPTM no sentido de ultrapassar o actual contencioso relacionado com as Taxas de Movimentação de Pescado, no valor global de 7,74 milhões de Euros, sem juros.

Esta questão foi equacionada em três espaços temporais – o passado, o futuro próximo e o futuro a médio prazo. Concentrando o esforço no período caracterizado por futuro próximo, a Docapesca e o IPTM delinearam um possível protocolo que não teve ainda sequência, em grande parte devido à necessidade de completo esclarecimento sobre o futuro da própria Docapesca.

Desde Abril de 2007 que a Secretaria de Estado da Agricultura e das Pescas e a Secretaria de Estado dos Transportes têm vindo a ter contactos no sentido de encontrar uma solução para o diferendo em causa, cuja origem remonta ao ano 2000, aguardando-se para breve a resolução.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- Estatutos da Empresa (Decreto-Lei nº 107/90, de 27 de Março).
- Regime legal da 1ª venda de pescado, fresco e refrigerado (Decreto-Lei nº 81/2005, de 27 de Janeiro).
- Regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria nº9/89, de 4 de Janeiro).
- Regulamentos internos de funcionamento das lotas.
- Normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora da lota (Portaria nº 197/2006, de 23 de Fevereiro).
- Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e o licenciamento das lotas (Portaria nº 506/89, de 5 de Julho).
- Legislação sobre bens do domínio público (Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro e Lei nº 16/2003, de 4 de Julho).
- Taxas de 1ª Venda (Decreto-Lei nº 255/77 com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 339/77 de 18 de Agosto, 174/79,de 7 de Junho e 307/79, de 20 de Agosto, Portaria nº 541/82, de 29 de Maio).
- Contratos de concessão dos portos de pesca de Matosinhos, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Contratos de exploração das fábricas de gelo de Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.
- Acordo de empresa (BTE I Série nº 24 de 29.06.06).
- Comissões consultivas (Decreto-lei nº 243/98 de 7 de Agosto).
- Regulamento (CE) Nº582/2004 de 29 de Abril – Higiene dos Géneros Alimentícios.
- Regulamentos de exploração dos entrepostos frigoríficos.
- Contratos de sub-concessão da 1ª venda de pescado (Postos de Vendagem).
- Prestação de informação estatística sobre as descargas e vendas em lota.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa não tem entidades relacionadas

4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES

Para a consulta ao mercado e a aquisição de obras, bens e serviços, a Docapesca cumpre, como previsto por lei, o Decreto-lei nº 59/99 – Empreitadas e Obras Públicas.

Para a aquisição corrente de bens e serviços a Docapesca cumpre o Decreto-lei nº 197/99, embora seja de aplicação não obrigatória. Contudo, nos projectos de investimento co-financiados, a Docapesca cumpre, como deve, o referido Decreto-lei nº 197/99.

Existe uma norma interna que atribui competência aos responsáveis pelos Órgãos da Estrutura Primária da Docapesca (Direcções e Delegações) para a realização de investimentos até ao montante de 12.500 Euros e de aquisição de bens e serviços previamente aprovados no Orçamento Anual de Exploração.

Os contratos celebrados com fornecedores e outras entidades são obrigatoriamente assinados por dois membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração pode, no entanto, conceder poderes limitados de representação / procuração a trabalhadores da empresa ou a terceiros.

Os documentos comprovativos das aquisições de bens e serviços são validados pelos responsáveis com poderes para a sua realização.

5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
	Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Maria de Fátima A.A. Nepomuceno da Silva	26/04/2005	2005/2007
Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	26/04/2005	2005/2007
Secretária	Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	26/04/2005	2005/2007
	Conselho de Administração		
Presidente	Joaquim Francisco Travanca Ortiz	26/04/2005	2005/2007
Vogal	Nelson Jorge dos Santos Godinho Parreira	26/04/2005	2005/2007
Vogal	João Manuel de Sousa Santos Reis	26/04/2005	2005/2007
	Fiscal Único		
	Abreu & Cipriano, Auditores, SROC		
Efectivo	João Amaro Santos Cipriano	26/04/2005	2005/2007
Suplente	Carlos Alberto Santos Reis	26/04/2005	2005/2007
	Comissão de Fixação de Remunerações		
Presidente	Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar	31/03/1997	
Vogal	Américo Alves Cabaça da Cruz	02/04/1991	
Vogal	Pedro Albuquerque de Matos Antunes Ferraz	29/03/1996	

A Docapesca contratou os serviços da Deloitte e Associados, SROC, para proceder à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2007.

Os membros do Conselho de Administração são executivos e têm sob a sua responsabilidade os seguintes pelouros:

Presidente – Joaquim Francisco Travanca Ortiz

- Direcção Financeira
- Direcção de Infraestruturas e Manutenção
- Delegações

Vogal (1) – Nelson Jorge dos Santos Godinho Parreira

- Direcção de Informática
- Direcção de Recursos Humanos
- Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso

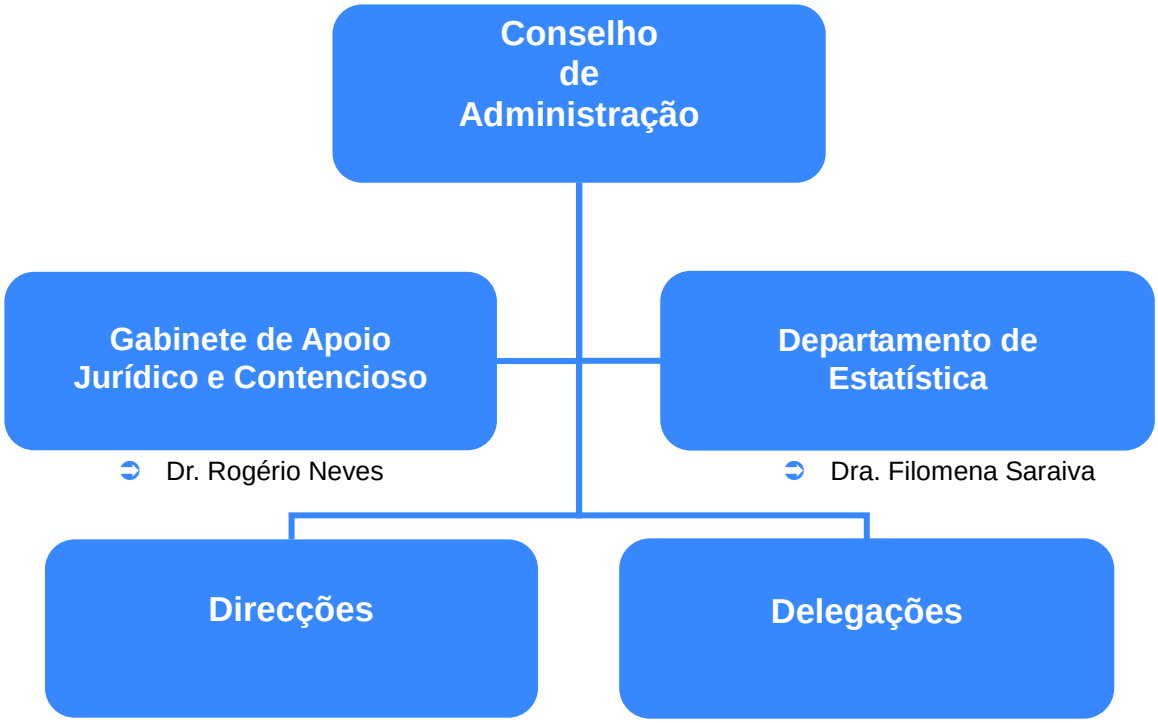
Vogal (2) – João Manuel de Sousa Santos Reis

- Direcção Comercial e Marketing
- Direcção de Exploração
- Departamento de Estatística

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se regularmente pelo menos uma vez por mês.

No ano de 2007, o Conselho de Administração reuniu 19 vezes.

ORGANOGRAMA DA DOCAPESCA



- Comercial e Marketing – Dra. Ana Paula Queiroga
- Exploração – Eng. Humberto Carrapato
- Financeira – Dr. Pedro Ferreira
- Informática - Eng. Wagner Reis
- Infraestruturas e Manutenção – Eng. António Delicado
- Recursos Humanos – Dr. João Pólvora

- Viana do Castelo – Sr. Augusto Costa
- Póvoa de Varzim – Dr. Eurico Martins
- Matosinhos – Dr. Vasco Fernandes
- Aveiro – Engª. Helena Cardoso
- Figueira da Foz – Sr. Vítor Nogueira
- Centro – Sr. Joel Cavalheiro
- Centro Sul – Eng. Teixeira da Cruz
- Sines – Sr. Francisco Venturinha
- Barlavento Algarvio – Sr. Carlos Vital
- Sotavento Algarvio – Sr. Formosinho Sanchez

6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente — Senha de presença no valor de 505,85 Euros;
- Vice-Presidente — Senha de presença no valor de 304,43 Euros
- Secretário — Senha de presença no valor de 259,33 Euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

- Presidente — Remuneração de 3.719,08 Euros, 14 vezes por ano;
  Despesas de Representação 1.301,68 Euros, 12 vezes por ano;
  Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações

- Vogais — Remuneração de 3.233,98 Euros, 14 vezes por ano;
  Despesas de Representação 970,19 Euros, 12 vezes por ano;
  Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações

FISCAL ÚNICO

Remuneração por serviços prestados de revisão legal de contas – 1.135 Euros por mês.

REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2006

Euros

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base	52.067	45.276	45.276
1.2. Pagamentos de Férias não gozadas	2.975	1.294	0
1.3. Despesas de Representação	14.318	10.672	10.672
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Gastos de utilização de telefones	2.732	1.162	2.252
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	0	40.000	0
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	3.186	1.611	3.116
2.4. Deslocações e Estadas	2.996	651	952
2.5. Portagens e Estacionamentos	1.255	593	1.680
2.6. Conservação da viatura	1.653	1.201	4.082
2.7. Despesas de Representação	4.739	2.428	4.895
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Segurança social obrigatório	8.421	0	9.621
3.2. Seguros de Saúde	146	146	146
3.3. Seguros de Acidentes de Trabalho	651	531	516
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais	251	214	214
3.5. Seguro Automóvel	1.416	1.266	2.395
4. Informações adicionais			
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Não	Não	Não
4.2. Regime de segurança social	Normal	CGA	Normal
4.3. Cumprimento do nº7 da RCM 155/2005	Sim	Sim	Sim
4.4.Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005	2006	2000
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço	Não	Não	Não
4.6. Usufruto de casa de função	Não	Não	Não
4.7. Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não

REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2007

Euros

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base	52.067	45.276	45.276
1.2. Pagamentos de Férias não gozadas	2.851	0	0
1.3. Despesas de Representação	15.620	11.642	11.642
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Gastos de utilização de telefones	2.243	1.196	1.764
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	0	0	0
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.573	3.004	2.987
2.4. Deslocações e Estadas	6.981	3.115	159
2.5. Portagens e Estacionamentos	1.582	524	1.710
2.6. Conservação da viatura	1.846	548	1.460
2.7. Despesas de Representação	5.635	1.210	5.730
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Segurança social obrigatório	8.403	0	9.621
3.2. Caixa Geral de Aposentações	0	2.364	0
3.3. Seguros de Saúde	150	150	150
3.4. Seguros de Acidentes de Trabalho	577	465	465
3.5. Seguros de Acidentes Pessoais	266	234	234
3.6. Seguro Automóvel	1.415	1.321	778
4. Informações adicionais			
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Não	Não	Não
4.2. Regime de segurança social	Normal (*)	CGA	Normal
4.3. Cumprimento do nº7 da RCM 155/2005	Sim	Sim	Sim
4.4. Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005	2006	2000
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço	Não	Não	Não
4.6. Usufruto de casa de função	Não	Não	Não
4.7. Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não

(*) Pensionista

FISCAL ÚNICO

Euros

	2006	2007
Abreu & Cipriano, Auditores SROC	13.620	13.620

7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A estratégia da Docapesca – Portos e Lotas, S.A. visa assegurar, de forma eficiente, a gestão da primeira venda de pescado fresco e refrigerado, geralmente efectuada em lota.

As orientações gerais para o sector das pescas constam do respectivo plano sectorial, denominado Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007 – 2013.

A actividade da Empresa está condicionada, fundamentalmente, pelo volume de capturas de pescado, com reflexos significativos nos seus resultados operacionais e pelas crescentes exigências comunitárias em matéria de condições higio-sanitárias de funcionamento das lotas e dos entrepostos frigoríficos.

A Docapesca é uma empresa de capitais exclusivamente públicos à qual a legislação em vigor confere o exclusivo do serviço público da primeira venda de pescado fresco e refrigerado no espaço continental de Portugal.

No contexto actual, que obriga a maioria dos produtores a apresentar a sua produção para venda em lota, a disponibilização dos serviços destas é equiparado a um serviço público e a sua operacionalidade tem que estar garantida.

A Docapesca é associada da EAFPA (Associação Europeia de Portos e Lotas) e pretende posicionar-se como parceiro responsável e activo na prossecução da politica de pesca ditada pela estratégia marítima das pescas da União Europeia, servindo a apoiando as posições expressas por Portugal.

A Docapesca, alinhando a sua actuação pelos princípios defendidos pela EAFPA, pretende garantir que as lotas são fundamentais para a formação de um preço justo e concorrencial para o pescado fresco e refrigerado e introduzem elevados padrões de qualidade higio-sanitária e ambiental na primeira fase do seu processo de comercialização.

A prestação de serviços através da exploração de lotas onde é promovida a primeira venda do pescado está orientada para a valorização do pescado capturado pelos produtores da pesca extractiva e é complementada pela acção de centralização e credibilização, a nível interno e externo, do sistema de apuramento das estatísticas nacionais de capturas/descargas e pela aplicação e controlo das regras higio-sanitárias sobre os produtos do mar, até à sua entrega aos comerciantes de pescado.

A Docapesca iniciou a implementação do sistema HACCP nas lotas licenciadas (dotadas de Número de Controlo Veterinário – NCV), na sequência do que já tinha acontecido antes com os Entrepostos Frigoríficos de Matosinhos e Peniche e da Câmara Frigorifica nº 10 do Entreposto Frigorífico de Lisboa.

A implementação deste sistema é vital para o cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis aos estabelecimentos onde se processam quaisquer operações de produtos alimentares ou, melhor dizendo, para a segurança alimentar, no que se refere ao pescado.

Desde há alguns anos, a Docapesca já vinha efectuando vários controlos bacteriológicos a alguns parâmetros, nomeadamente na água salgada e no gelo (neste último caso, ainda sem uma calendarização rigorosa). Em 2007, o controlo bacteriológico tornou-se sistemático em algumas lotas e em 2008 será generalizado a todos os estabelecimentos detidos pela Docapesca dotados de NCV e estender-se-á também aos controlo bacteriológico da água doce, actualmente apenas efectuado na Delegação de Lisboa.

Dentro deste programa, precedeu-se à adjudicação da implementação de sistemas de HACCP que já está a decorrer de acordo com a calendarização prevista.

Ainda neste âmbito, e dada a inevitabilidade do reforço das boas práticas a que os sistemas HACCP conduzem, foi introduzido em 2007 nas fábricas de gelo e nos postos de abastecimento de combustível das delegações onde tais serviços existem, o Livro de Reclamações, que se estenderá, já no inicio de 2008, aos restantes serviços prestados pela Docapesca, incluindo as lotas.

No âmbito da primeira venda de pescado em lota, a Docapesca visa, acima de tudo, ser reconhecida pelos produtores e associações de produtores da pesca extractiva como a melhor alternativa para a colocação dos produtos da pesca no mercado, beneficiando do apoio da empresa nas operações de descarga, recepção, pesagem, classificação, leilão e garantia de pagamento.

A Docapesca garante, através da gestão centralizada das lotas do continente, a interacção, no melhor interesse dos produtores, nos diferentes locais que estes determinem para as operações de descarga, da venda e do seu tratamento administrativo, do pagamento e da prestação de contas aos produtores.

A Docapesca acompanha a evolução das politicas da pesca e colabora na sua implementação como veículo da informação (e da sua compreensão), tirando partido da proximidade dos produtores/pescadores, que se pretende consolidar através da elaboração de um manual de procedimentos onde os seus trabalhadores actuem como difusores fidedignos da legislação e dos objectivos fixados pelo Governo.

A principal meta fixada pela Empresa é de aumento do valor do pescado transaccionado em lota por forma a incrementar o rendimento disponível dos produtores e melhorar os salários dos pescadores, o que, no cenário perspectivado pela União Europeia de actuação com planos de recuperação e gestão dos recursos da pesca extractiva limitadores de capturas, só será possível através da valorização do preço pago em lota pelos comerciantes de pescado.

Neste sentido, e reconhecendo que os comerciantes de pescado são, de forma desproporcionada, os beneficiários da maior margem de comercialização do pescado fresco, a Docapesca pretende obter conhecimento sobre o mercado de comercialização dos produtos da pesca e definir novas regras para a aplicação nas lotas que induzam os comerciantes na prática de licitações a preço justo.

A Docapesca segue também outro caminho estratégico, fora do âmbito estrito da primeira venda em lota, embora correlacionado (que define como área comercial), que visa fornecer bens e serviços aos produtores e aos comerciantes e, numa perspectiva não comercial, assegurar o cumprimento de obrigações perante o Estado, substituindo-se aos agentes económicos que deles beneficiam, nomeadamente Administração Fiscal, Segurança Social, Direcção Geral das Pescas e Aquicultura e Instituto Nacional de Estatística.

O fornecimento destes bens e serviços está orientado para a obtenção de uma rentabilidade reduzida e visa tornar disponíveis, de forma eficiente e imediata, os bens e serviços que habitualmente são consumidos pelos produtores, num espectro vasto que inclui aprestos de pesca, combustíveis, lubrificantes e baterias, artigos de protecção e salvamento, serviços de apoio em terra e de observadores independentes a bordo (zona NAFO), entre outros e com condições de pagamento adequadas à diária valorização da sua produção.

Nesta segunda actividade, que também inclui a cedência de instalações para diferentes usos, a Docapesca pretende contribuir para que os produtores minimizem os tempos de paragem para reapetrechamento, disponham de equipamentos de salvaguarda da vida no mar, devidamente inspeccionados, melhorem as condições de vida a bordo e cumpram o código europeu de boas práticas para uma pesca sustentável e responsável, complementando ainda a sua oferta, nas situações que envolvem obras de conservação dos cascos e restante estrutura dos navios de pesca e dos motores, com a disponibilização de recursos financeiros a reembolsar no futuro com o produto das vendas de pescado em lota.

Esta meta é atingida plenamente, embora limitada pelos recursos próprios disponíveis da Docapesca.

A Docapesca identifica a actividade acima descrita no conjunto das políticas de responsabilidade social.

A Docapesca dispõe de um sistema de avaliação do desempenho por mérito, certificado por uma comissão de avaliação, presidida por um Administrador executivo.

No âmbito da protecção ambiental, a Docapesca investe nos pontos de recolha selectiva dos resíduos produzidos nas lotas e pretende colaborar em campanhas dirigidas aos produtores e pescadores no sentido da promoção da gestão dos resíduos gerados a bordo.

A Docapesca tem investido em soluções técnicas de automatização dos seus meios de movimentação do pescado, dentro das lotas e nas zonas operativas adjacentes, na concepção e divulgação de embalagens reutilizáveis destinadas a acondicionar produtos da pesca e na informatização dos leilões e do subsequente tratamento administrativo com uma integração a nível nacional.

Estas soluções permitiram, a par da redução da actividade nas lotas, a contínua redução do número de trabalhadores efectivos ao serviço a Empresa. Por um lado, ao longo dos últimos 20 anos, a Docapesca foi crescendo por incorporação de outras actividades, como sejam fábricas de gelo, os mercados de 2ª venda, os novos armazéns de comerciantes e de aprestos para armadores, a venda de mercadorias e revenda de gasóleo, sem aumento do seu quadro de pessoal.

Esta politica de gestão dos recursos humanos permitiu a contenção dos seus custos, mas revela-se agora esgotada porque contribuiu para o envelhecimento dos trabalhadores (idade média de 50 anos e antiguidade média de 25 anos) e para a manutenção de elevado número de trabalhadores com baixo nível de escolaridade, manifestamente desajustado face aos desafios que se perspectivam no futuro próximo.

É estratégico para a salvaguarda da competitividade da Empresa que se dê inicio à renovação do quadro de pessoal, integrando novos trabalhadores com habilitações suficientes para sustentar o desenvolvimento de novas tecnologias e para apoiarem o esforço, já em curso, de melhor formação e de reconhecimento das competências dos actuais trabalhadores.

A Docapesca enfrenta riscos em dois planos distintos:

- Apreciação do accionista único sobre o custo/benefício do investimento do Estado no modelo actual de funcionamento da empresa e na promoção das condições que poderão conduzir ao equilíbrio da sua exploração.

  Neste plano é relevante a relação institucional e económica entre a Docapesca e as autoridades portuárias.

- Redução da sua actividade principal por via da redução do esforço da pesca, que a empresa antecipa procurando novas oportunidades de negócio que contribuam para a valorização do pescado junto dos produtores, sempre no pressuposto de que poderá obter importantes sinergias, económicas e financeiras, enquanto entidade gestora das lotas do continente.

8. AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A dimensão e a especificidade (prestação de serviço público) da Empresa e, sobretudo, a incerteza quanto à sua manutenção, levaram à não formalização sistemática dos Princípios de Bom Governo e, consequentemente, à não avaliação do respectivo cumprimento, embora, como sempre, todos os actos de gestão tivessem em conta tais princípios, como não poderia deixar de ser, visto tratar-se de uma empresa com capitais públicos, cujo único accionista é o Estado.

9. APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

A Docapesca está a estudar a sua adesão a um código de Ética

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2007 com um resultado negativo de 928.611,06 Euros.
Estes resultados são apresentados de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC).
O Conselho de Administração propõe que o resultado seja levado à conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Por último manifestamos os nossos agradecimentos aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, das Finanças e da Administração Pública, e respectivos Organismos, bem como aos nossos trabalhadores pela dedicação e profissionalismo demonstrado, aos nossos clientes pela cooperação prestada e aos Sindicatos pela colaboração evidenciada.

Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pelo apego demonstrado no desempenho das suas funções.

Lisboa, 17 de Março de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Francisco Travanca Ortiz

Dr. Nelson Jorge dos Santos Godinho Parreira

Dr. João Manuel de Sousa Santos Reis

BALANÇOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

montantes expressos em Euros

Activo	Notas	EXERCICIOS			
		2007			2006
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO:					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	10	294.789,81	294.789,81	0,00	0,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	10	912.511,75	884.987,82	27.523,93	166.866,04
		1.207.301,56	**1.179.777,63**	**27.523,93**	**166.866,04**
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	10,12 e 13	54.799.928,45	36.429.740,72	18.370.187,73	18.767.918,19
EQUIPAMENTO BÁSICO	10,12 e 13	17.439.839,15	13.584.933,05	3.854.906,10	4.262.640,22
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	10 e 15	642.128,26	501.301,61	140.826,65	212.038,87
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10	181.818,11	168.431,74	13.386,37	15.982,59
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10	4.115.462,36	3.524.122,44	591.339,92	785.985,00
TARAS E VASILHAME	10	473.756,80	304.032,21	169.724,59	134.039,69
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	10	243.488,24	218.515,31	24.972,93	16.404,12
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	10	3.390.707,06	0,00	3.390.707,06	2.035.943,17
		81.287.128,43	**54.731.077,08**	**26.556.051,35**	**26.230.951,85**
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10	203.730,07	4.570,45	199.159,62	25.366,92
		203.730,07	**4.570,45**	**199.159,62**	**25.366,92**
CIRCULANTE:					
EXISTÊNCIAS:					
MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	41	118.033,63	0,00	118.033,63	129.494,67
PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	42	1.901,13	0,00	1.901,13	8.539,70
MERCADORIAS	41	501.988,80	0,00	501.988,80	424.842,56
		621.923,56	**0,00**	**621.923,56**	**562.876,93**
DÍVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO:					
CLIENTES C/C		3.858.002,91	0,00	3.858.002,91	4.494.110,22
CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	21 e 23	4.173.707,46	3.910.965,60	262.741,86	484.315,12
FORNECEDORES C/ ADIANTAMENTOS		7.137,67	0,00	7.137,67	4.085,18
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	48	226.894,45	0,00	226.894,45	179.215,25
OUTROS DEVEDORES	21, 23 e 49	10.195.957,30	2.376.486,03	7.819.471,27	7.247.280,76
		18.461.699,79	**6.287.451,63**	**12.174.248,16**	**12.409.006,53**
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:					
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		1.798.690,63	0,00	1.798.690,63	1.023.549,03
CAIXA		162.371,34	0,00	162.371,34	297.713,87
		1.961.061,97	**0,00**	**1.961.061,97**	**1.321.262,90**
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	51	145.064,11	0,00	145.064,11	210.591,86
CUSTOS DIFERIDOS	51	424.774,98	0,00	424.774,98	744.411,54
		569.839,09	**0,00**	**569.839,09**	**955.003,40**
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			**55.915.425,16**		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS	21		**6.287.451,63**		
TOTAL DO ACTIVO		**104.312.684,47**	**62.202.876,79**	**42.109.807,68**	**41.671.334,57**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BALANÇOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

montantes expressos em Euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2007	2006
CAPITAL PRÓPRIO:			
CAPITAL	36,37 e 40	8.528.400,00	8.528.400,00
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	39 e 40	204.227,55	251.795,56
RESERVAS:			
RESERVAS LEGAIS	40	100.620,52	100.620,52
OUTRAS RESERVAS	40	5.736,18	5.736,18
RESULTADOS TRANSITADOS	40	-6.426.697,68	-3.703.135,98
		2.412.286,57	**5.183.416,28**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**40**	**-928.611,06**	**-2.771.129,71**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**1.483.675,51**	**2.412.286,57**
PASSIVO:			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
PROVISÕES PARA PENSÕES	31 e 34	6.235.021,44	6.859.638,81
OUTRAS PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	34 e 53	2.366.271,99	1.780.127,53
		8.601.293,43	**8.639.766,34**
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		4.922.466,22	6.830.647,96
FORNECEDORES C/C		1.594.452,80	1.425.461,19
FORNECEDORES - FACTURAS EM RECEPÇÃO		63.980,36	28.538,66
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO C/C		1.409.225,04	894.554,40
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	48	1.845.056,89	1.392.954,30
OUTROS CREDORES	49	7.838.644,38	5.491.433,20
		17.673.825,69	**16.063.589,71**
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	51	1.771.229,04	1.827.492,45
PROVEITOS DIFERIDOS	51 e 52	12.554.542,40	12.697.078,70
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6	25.241,61	31.120,80
		14.351.013,05	**14.555.691,95**
TOTAL DO PASSIVO		**40.626.132,17**	**39.259.048,00**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**42.109.807,68**	**41.671.334,57**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

montantes expressos em Euros

	NOTAS	Exercício de 2007		Exercício de 2006	
CUSTOS E PERDAS					
CUSTO DAS MERC. VEND. E MAT. CONSUMIDAS:					
MERCADORIAS	41	2.467.239,81		2.938.983,98	
MATÉRIAS	41	148.695,50	**2.615.935,31**	157.579,85	**3.096.563,83**
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			**7.318.756,01**		**7.740.813,04**
CUSTOS COM O PESSOAL:					
REMUNERAÇÕES		9.925.238,51		10.067.361,64	
ENCARGOS SOCIAIS:					
PENSÕES	31	102.186,00		399.524,00	
CESSAÇÕES CONTRATUAIS DE TRABALHO		345.137,00		233.206,00	
OUTROS		2.472.644,56	**12.845.206,07**	2.474.987,14	**13.175.078,78**
AMORTIZAÇÕES IMOBILIZAÇÕES. CORPÓREA. E INCORPÓREO	10	3.816.355,36		3.896.803,01	
AJUSTAMENTOS	21	873.129,51		729.041,39	
PROVISÕES	34	586.165,64	**5.275.650,51**	459.801,25	**5.085.645,65**
IMPOSTOS		77.238,70		45.006,45	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		946.828,63	**1.024.067,33**	879.064,81	**924.071,26**
Administrações Portuárias		529.358,40		479.215,19	
Cedência de Exploração de Armazéns		382.327,94		367.860,61	
Outros		35.142,29		31.989,01	
(A)			***29.079.615,23***		***30.022.172,56***
AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS FINANCEIROS					
AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	45	4.570,45		0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES:					
OUTROS	45	357.944,51	**362.514,96**	221.361,89	**221.361,89**
(C)			***29.442.130,19***		***30.243.534,45***
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	46		**141.556,90**		**486.069,48**
(E)			***29.583.687,09***		***30.729.603,93***
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCICIO	6		**13.607,93**		**15.140,98**
(G)			***29.597.295,02***		***30.744.744,91***
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			**-928.611,06**		**-2.771.129,71**
			28.668.683,96		***27.973.615,20***
PROVEITOS E GANHOS					
VENDAS:					
MERCADORIAS	44	2.863.255,98		3.241.924,40	
PRODUTOS ACABADOS	44	1.622.162,80		1.443.162,43	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		20.467.739,32	**24.953.158,10**	19.239.807,69	**23.924.894,52**
1ª Venda de Pescado	44	13.771.076,08		12.552.056,97	
Portos de Pesca (Instalações)	44	4.125.474,92		4.001.171,98	
Entrepostos Frigoríficos	44	1.985.572,49		2.086.836,63	
Outras Actividades	44	585.615,83		599.742,11	
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	**42**		**-6.638,57**		**4.974,37**
PROVEITOS SUPLEMENTARES	50	1.101.443,28		1.119.885,99	
REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	21	284.833,06	**1.386.276,34**	503.360,31	**1.623.246,30**
(B)			***26.332.795,87***		***25.553.115,19***
REND. TÍT. NEGOC. E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS:					
REND. TÍT. NEGOC. E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS:	45	1.003,89		1.003,89	
RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	45	4.630,02		0,00	
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES:					
OUTROS	45	397.567,23	**403.201,14**	536.877,95	**537.881,84**
(D)			***26.735.997,01***		***26.090.997,03***
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	46 e 52		**1.932.686,95**		**1.882.618,17**
(F)			***28.668.683,96***		***27.973.615,20***
RESUMO:					
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =			**-2.746.819,36**		**-4.469.057,37**
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A) =			**40.686,18**		**316.519,95**
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =			**-2.706.133,18**		**-4.152.537,42**
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =			**-915.003,13**		**-2.755.988,73**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(G) =			**-928.611,06**		**-2.771.129,71**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

montantes expressos em Euros

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2007	2006
Vendas e Prestações de Serviços	44	24.953.158,10	25.049.754,88
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços		-19.822.645,27	-21.826.995,31
Resultados Brutos		**5.130.512,83**	**3.222.759,57**
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		1.647.072,87	0,00
Reversões de Amortizações e Ajustamentos		0,00	503.360,31
Custos de Distribuição		0,00	0,00
Custos Administrativos		-6.325.395,98	-7.316.112,44
Outros Custos e Perdas Operacionais		-1.461.013,94	-879.064,81
Resultados Operacionais		**-1.008.824,22**	**-4.469.057,37**
Custo Líquido do Financiamento		93.761,52	316.519,95
Ganhos (Perdas) em Filiais e Associadas		0,00	0,00
Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos		59,57	0,00
Resultados Correntes		**-915.003,13**	**-4.152.537,42**
Imposto sobre os Resultados Correntes		-19.487,12	-21.387,75
Imposto Diferido		5.879,19	6.246,77
Resultados Correntes Após Impostos		**-928.611,06**	**-4.167.678,40**
Resultados Extraordinários			**1.396.548,69**
Resultados Líquidos		**-928.611,06**	**-2.771.129,71**
Resultados por Acção		**-0,54**	**-1,62**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

montantes expressos em Euros

	Notas	2007/2006	2006/2005
Actividades Operacionais:			
Recebimentos de Clientes		29.002.193,54	23.148.386,95
Pagamentos a Fornecedores		-11.045.295,14	-10.930.100,15
Pagamentos ao Pessoal		-12.929.447,47	-13.645.796,38
Fluxos gerados pelas Operações		**5.027.450,93**	**-1.427.509,58**
Pagamento / Recebimento de Imposto sobre o Rendimento		-69.066,95	-72.514,64
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional		106.527,72	-87.131,76
Fluxos gerados antes das Rubricas Extraordinárias		**5.064.911,70**	**-1.587.155,98**
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		23.548,27	276.250,40
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		-97.565,01	-443.109,22
Fluxos das Actividades Operacionais		**4.990.894,96**	**-1.754.014,80**
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações Corpóreas		67.430,62	60.274,00
Subsídios ao Investimento		1.712.810,17	416.765,92
Juros e Proveitos Similares		582.428,88	419.737,03
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		-178.363,15	0,00
Imobilizações Corpóreas		-4.263.160,62	-2.400.493,15
Imobilizações Incorpóreas		-5.200,00	0,00
Fluxos das Actividades de Investimento		**-2.084.054,10**	**-1.503.716,20**
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos		0,00	2.001.202,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos		-550.000,00	-412.766,28
Amortização de Contratos de Locação Financeira		-915,54	0,00
Juros e Custos Similares		-357.944,51	-221.361,89
Fluxos das Actividades de Financiamento		**-908.860,05**	**1.367.073,83**
Variação de Caixa e seus equivalentes		**1.997.980,81**	**-1.890.657,17**
Caixa e seus equivalentes no Início do Período		-2.709.385,06	-818.727,89
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período		-711.404,25	-2.709.385,06

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Exercício de 2007)

NOTA INTRODUTÓRIA

Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (em seguida referido como “Docapesca” ou “empresa”)

Edifício Vasco da Gama – Rua General Gomes de Araújo, Bloco C – Pisos 3 e 4

1350-355 Lisboa

Capital Social: 8.528.400,00 Euros

Registada na C. R. Comercial de Lisboa – Matrícula N.º 500 086 826 (antigo nº 27.401)

Pessoa Colectiva nº 500.086.826

CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, S.A. e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, S.A..

Os estatutos da Sociedade foram publicados em anexo ao referido Decreto-Lei.

A Docapesca é participada a 100% pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Todos os valores são em Euros, salvo referência em contrário.

NOTAS SOBRE A ACTIVIDADE DA DOCAPESCA:

O regime legal da 1ª Venda de Pescado, fresco e refrigerado, foi actualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro.

Os proveitos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro) e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Área de negócios – Lotas).

- Actividades Comerciais – restantes áreas de negócios.

Os proveitos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de tarifas percentuais sobre o valor do pescado transaccionado, cabendo o seu pagamento quer aos armadores/pescadores, quer aos compradores.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efectua todo o tratamento administrativo dessas vendas, fornecendo aos armadores e aos compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca efectua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + +tarifas + IVA), podendo conceder crédito a 3 dias úteis com base na Portaria n.º 9/89.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos Armadores são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos Armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transaccionado em lota são relevados no Balanço em contas de devedores (Compradores) e de credores diversos (Armadores/Pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de proveitos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transaccionado em lota.
No ano de 2007 foram transaccionados, nas várias lotas da Docapesca, 124.998 toneladas de pescado fresco, no valor de 188.418.497 Euros, propriedade dos Armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento (em 2006, 109.967 toneladas no valor 167.142.662 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das actividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis na conta própria de proveitos diferidos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação aplicável.

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A., não reconheceu como encargo do exercício as taxas dominiais respeitantes à ocupação do Edifício Vasco da Gama em Lisboa (actual sede da empresa), propriedade da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., em virtude de decorrerem ainda contactos institucionais entre ambas as empresas, no sentido de acordarem a definição daquelas taxas.

As referidas taxas reclamadas pela APL ascendem a 1,2 milhões de Euros, sendo do corrente exercício o montante de 308.560,92 Euros.

A proposta da Docapesca, apresentada em 23 de Junho de 2004 à Administração do Porto de Lisboa, era no sentido da redução do valor a pagar e da dedução do valor das obras de recuperação e adaptação em que incorreu. De acordo com a proposta da Docapesca está ainda em falta a compensação de 34 mil Euros:

- Obras realizadas e pagas pela Docapesca 235 mil Euros

- Valor da ocupação das instalações, com 90% de bonificação
- 1.Dez.2003 a 31.Dez.2007 201 mil Euros

O momento da cessação da actividade do Porto de Pesca de Lisboa, nomeadamente a cedência de instalações a comerciantes, a armazenagem frigorífica e a produção de gelo, ainda não está determinado, pelo que, ao verificar-se o encerramento definitivo de todas as instalações e actividades do Porto de Pesca em causa, o impacto negativo nos resultados da empresa poderá cifrar-se em 3.707.688 Euros, por perda de imobilizações não totalmente amortizadas.

Haverá ainda uma redução significativa no volume de negócios da Docapesca, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 em Lisboa, foi de 1.835.601 Euros.

Não é de desprezar a dificuldade de cobrança dos serviços entretanto prestados, não sendo a potencial perda quantificável neste momento (em 31 de Dezembro de 2007, o valor em dívida por serviços prestados em Lisboa é de 1.657.988,46 Euros).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Docapesca ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Docapesca, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem Despesas de Instalação e Expansão e Propriedade Industrial e Outros Direitos, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2007 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 37
Equipamento Básico	1 a 19
Equipamento de Transporte	1 a 5
Ferramentas e Utensílios	1 a 7
Equipamento Administrativo	3 a 13
Taras e Vasilhame	1 e 3
Outras Imobilizações Corpóreas	1 a 12

Pontualmente existem bens cuja taxa de reintegração/amortização foi determinada a partir da fixação da sua vida útil em Janeiro de 2001, com a introdução do sistema SAP R/3.

Como resultado das reavaliações efectuadas (nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram aumentadas em 166.164,58 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

c) Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos Financeiros

O Investimento financeiro (aquisição do ano) apresentado nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2007 encontra-se registado ao custo de aquisição e corresponde a um imóvel, adquirido em estado de uso, ao qual se encontra a ser aplicada a taxa de amortização de 6,67% (15 anos de vida útil).

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio. Os produtos acabados encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f) Ajustamento de dívidas a receber:

Foi registado um ajustamento às dívidas a receber de clientes e outros devedores segundo o critério fiscal.

g) Especialização dos Exercícios

A Docapesca regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

No caso específico das Indemnizações por Cessação de Contratos de Trabalho, a partir de 1991, o esquema de contabilização dos valores pagos atendeu ao registo como custo, em cada exercício, do valor correspondente á remuneração que seria processada mensalmente até ao esgotamento de cada indemnização por trabalhador.

Este método foi utilizado em todos os casos, com excepção das Rescisões decorrentes do encerramento da Lota e do Mercado de Segunda Venda da Delegação de Lisboa, caso em que, por haver extinção dos Centros de Custo, a aplicação do método não fazia sentido, tendo sido a totalidade da verba paga contabilizada directamente como custo do exercício.

h) Nota Fundo de Pensões

Conforme mencionado na nota 31, a Docapesca assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma. Para cobrir essa responsabilidade a Docapesca constituiu um fundo autónomo e uma provisão. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Docapesca segue o

procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades, efectuando dotações para o fundo e reforçando a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades.

i) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Docapesca, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

j) Rédito

Nas demonstrações de resultados estão registados os proveitos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas.

O valor do pescado transaccionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado nas demonstrações financeiras da Docapesca, embora seja a Docapesca a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

Para este fluxo financeiro, a Docapesca movimenta contas de terceiros “armadores – marés”, “cauções” e “cativações a armadores” (nota 49) para efectuar os pagamentos de pescado e a conta de “compradores – guias” (nota 49) para registar os recebimentos de pescado.

k) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando a taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporais.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual de recuperação futura.

A Docapesca não registou nas suas demonstrações financeiras os activos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. O efeito do não registo dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 não se encontra quantificado.

A Docapesca optou por não reconhecer o correspondente activo por imposto diferido, em virtude da convicção de que não existirá capacidade de gerar matéria colectável no futuro suficiente para permitir a utilização dos referidos prejuízos a reportar.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive; e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Docapesca dos anos 2004 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Docapesca entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Docapesca encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2007 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a:

Anos	Prejuízo Fiscal	Validade de Utilização
2002	281.611,88 Euros	2008
2003	5.666.093,19 Euros	2009
2004	1.388.101,17 Euros	2010
2005	1.649.532,50 Euros	2011
2006	2.245.696,64 Euros	2012
2007*	793.154,01 Euros	2013

* Estimativa do prejuízo fiscal do exercício de 2007

A empresa está sujeita a Impostos sobre os Lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Em 2007, o imposto sobre o rendimento foi calculado de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28 – Impostos Diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Docapesca tinha reconhecido no seu balanço um imposto diferido passivo no montante de 25.241,61 Euros, relativo a reservas de reavaliação efectuadas ao abrigo dos DL 219/82 e DL 264/92.

A rubrica “Impostos sobre o rendimento do exercício” decompõe-se da seguinte forma:

Imposto Diferido	(5.879,19)
Imposto Corrente (tributação autónoma	19.487,12
Total	13.607,93

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal ao serviço da Docapesca durante o exercício de 2007 e 2006 foi de 572 e 592.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

ACTIVO IMOBILIZADO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas Instalação e Expansão	294.789,81	0,00	0,00	0,00	0,00	294.789,81
Despesas Investigação e Desenvolvimento	63.061,27	0,00	0,00	0,00	(63.061,27)	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	907.311,75	200,00	0,00	5.000,00	0,00	912.511,75
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.265.162,83	**200,00**	**0,00**	**5.000,00**	**(63.061,27)**	**1.207.301,56**
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Edifícios e Outras Construções	53.233.305,54	655.455,81	0,00	1.282.256,93	(371.089,83)	54.799.928,45
Equipamento Básico	17.454.594,32	230.891,89	(23.210,65)	193.345,65	(415.782,06)	17.439.839,15
Equipamento Transporte	677.094,52	11.404,96	(36.062,19)	0,00	(10.309,03)	642.128,26
Ferramentas e Utensílios	175.209,75	6.757,08	0,00	0,00	(148,72)	181.818,11
Equipamento Administrativo	4.631.366,56	155.444,34	0,00	6.841,52	(678.190,06)	4.115.462,36
Taras e Vasilhame	436.475,06	134.878,59	(9.625,63)	0,00	(87.971,22)	473.756,80
Outras Imobilizações Corpóreas	237.028,84	14.031,13	0,00	0,00	(7.571,73)	243.488,24
Imobilizações em Curso	2.035.943,17	2.875.817,36	0,00	(1.488.521,75)	(32.531,72)	3.390.707,06
	78.881.017,76	**4.084.681,16**	**(68.898,47)**	**(6.077,65)**	**(1.603.594,37)**	**81.287.128,43**
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Títulos e Outras Aplicações Financeiras						
Obrigações do Tesouro	25.366,92	0,00	0,00	0,00	0,00	25.366,92
Investimentos em Imóveis	0,00	177.285,50	0,00	1.077,65	0,00	178.363,15
	25.366,92	**177.285,50**	**0,00**	**1.077,65**	**0,00**	**203.730,07**

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor líquido dos bens do activo imobilizado existentes no Porto de Pesca de Pedrouços é de 3.707.688 Euros.

Descrição dos Investimentos em Curso em 31 de Dezembro de 2007

montantes expressos em Euros

Designação do Investimento	
Projecto Construção Fabrica e Silo de Gelo de Matosinhos	1,190.986,47
Projecto Construção Novo Mercado de Revenda de Matosinhos	237.692,20
Projecto Remodelação Unidades Acondicionamento e Embalagem Pescado, Nazaré	189.091,11
Projecto Remodelação Unidades Acondicionamento e Embalagem Pescado, Peniche	423.287,00
Projecto Remodelação Unidades Acondicionamento e Embalagem Pescado, Sesimbra	349.377,76
Projecto Ampliação Fabrica Gelo de Sines (5ª Fase)	262.766,46
Projecto Construção Edifício Posto de Vendagem de Vila Nova Milfontes	167.538,02
Outros Projectos em Curso	569.968,04
Total	**3.390.707,06**

No ano de 2007 foi adquirido um imóvel situado em Vila Real de Santo António, que estava parcialmente arrendado à Docapesca e onde funcionaram, no passado, os serviços administrativos da extinta Delegação de Vila Real de Santo António.

Com a aquisição da totalidade do imóvel, os contratos de arrendamento dos inquilinos das lojas do Rés-do-chão passaram para a Docapesca.

Esta aquisição, pelo valor de 178.363,15 Euros, foi registada em investimentos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica outros investimentos financeiros decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	Quantidade	Valor	
OT 99/2009/JUL	541.500	5.415,00	
OT 99/2009/JUL	2.000.000	19.951,92	a)
TOTAIS	2.541.501	25.366,92	

a) Obrigações referentes a depósito obrigatório destinado a caucionar o disposto no Contrato de Concessão da Construção e Exploração de uma Fábrica de Gelo dividido, no Porto de Pesca de Póvoa de Varzim e à ordem do ex- Instituto Portuário do Norte, actual IPTM. O valor efectivo destes títulos em 31de Dezembro de 2007 era de 25.420,08 Euros com um rendimento anual, à taxa fixa de 3,95 %, de 1.003,89 (nota 45).

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	TRANSFERÊNCIAS	REFORÇO	ALIENAÇÕES	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas Instalação e Expansão	294.789,81	0,00	0,00	0,00	0,00	294.789,81
Despesas Investigação e Desenvolvimento	63.061,27	0,00	0,00	0,00	(63.061,27)	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	740.445,71	0,00	144.542,11	0,00	0,00	884.987,82
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.098.296,79	**0,00**	**144.542,11**	**0,00**	**(63.061,27)**	**1.179.777,63**
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Edifícios e Outras Construções	34.465.387,35	(1.877,86)	2.308.605,17	0,00	(342.373,94)	36.429.740,72
Equipamento Básico	13.191.954,10	0,00	826.121,95	(23.202,34)	(409.940,66)	13.584.933,05
Equipamento Transporte	465.055,65	0,00	77.507,93	(34.897,01)	(6.364,96)	501.301,61
Ferramentas e Utensílios	159.227,16	0,00	9.353,30	0,00	(148,72)	168.431,74
Equipamento Administrativo	3.845.381,56	1.877,86	352.948,16	0,00	(676.085,14)	3.524.122,44
Taras e Vasilhame	302.435,37	0,00	91.814,42	(7.465,87)	(82.751,71)	304.032,21
Outras Imobilizações Corpóreas	220.624,72	0,00	5.462,32	0,00	(7.571,73)	218.515,31
	52.650.065,91	**0,00**	**3.671.813,25**	**(65.565,22)**	**(1.525.236,86)**	**54.731.077,08**
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	4.570,45	0,00	0,00	4.570,45
	0,00	**0,00**	**4.570,45**	**0,00**	**0,00**	**4.570,45**

12. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Docapesca procedeu em anos anteriores á reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decreto - Lei n.º 219/82, de 2 de Junho

Decreto - Lei n.º 111/88, de 2 de Abril

Decreto - Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro

Decreto - Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

montantes expressos em Euros

Movimentos do Ano - 2007	Edifícios e Outras construções	Equipamento Básico	Total
Abates			
Valor Aquisição	79.792,47	0,00	79.792,47
Reintegrações Acumuladas	(60.025,84)	0,00	(60.025,84)
Reavaliações	25.757,81	0,00	25.757,81
Reintegrações Acumuladas	(20.157,71)	0,00	(20.157,71)
Total	**25.366,73**	**0,00**	**25.366,73**
Saldo em 31.Dez.2007			
Valor Aquisição	6.464.935,31	375.571,04	6.840.506,35
Reintegrações Acumuladas	(5.012.073,29)	(375.571,04)	(5.387.644,33)
Total	**1.452.862,02**	**0,00**	**1.452.862,02**
Valor Reavaliação DL 219/82 (*)	2.481.723,33	0,00	2.481.723,33
Valor Reavaliação DL 111/88	4.283.547,80	0,00	4.283.547,80
Valor Reavaliação DL 049/91	3.229.443,22	0,00	3.229.443,22
Valor Reavaliação DL 264/92 (*)	3.184.731,42	924.974,28	4.109.705,70
Reintegrações Reavaliações Acumuladas (1)	(12.802.776,29)	(924.974,28)	(13.727.750,57)
Total	**376.669,48**	**0,00**	**376.669,48**
(1) - Das Quais:			
Relativas ao DL 219/82 (*)	2.480.509,54		
Relativas ao DL 264/92 (*)	2.961.041,00		

Os valores assinalados com (*) totalizam, em termos líquidos, 224.904,21 Euros, valor que deveria corresponder à soma, em balanço, das Reservas de Reavaliação com os Passivos por Impostos Diferidos, o que não acontece em 2007 porque a Rubrica de Balanço – Reservas de Reavaliação está sobreavaliada em 4.564,95 Euros, correspondente ao valor líquido de dois Bens abatidos no exercício de 2007, não totalmente reintegrados, cujo valor não foi transferido para resultados neste exercício.

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca estão implantadas em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines e Portos de Setúbal e Sesimbra, assim como Protocolos de Exploração com ex-Juntas Autónomas de Portos (actual Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos) e outras Instituições Públicas. O montante de imobilizações implantadas em propriedade alheia, em 31 de Dezembro de 2007 era de 54.799.928,45 Euros.

As imobilizações corpóreas em poder de terceiros a 31 de Dezembro de 2007, eram as seguintes:

Equipamentos de Comunicação (PDA c/ Telemóvel) - Em poder de Colaboradores da Docapesca	2.826,56
Equipamentos de Elevação: Aparelho Descarga Sardinha em poder da Empresa Cinta, Lda. Guindaste p/ Descarga Sardinha em poder da Embarcação «Segredos do Mar»	10.474,75
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores) - Em Poder de Colaboradores da Docapesca	2.467,12
Molde de Gravação de Caixas Plástico - Em poder da Fabrica Plásticos Titan, Lda.	60.105,15

15. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007, a Docapesca tem os seguintes bens em regime de locação financeira:

Designação	Valor contabilístico	Amortização	Valor Líquido
Veículo Automóvel VW Polo GP Van 1.4 TDI – Matrícula 13-DX-70	11.404.96	915,54	10.489,42

Conforme indicado na nota 3 c), a Docapesca regista os seus bens pelo método financeiro.

Plano Financeiro de Amortização

	Valores	
Valor Contabilístico	11.404,96	
(5) Agosto a Dezembro de 2007	(915,54)	(1)
(12) Janeiro a Dezembro de 2008	(2.334,06)	
(12) Janeiro a Dezembro de 2009	(2.521,30)	
(12) Janeiro a Dezembro de 2010	(2.722,73)	
(6) Janeiro a Junho 2011	(1.441,90)	
Valor Residual	(1.469,43)	

(1) o valor da amortização está subavaliado em 2,38 Euros, que se encontram acrescidos ao montante da amortização de 2008.

21. AJUSTAMENTOS DOS ACTIVOS CIRCULANTES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Regularização de mínimos	Saldo Final
Clientes de Cobrança Duvidosa	3.357.998,80	827.084,50	(274.117,68)	(0,02)	3.910.965,60
Outros Devedores	2.341.156,40	46.045,01	(10.715,38)	-	2.376.486,03
Dívidas de Terceiros	**5.699.155,20**	**873.129,51**	**(284.833,06)**	**(0,02)**	**6.287.451,63**

Em outros devedores estão registados ajustamentos relacionados com dívidas de aquisição de pescado em lota e de adiantamentos concedidos aos armadores sobre vendas futuras em lota.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2007 existiam dívidas de cobrança duvidosa no montante de 6.554.169,19 Euros para as quais haviam sido registados ajustamentos de dívidas a receber no montante de 6.287.451,83 Euros

No exercício anterior as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 6.223.767,03 Euros.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

	2007	2006
- Adiantamentos Pessoais	9.199,38	14.003,95
- Adiantamentos para Rescisões	10.000,00	10.000,00
- Seguros de Saúde de Familiares	572,62	322,67
- Seguros de Vida	(4.343,29)	(4.391,51)
- Outros	(1.376,99)	2.750,90
Total dos adiantamentos ao Pessoal	16.805,70	22.686,01

30. DIVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul (Nota 53 ponto 2), tem processo em execução fiscal parcialmente garantido pela penhora dos equipamentos de produção de frio e movimentação do entreposto frigorifico de Lisboa e pela Fábrica de Gelo de Lisboa, a que foi atribuído pela Direcção Geral de Impostos o valor de 2.000.000,00 Euros e também a Fábrica de Gelo a que foi atribuído o valor de 156.652,96 Euros.

31.COMPROMISSOS RELATIVOS A PENSÕES

A Empresa tem um plano de benefícios definidos, com pagamento de prestações pecuniárias para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez
- Subsídio por morte
- Pensão de sobrevivência

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de Fundos de Pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria empresa.

BREVE DESCRIÇÃO DO PLANO DE BENEFICIOS DEFINIDOS:

1. BENEFÍCIOS DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

1.1. PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de Junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 14 vezes ao ano.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

PD = BxSPL – PSS
Max PD = SPB – PSS

Em que: PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
SPL = salário pensionável líquido
PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
SPB = salário pensionável bruto
B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Tabela I

Antiguidade	% de Benefício
>=30	100.0%
>=25 e <30	90.0%
>=20 e <25	80.0%
<20	75.0%

Actualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente[1], tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no activo. Com esta actualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

FUNDO DE PENSÕES DA DOCAPESCA

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o actual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$PSS = 2.2\% \times N \times \frac{S_5}{60} \text{ em que } 30\% \leq PSS \leq 80\%$$

Max PF = 100 €

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
SPL = salário pensionável líquido
S_5 = soma dos 5 melhores salários anuais dos últimos 10 anos

sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

[1] Aplica-se apenas às pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano

1.2. PRÉMIO DE REFORMA

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca, têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO (N)	PRÉMIO DE VELHICE	PRÉMIO DE INVALIDEZ
N < 20	1 X salário mensal	------
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 X salário mensal
25 ≤ N < 30	3 X salário mensal	1 X salário mensal
30 ≤ N < 35	6 X salário mensal	2 X salário mensal
35 ≤ N	6 X salário mensal	3 X salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

1.3. SUBSIDIO POR MORTE

Em caso de morte do trabalhador no activo ou na situação de reformado a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no activo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

1. Cônjuge sobrevivo, não separado judicialmente de pessoas e bens;

2. Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do Art. 2020.º do Código Civil;

3. Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário ilíquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

1.4. PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Em caso de morte do trabalhador no activo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

1. Filhos menores
2. Filhos até atingirem os 20 anos de idade[2]

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma**:**

NÚMERO DE FILHOS	BENEFÍCIO
1 filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Actualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

[2] Desde que seja comprovada a manutenção do direito ao abono de família.

1.5. ALTERAÇÃO AO PLANO DE PENSÕES

- **Responsabilidades com serviços passados dos benefícios definidos:**

	2007	2006
A suportar pelo Fundo de Pensões	2.014.392	2.208.880
A cargo da empresa	6.235.021	6.859.639
	8.249.413	9.068.519

- **Nível de financiamento das responsabilidades afectas ao Fundo de Pensões:**

	2007	2006
Responsabilidades com Serviços Passados	2.014.392	2.208.880
Valor do Fundo de Pensões	2.138.810	2.366.020
Excesso de financiamento	124.418	157.140

Em 31 de Dezembro de 2007, o excesso de financiamento está relevado no activo da empresa.

- **Valor reconhecido na Demonstração de Resultados como custo corrente**

	2007	2006
Custo dos serviços correntes	48.318	43.353
Custos dos Juros	436.735	451.799
Retorno dos Activos	(63.696)	(104.238)
Perdas / (Ganhos) actuariais	(319.171)	8.610
	102.186	399.524
Valor reconhecido na Demonstração de Resultados como Proveito Extraordinário	(193.000)	-
Custo / (Proveito) Total	(90.814)	399.524

- **Movimentos efectuados na Conta de Provisões para benefícios de reforma**

	2007	2006
- Início do ano	6.859.639	6.995.227
- Custos do exercício pelos benefícios a cargo da empresa	380.666	389.022
- Pagamentos a beneficiários	(501.081)	(524.610)
- Saldo das alterações ao Plano realizadas em 2007 (D.L. nº 187/2007)	(504.202)	-
- Final do ano	**6.235.021**	**6.859.639**

– **Movimentos efectuados nas contas do Fundo de Pensões**

Activos	2007	2006
- Início do ano	2.366.020	2.569.580
- Pagamentos e Custos	(290.906)	(307.798)
- Retorno real dos activos	63.696	104.237
- Contribuições para o Fundo	-	-
- Final do ano	**2.138.810**	**2.366.020**

Passivos	2007	2006
- Início do ano	2.208.880	2.401.938
- Custos do exercício pelos benefícios a cargo do Fundo	104.387	114.740
- Pagamentos e custos	(290.906)	(307.798)
- Saldo das alterações ao Plano realizadas em 2007 (D.L. nº 187/2007)	(7.969)	-
- Final do ano	2.014.392	2.208.880
Excesso de Financiamento	124.418	157.140

Principais pressupostos actuariais reportados ao final do exercício	2007	2006
- Taxa de rendimento do Fundo	5 %	5 %
- Taxa de crescimento salarial	3 %	3 %
- Taxa de crescimento das Pensões	2 %	2 %
- Taxa de retorno real dos activos do Fundo	3,29 %	4,42 %

A tabela de mortalidade utilizada no estudo actuarial de 31 de Dezembro de 2007 foi a TV 73/77

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Serviços de Finanças 7º Bairro Lisboa	⇒	591.279,43	(a)
Serviços de Finanças 7º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Serviços de Finanças 7º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Direcção Geral Pescas e Aquicultura	⇒	370.925,66	(c)
Direcção Geral das Alfândegas	⇒	99.759,58	(d)
EDP – Serviço Universal	⇒	271.283,65	(e)
Direcção Geral Pescas e Aquicultura	⇒	195.120,68	(f)
Restantes Garantias Prestadas	⇒	139.663,45	
Total ……		**3.158.632,45**	

a) Foi prestada em 27.06.2002 uma garantia bancária ao Serviço de Finanças do 7º Bairro Fiscal de Lisboa no valor global de 591.279,43 Euros relativa a uma Liquidação Adicional de IVA, a qual foi reclamada pela Docapesca. O perdão de juros provocou a redução do montante da provisão criada para 354.273,41 Euros (nota 53 ponto 1).

b) Foram prestadas duas Garantias Bancárias ao Serviço de Finanças do 7º Bairro Fiscal de Lisboa no montante de 745.300,00 Euros cada, totalizando 1.490.600,00 Euros e foram penhorados bens diversos (equipamento frigorífico, ferramentas diversas, instalações diversas, empilhadores diversos e outros equipamentos de Lisboa e Equipamentos da Fábrica de Gelo em Aveiro), no montante de 2.219.935,55.Euros (nota 53 ponto 2).

   O valor global destas garantias, 3.710.535,55 Euros, destinou-se a suspender a execução fiscal de uma dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, relativa ao pagamento de 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado, de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2000 a 2002.

c) Garantia bancária prestada à DGPA no final do exercício de 2007 para suporte ao desembolso de incentivos a regularizar contra a entrega da respectiva documentação no 1º Trimestre do ano 2008.

d) Garantia prestada à Direcção Geral das Alfândegas para caucionar as operações desenvolvidas no entreposto aduaneiro do Entreposto Frigorífico de Pedrouços.

e) Garantias bancárias prestadas à EDP para caucionar encargos com o fornecimento de energia a diversas instalações da empresa.

f) Quatro garantias prestadas à Direcção Geral das Pescas e Aquicultura destinadas a caucionar o recebimento de subsídios ao abrigo do PIDDAC, antes da comprovação dos investimentos.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	
291 - Provisões para Pensões	6.859.638,81	680.665,97	(1.305.283,34)	6.235.021,44	(a)
298 - Outras Provisões	1.780.127,53	590.050,18	(3.905,72)	2.366.271,99	
Taxa de Movimentação de Pescado	1.425.820,82	509.674,41	-	1.935.495,23	(b)
Liquidação Adicional - IVA	354.273,41	-	-	354.273,41	(c)
Taxa de Venda de Gelo	-	76.491,23	-	76.491,23	(d)
Custos Adicionais em Compras	33,30	3.884,54	(3.905,72)	12,12	

O aumento líquido das provisões verificadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na rubrica de provisões, foi registado na Demonstração de Resultados, na rubrica de provisões do exercício.

(a) Provisões relativas às responsabilidades com complementos de reforma, calculadas com base nos dados do estudo actuarial reportado ao final do exercício.

(b) Provisões para pagamento ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos de 0,55% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2004 a 2007.

(c) Provisão para os eventuais encargos associados a um processo judicial em curso, relativo a uma liquidação adicional de IVA, que foi reclamada pela Docapesca (nota 53 ponto 1).

(d) Provisão para a provável cobrança da taxa de 5% sobre a receita bruta anual da Fábrica de gelo de Aveiro, no período de Junho de 1999 a Dezembro de 2007. Esta taxa está estipulada no contrato de concessão que a Docapesca aceitou.
O cumprimento deste contrato está pendente da resolução do contencioso entre a Docapesca e a APA, relacionado com a exclusividade da venda de gelo dentro do Porto de Pesca, por parte da Docapesca.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 acções no valor nominal de 5,00 Euros, cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

O capital social é detido a 100% pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

39. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Em 2007 registaram-se as seguintes variações nas contas de Reservas de Reavaliação:

Reservas de Reavaliação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final	
D.L. Nº 219/82	2.427,59	-	1.213.80	1.213,79	
D.L. nº 219/82 - Impostos Diferidos	(267,03)	133,52	-	(133,51)	
D.L. nº 264/92	280.488,77	-	52.233,40	228.255,37	a)
D.L. nº 264/92 - Impostos Diferidos	(30.853,77)	5.745,67	-	(25.108,10)	
SOMA	**251.795,56**	**5.879,19**	**53.447,20**	**204.227,55**	

Dando cumprimento à Directriz Contabilística n.º 16 – Reavaliação de Activos de Imobilizado Tangíveis, foram transferidos da conta de Reservas de Reavaliação para a Conta de Resultados Transitados os valores correspondentes à realização das referidas reservas no corrente exercício.

a) Este valor está sobreavaliado em 4.564,95 Euros (nota 13)

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de Capital Próprio durante o exercício de 2007 foi como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	8.528.400,00	-	-	8.528.400,00
Reservas Reavaliação	251.795,56	5.879,19	(53.447,20)	204.227,55
Reserva Legal	100.620,52	-	-	100.620,52
Reserva Doações	5.736,18	-	-	5.736,18
Resultados Transitados	(3.703.135,98)	53.447,20	(2.777.008,90)	(6.426.697,68)
Resultados Líquidos	(2.771.129,71)	2.771.129,71	(928.611,06)	(928.611,06)
Total	**2.412.286,57**	**2.830.456,10**	**(3.759.067,16)**	**1.483.675,51**

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 30 de Maio de 2007, foi decidido que a aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2006 fosse a seguinte:

- *Que o resultado, no montante negativo de 2.771.129,71 Euros, fosse levado à conta de Resultados Transitados.*

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação:

Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Mercadorias		Matérias Sub. Consumo	
	2007	2006	2007	2006
Existências Iniciais	424.842,56	352.413,94	129.494,67	142.799,23
Compras	2.564.312,00	3.030.839,53	135.844,45	146.165,53
Regularizações (+)	9.656,60	133.130,65	1.500,00	115,93
(-)	29.582,55	152.557,58	109,99	2.006,17
Existências Finais	501.988,80	424.842,56	118.033,63	129.494,67
Custos no Exercício	2.467.239,81	2.938.983,98	148.695,50	157.579,85

42. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Movimentos	Produtos Acabados	
	2007	2006
- Existências finais	1.901,13	8.539,70
- Existências iniciais	8.539,70	3.565,33
- Diminuição no exercício	6.638,57	-
- Aumento no exercício	-	4.974,37

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As Remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais nos exercícios de 2007 e 2006 foram respectivamente:

Remunerações do Conselho de Administração	2007	2006	
- Remuneração mensal	112.057,44	112.057,44	
- Subsídio de Férias	23.225,33	47.563,72	(1)
- Subsídio de Natal	10.187,10	11.214,87	
- Despesas de Representação	38.904,72	35.662,66	(2)
Encargos com Remunerações	18.072,47	21.178,21	
Caixa Geral de Aposentações	2.364,46	-	
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.507,78	1.698,95	
Seguro de Acidentes Pessoais	767,59	678,42	
Senhas de Presença dos membros da Mesa da Assembleia Geral	1.069,61	1.069,61	
Revisão Legal de Contas	13.620,00	13.960,00	(3)

(1) - Em 2006, inclui: correcções relativas a 2005 (22.920,84 Euros) e a 2006 (4.268,85 Euros) por pagamento de férias não gozadas.

(2) - Em 2006, apenas foram pagos 11 meses de Despesas de Representação, repondo-se o mês abonado em excesso no ano de 2005.

(3) – Inclui 340 Euros, referente a um acerto de 2005.

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS

ACTIVIDADES	MERCADO INTERNO	
	2007	2006
Vendas:	**4.485.418,78**	**4.685.086,83**
- Venda de Gelo	1.651.234,84	1.468.584,17
- Venda de Combustíveis	1.771.423,04	2.241.360,74
- Venda de Aprestos de Pesca	678.886,22	617.332,62
- Venda de Lubrificantes	165.755,68	141.305,83
- Venda de Baterias	68.749,92	63.103,45
- Venda de Comandos	83.794,88	120.317,00
- Venda de Embalagens	61.512,32	33.083,02
- Pescado	4.061,88	-
Prestações de Serviços:	**20.467.739,32**	**19.239.807,69**
- Serviço de 1ª.Venda Pescado (nota 30)	13.771.076,08	12.552.056,97
- Serviços dos Portos de Pesca	4.125.474,92	4.001.171,98
- Serviços dos Entrepostos Frigoríficos	1.985.572,49	2.086.836,63
- Serviços de Obs. de Pesca – NAFO	277.614,00	330.557,00
- Outros	308.001,83	269.185,11

A Docapesca não efectua vendas, nem presta serviços para o mercado externo.

As vendas não incluem o valor do pescado transaccionado em lota. Em Prestações de Serviços da 1ª Venda de Pescado estão registados os valores das taxas de 1ª Venda de Pescado cobradas pela Docapesca sobre o referido valor do pescado transaccionado em lota.

45. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

montante expresso em Euros

Custos e Perdas	Exercício	
	2007	2006
681 - Juros Suportados		
- Empréstimos Bancários	269.831,49	130.600,00
- Juros de Mora	1.679,07	2.506,30
- Juros c/c	429,91	629,27
- Outros Juros	363,93	-
	272.304,40	**133.735,57**
683 - Amortizações Investimentos em Imóveis (nota 3d)	**4.570,45**	**0,00**
688 - Outros Custos/Perdas Financeiras	**85.640,11**	**87.626,32**
- Garantias Bancárias	31.679,61	32.890,71
- Serviços Bancários	14.860,02	24.358,22
- Comissões Bancárias	19.557,60	17.685,35
- Comissões - Cheques	8.384,36	-
- Comissões - Linhas de Crédito	7.058,89	6.807,76
- Outros	4.099,63	5.884,28
Total	**362.514,96**	**221.361,89**
Resultados Financeiros	**40.686,18**	**316.519,95**
	403.201,14	**537.881,84**

Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2007	2006
781 - Juros Obtidos		
- Depósitos Bancários	5.838,95	5.197,84
- Obrigações (Nota 10)	1.003,89	1.003,89
- Outros Juros	385.839,57	527.256,26
Industriais Conserveiros (1)	130.883,98	133.427,68
Organizações de Produtores	37.466,58	70.692,06
Adiantamentos a Armadores	74.857,75	132.043,86
Juros de Mora	142.631,26	191.092,66
	392.682,41	**533.457,99**
783 - Rendimentos de Imóveis	4.630,02	-
786 - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	5.879,07	4.266,21
788 - Outros Proveitos/Ganhos Financeiros	9,64	157,64
Total	**403.201,14**	**537.881,84**

(1) - no âmbito do apoio à aquisição de sardinha em Lota pelos Industriais Conserveiros

46. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

montantes expressos em Euros

Custos e Perdas	Exercício	
	2007	2006
691 - Donativos	4.690,20	4.580,00
692 - Dívidas Incobráveis	83,89	140.084,44
693 - Perdas em Existências	11.156,60	118.713,22
694 - Perdas em Imobilizações	114.983,49	122.819,77
695 - Multas e Penalidades	1.905,80	437,99
697 - Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	5.808,68	77.843,84
698 - Outros Custos/Perdas Extraordinários	2.928,24	21.590,22
Total	**141.556,90**	**486.069,48**
Resultados Extraordinários	**1.791.130,05**	**1.396.548,69**
	1.932.686,95	**1.882.618,17**

Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2007	2006
793 - Ganhos em Existências	11.734,56	152.673,51
794 - Ganhos em Imobilizações	73.302,09	156.335,63
795 – Benefícios e Penalidades Contratuais	0,00	4.342,13
797 – Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	178.709,45	61.125,71
798 - Outros Proveitos/Ganhos Extraordinários	1.668.940,85	1.508.141,19
Subsídios para Investimentos (nota 52)	1.437.158,69	1.457.487,55
Fundo de Pensões [(1)]	193.000,00	-
Reembolsos de Custos Extraordinários	36.588,58	46.432,08
Outros	2.193,58	4.221,56
Total	**1.932.686,95**	**1.882.618,17**
	1.932.686,95	**1.882.618,17**

(1) –Por aplicação do Decreto-Lei 187/2007, de 10 de Maio.

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos com estas entidades tinham a seguintes composição:

montantes expressos em Euros

Decomposição da Conta "Estado e Outros Entes Públicos"	Exercício	
	2007	2006
Saldos Devedores	**226.894,45**	**179.215,25**
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	226.894,45	179.215,25
Retenções na Fonte	1.802,07	1.184,47
Pagamento Especial por Conta	225.092,38	178.030,78
Saldos Credores	**1.845.056,89**	**1.392.954,30**
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	97.210,87	98.820,08
Singulares (Retenções na Fonte)	77.723,75	77.432,33
Colectivas (Imposto Estimado)	19.487,12	21.387,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.527.508,83	1.073.035,26
Contribuições para a Segurança Social	220.289,89	220.626,96
Imposto de Selo	47,30	472,00

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

	2007	2006
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	**18.461.699,79**	**18.108.161,73**
Clientes c/c	3.858.002,91	4.494.110,22
Clientes de Cobrança Duvidosa	4.173.707,46	3.842.313,92
Fornecedores c/ Adiantamentos	7.137,67	4.085,18
Estado e Outros Entes Públicos	226.894,45	179.215,25
Outros Devedores	10.195.957,30	9.588.437,16
Compradores – Guias (nota 3 j)	7.081.932,67	5.661.163,09
Devedores Duvidosos (a)	2.380.461,73	2.381.453,11
Adiantamentos sobre Vendas em Lota	245.068,79	773.699,86
IFADAP + DGT (FEDER) (b)	115.051,74	359.393,15
Devedores Diversos	324.612,05	357.044,54
Pessoal	21.190,49	27.148,10
Outros	27.639,83	28.535,31
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	**17.673.825,69**	**16.063.589,71**
Dívidas a Instituições de Crédito	4.922.466,22	6.830.647,96
Fornecedores c/c	1.594.452,80	1.425.461,19
Fornecedores - Facturas em Recepção	63.980,36	28.538,66
Fornecedores de Imobilizado c/c	1.409.225,04	894.554,40
Estado e outros Entes Públicos	1.845.056,89	1.392.954,30
Outros Credores	7.838.644,38	5.491.433,20
Cativações a Armadores (nota 3 j)	4.280.257,94	2.856.556,31
Cauções (nota 3 j)	1.118.884,45	1.166.518,86
Armadores – Marés (nota 3 j)	1.185.651,06	768.012,60
Incentivos DGPA	335.033,10	81.901,85
Reserva Pessoal	683.637,53	379.313,34
Credores Diversos	177.419,12	188.986,02
Utilização de Comandos	4.766,04	19.491,33
Outros	52.995,14	30.652,89

(a) Dívidas por aquisições de pescado em lota e por adiantamentos concedidos aos armadores sobre vendas futuras em lota que foram reconhecidas como duvidosas.

(b) Registo em conta corrente de subsídios ao investimento, ainda não recebidos, mas já contratados e referentes à comparticipação de bens de investimento que se encontram em utilização.

As dívidas de Clientes c/c e de Compradores de Pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de cauções em numerário.

	2007	2006
- Garantias bancárias	14.526.276,46	14.286.278,69
- Cauções em numerário	776.589,36	734.782,76

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura quer a adiantamentos com adjudicações quer à execução das obras efectuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2007	2006
Garantias Bancárias	2.009.612,76	1.130.293,03
Garantíeis prestadas por Soc. Garantia Mútua	63.580,12	2.324,90
Seguros de Caução	39.861,39	39.861,39
Depósitos Bancários p/ Retenção Garantias	9.225,09	7.315,50
Retenções para Reforço de Garantia	249.027,58	169.219,54

50. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Os proveitos suplementares registados no exercício, essencialmente relacionados com a revenda de energia eléctrica, água potável e salgada, encontram-se sobreavaliados em 4.297,38 Euros devido a um erro de facturação cujo estorno não foi registado atempadamente no exercício de 2007.

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

montantes expressos em Euros

Decomposição das Contas de Acréscimos e Diferimentos	Exercício	
	2007	2006
Acréscimos de Proveitos	**145.064,11**	**210.591,86**
Juros a receber	61,65	0,00
Outros Acréscimos de Proveitos	12,01	34.359,87
Excesso de Financiamento do Fundo de Pensões	124.418,00	157.140,00
Serviços	20.572,45	19.091,99
Custos Diferidos	**424.774,98**	**744.411,54**
Indemnizações por Cessação de Contratos de Trabalho	291.370,00	598.007,00
Conservação Plurienal	10.689,48	19.851,74
Seafood 2008	5.000,00	0,00
Seguros Diversos	85.253,59	90.214,63
Seguro de Acidentes de Trabalho	25.487,81	24.189,14
Diversos Custos Diferidos	2.905,35	5.296,57
Alojamento Pré-Pagos	0,00	98,00
Manutenção de Licenças (Software)	4.068,75	6.754,46
Acréscimos de Custos	**1.771.229,04**	**1.827.492,45**
Seguros a Liquidar	3.567,70	0,00
Seguro de Acidentes de Trabalho	0,00	1.718,61
Férias a Liquidar	1.213.676,28	1.180.340,64
Férias a Liquidar - Encargos Patronais	284.673,99	278.489,64
Trabalho Suplementar	4.970,80	11.575,63
Trabalho Suplementar - Encargos	1.180,56	2.749,21
Rescisões a Pagar	147.915,00	164.021,00
Juros a Liquidar	9.273,29	8.125,90
Electricidade	44.765,81	106.211,58
Água	25.881,49	12.212,83
Comunicações	8.191,46	9.021,07
Concessões	0,00	8.202,49
Imposto Municipal sobre Imóveis	9.143,00	2.945,07
Diversos Acréscimos de Custos	16.450,52	41.878,78
Transporte de Pescado	1.539,14	0,00
Proveitos Diferidos	**12.554.542,40**	**12.697.078,70**
Subsídios para Investimentos (Nota 52)	12.554.542,40	12.697.078,70
Passivos por Impostos Diferidos	**25.241,61**	**31.120,80**
Imposto Diferido - Reservas de Reavaliação (nota 6)	25.241,61	31.120,80

52. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento recebidos no âmbito de candidaturas cujos projectos de investimento, à data do balanço, ainda não se encontram totalmente reintegrados, estão registados na rubrica de Acréscimos e Diferimentos (nota 51).

O saldo evidenciado no balanço na rubrica de proveitos diferidos em 31 de Dezembro de 2007, é de 12.554.342,40 Euros. O montante considerado em resultados extraordinários do exercício decorrente desta situação foi de 1.437.158,69 Euros (nota 46).

53. PROCESSOS EM EXECUÇÃO FISCAL

1. LIQUIDAÇÃO ADICIONAL DE IVA

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efectuada pela Direcção Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida no montante de 591.279,43 Euros (nota 32) destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros (nota 34) na sequência do perdão de juros comunicado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final relativamente ao valor da própria dívida.

2. INSTITUTO PORTUÁRIO DO SUL

Foi reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, uma dívida no montante de 2.543.264,34 Euros.

A Docapesca deduziu oposição (Recurso nº 136/04, do Tribunal Central Administrativo) e solicitou a fixação do montante da garantia a prestar, com vista à suspensão da execução fiscal. O cálculo efectuado pela Direcção Geral dos Impostos, após inclusão de juros, custos e outros encargos, determinou o montante da garantia a prestar em 3.710.535,55 Euros.

A Docapesca apresentou, em 2003, Garantias Bancárias no valor total de 1.490.600,00 Euros (nota 32) tendo também apresentado um conjunto de bens para penhora, cuja avaliação permitiu completar o valor definido, e que incluem os equipamentos de produção de frio e de movimentação do Entreposto Frigorífico de Lisboa, a Fábrica de Gelo de Lisboa e a Fábrica de Gelo de Aveiro (nota 30)

Tendo sido negado provimento ao recurso da Docapesca, foram iniciadas, através da tutela, negociações com o IPTM no sentido de suspender a execução destas garantias.

Em 5 de Janeiro de 2007 a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento deste processo de execução fiscal pelo montante de 3.211.426,25 Euros, que de novo, contestou, contudo, em 22 de Fevereiro de 2007, a DGCI executou as garantias prestadas.

Na sequência da notificação de execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva, com o objectivo de acordarem numa forma de resolução do processo, tendo o mesmo, sem quaisquer vicissitudes, estado suspenso durante seis meses.

Em Outubro de 2007 voltaram as partes a requerer a suspensão da execução, tendo então o Chefe do 7º Serviço de Finanças pedido parecer ao Departamento de Justiça Tributária, antes de tomar posição sobre o novo requerimento.

Por Despacho do Chefe de Finanças de 19.11.2007 foi indeferida a prorrogação da suspensão da execução, tendo a Docapesca sido notificada em 21.11.2007 de tal decisão e também para proceder, em 15 dias, ao integral pagamento do montante de 3.313.156,85 Euros.

De tal Despacho de indeferimento recorreu a Docapesca para o tribunal Tributário de 1ª Instância de Lisboa, não tendo até 31 de Dezembro de 2007 havido qualquer outro desenvolvimento.

Ressalva-se que a Docapesca havia procedido à anulação da provisão que existia para suportar esta dívida, agora reclamada, conforme relatou no Relatório de Gestão do Exercício de 2003.

54. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a rubrica **"Custo das Vendas e das Prestações de Serviços"** inclui a "Variação da Produção" e parte dos saldos das contas "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", "Fornecimentos e Serviços Externos", "Impostos", "Custos com o Pessoal", "Outros Custos e Perdas Operacionais", "Amortizações e Ajustamentos do Exercício", "Provisões do Exercício", "Custos e Perdas Extraordinárias" e "Proveitos e Ganhos Extraordinários" da Demonstração de Resultados por Naturezas (DRN)
- a rubrica **"Outros Proveitos e Ganhos Operacionais"** inclui os saldos das contas "Proveitos Suplementares" e "Reversões de Amortizações e Ajustamentos" e parte dos saldos das contas "Proveitos e Ganhos Financeiros" e "Proveitos e Ganhos Extraordinários" da DRN

- a rubrica **"Custos Administrativos"** inclui parte dos saldos das contas "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", "Fornecimentos e Serviços Externos", "Impostos", "Custos com o Pessoal", "Outros Custos e Perdas Operacionais", "Amortizações e Ajustamentos do Exercício", "Provisões do Exercício", "Custos e Perdas Extraordinárias" e "Proveitos e Ganhos Extraordinários" da DRN
- a rubrica **"Outros Custos e Perdas Operacionais"** inclui parte dos saldos das contas "Custos e Perdas Financeiras", "Custos e Perdas Extraordinárias" e "Amortizações e Ajustamentos do Exercício" da DRN
- a rubrica **"Custo Líquido do Financiamento"** inclui parte dos saldos das contas "Custos e Perdas Financeiras" e "Proveitos e Ganhos Financeiros" da DRN.

A Docapesca alterou, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os critérios de classificação das rubricas para efeito da sua apresentação nas Demonstrações dos Resultados por Funções.

Em virtude destas alterações, as rubricas dos anos de 2007 e 2006 não são comparáveis.

As principais alterações verificam-se na rubrica dos "Resultados Extraordinários" (que apresenta resultado nulo em 2007), na rubrica das "Vendas e Prestações de Serviços" (que deixou de incluir os Proveitos Suplementares e a Variação da Produção), na rubrica de "Reversões de Amortizações e Ajustamentos" (que tinha sido acrescentada ao mapa quando da criação destas contas e cuja utilização deixou de fazer sentido) e na rubrica dos Custos Administrativos (por deixar de incluir custos foram reanalisados e que se considera que devem fazer parte da esfera produtiva da empresa).

55. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

Depósitos Bancários e Caixa	2007	2006	
Valores em caixa	162.371,34	297.713,87	
Depósitos bancários à ordem	1.766.570,30	991.428,70	
Depósitos bancários a curto prazo	32.120,33	32.120,33	a)
	1.961.061,97	1.321.262,90	

a) Um depósito a prazo (90 dias) de 32.120,33 Euros, com renovação sucessiva, correspondente ao montante não utilizado de um subsídio destinado à instalação da rede "Info Reseau" cuja devolução está pendente.

Decomposição para a Demonstração de Fluxos de Caixa	2007	2006
Depósitos Bancários e Caixa	1.961.061,97	1.321.262,90
Descobertos Bancários	(2.672.466,22)	(4.030.647,96)
Caixa e seus equivalentes no final do período	(711.404,25)	(2.709.385,06)

O valor dos descobertos bancários está incluído no passivo em "Dividas a Instituições de Crédito".

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa não estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota, mas apenas os respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transaccionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal) foi de 188.418.497 Euros no exercício de 2007 e de 167.142.662 Euros no exercício de 2006.

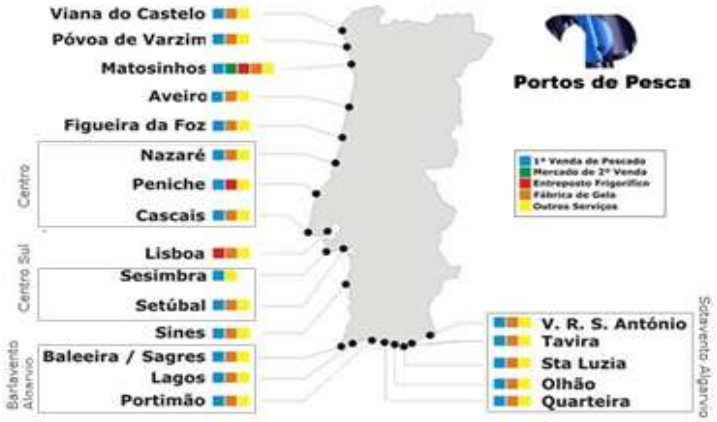
O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4.
SÍNTESE DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO –

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. é a entidade que, nos termos do Decreto - Lei nº107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo e em exclusivo no território nacional, o serviço público da prestação de serviços de primeira venda de pescado, bem como o apoio ao sector da pesca e respectivos portos.
A Docapesca, pelas suas características, está presente em todo o país.



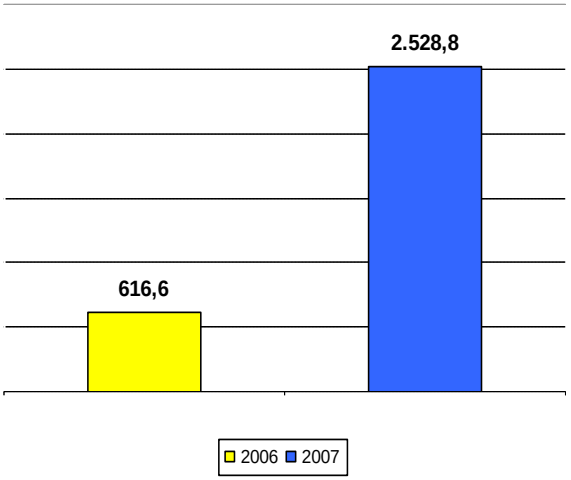
A actividade da Docapesca cinge-se fundamentalmente a duas actividades de negócio:

	1ª VENDA DE PESCADO SERVIÇO PÚBLICO	OUTRAS ACTIVIDADES CONEXAS
Actividade	Promover a venda do pescado fresco e refrigerado por leilão ou contrato. Controlo higio-sanitário de todo o pescado.	Serviços de apoio ao sector, através do aluguer de armazéns, entreposto frigorífico, mercado de 2ª venda, venda de gelo, combustíveis e aprestos.
Principais Activos	• 10 Delegações • 20 Lotas principais • 50 Postos de vendagem	• 1 Mercado de 2ª venda • 3 Entrepostos Frigoríficos • 15 Lojas de aprestos • 556 Armazéns • 22 Fábricas de gelo

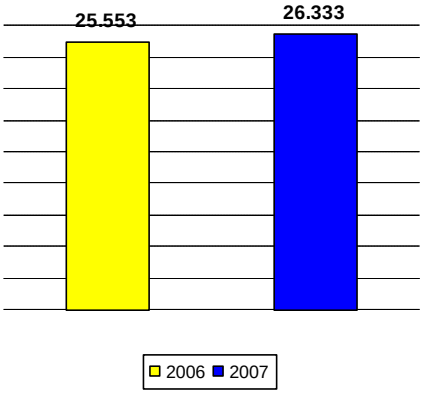
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- Em 2007 o pescado transaccionado em lota aumentou 14% em volume e 13% em valor;
- Docapesca lança Projecto "Certificado de Compra em Lota", com objectivo de valorizar o pescado;
- A Docapesca inicia a implementação do HACCP nas lotas;
- A nível de resultados Líquidos, a Docapesca melhorou consideravelmente a sua performance;
- Pedido de execução de garantias bancárias pelo IPTM permaneceu sem solução, até à data.

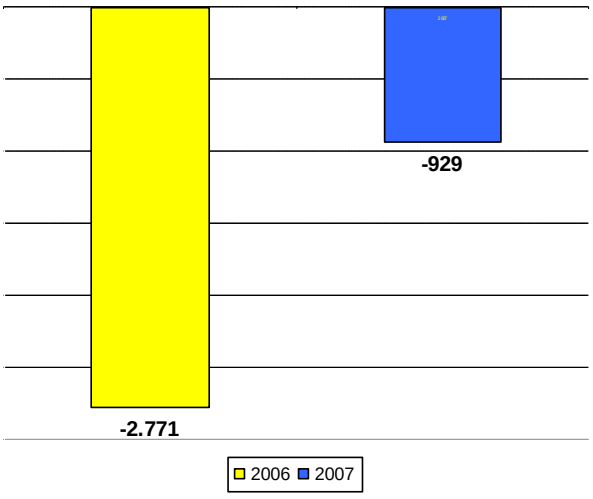
EBITDA €



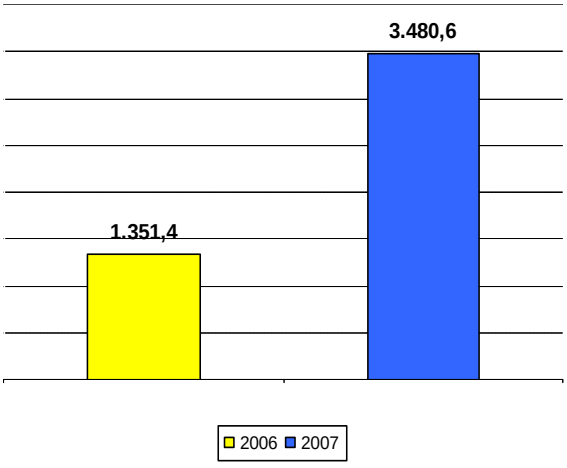
PROVEITOS OPERACIONAIS



RESULTADO LÍQUIDO



CASH - FLOW



PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

INDICADORES	UNIDADE	2007	2006
Ebitda (1)	Mil €	2.529	617
Proveito Operacional	Mil €	26.333	25.553
Resultado Liquido	Mil €	-929	-2.771
Investimento	Mil €	4.262	2.491
Cash-Flow (2)	Mil €	3.481	1.351
Activo líquido	Mil €	42.110	41.671

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

ACTIVIDADE COMERCIAL	UNIDADE	2007	2006
Pescado	Ton	124.998	109.967
Valor do pescado	Mil €	188.418	167.143
Vendas de Mercadorias (3)	Mil €	1.058.699	975.141
Combustíveis	Mil €	1.771.423	2.241.360
Gelo	Mil €	1.651.234	1.468.584
Instalações	Mil €	4.125.474	4.001.171
Entrepostos	Mil €	1.985.572	2.086.836

RECURSOS HUMANOS

ITEMS	UNIDADE	2007	2006
Contratos sem termo	Nº	551	582
Contratos com termo	Nº	10	28
Nº de contratos (4)	Nº	196	285
Horas de Formação	Nº	2.663	2.396
Taxa de Absentismo	%	4,7%	4,9%

INVESTIMENTOS

TIPO	UNIDADE	2007	2006
Específicos	Mil €	3.296	1.235
Correntes	Mil €	966	1.255

Glossário

(1) Resultado operacional + amortizações do exercício + provisões + ajustamentos

(2) Resultado líquido + amortizações do exercício+ variação das provisões e dos ajustamentos

(3) Embalagens+Aprestos+Baterias+Lubrificantes+Comandos

(4) Número de contratos de trabalho temporário

5.
FACTOS RELEVANTES

» IMPLEMENTAÇÃO DO HACCP NAS LOTAS «

A Docapesca, com o objectivo de melhorar a qualidade do pescado saído das lotas, iniciou a implementação do HACCP.

Este projecto consiste na implementação de um Sistema para análise e controlo de riscos sanitários associados a um produto alimentar, de acordo com o "*Codex Alimentarius*" (documento criado pela ***Codex Alimentarius Commission*** com os princípios gerais de higiene alimentar). Estes princípios concebem uma base sólida para a garantia da higiene alimentar.

O *Codex Alimentarius* delineia um sistema para analisar e controlar os riscos sanitários associados a um produto alimentar sendo a sua aplicação obrigatória, segundo o Regulamento CE Nº 852/04 de 29 de Abril.

Este Regulamento recomenda a adopção de metodologias de controlo baseadas nos princípios **HACCP** (Hazard Analysis and Control of Critical Points) para reforçar a segurança alimentar. O **HACCP** aplica-se em todo o sector alimentar, desde a produção primária até ao consumo final, sendo compatível com outros sistemas de gestão.

» CERTIFICADO DE COMPRA EM LOTA «

A Docapesca lança o "Certificado de Compra em Lota", cujo objectivo central consiste na identificação e valorização do pescado transaccionado nas lotas do continente português, junto do consumidor final. Este projecto evidencia todo o processo desde a descarga até ao consumidor, valorizando a imagem do "peixe da costa portuguesa", associada a organismos locais e às regiões, informando, identificando e diferenciando o pescado fresco adquirido na lota e sujeito a inspecções higio-sanitárias.

» DOCAPESCA REALIZA ESTUDO SOBRE MERCADO DE 2ª VENDA «

A DOCAPESCA constatou a existência de uma actividade de comercialização de pescado extra lota, equiparada a uma 2ª venda entre comerciantes instalados no porto de pesca de Olhão, compradores de pescado em lota e outros comerciantes.

Esta actividade acontece em condições que não contemplam as exigências higio-sanitários vigentes, sendo importante encontrar uma solução adequada, que sirva as necessidades de mercado e a legislação em vigor.

Paralelamente, reconhece-se que o espaço da lota de Olhão está sobredimensionado face às actuais transacções de pescado, afigurando-se pertinente analisar a possibilidade de reconversão de parte dessa área para outra actividade, designadamente para um mercado de 2ª venda.

Neste contexto, a DOCAPESCA elaborou um projecto de reconversão de parte da actual lota e decidiu elaborar um estudo de mercado, com vista a identificar os potenciais interessados num mercado de 2ª venda em Olhão, sua tipologia e necessidades específicas, ao qual se seguirá um estudo sobre a viabilidade económica e financeira do investimento.
O estudo de mercado, já concluído, permitiu identificar um conjunto de potenciais clientes, interessados em dispor de um espaço de venda numa futura instalação em Olhão, estando em fase de arranque o estudo de viabilidade económico-financeira.

» PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE DOCAPESCA E IPIMAR «

A DOCAPESCA e o IPIMAR assinaram, em 2007, um protocolo de cooperação, com o objectivo de valorizar o pescado, ao longo de toda a fileira da pesca.
O projecto engloba dois eixos prioritários:

- Introdução de manuais de boas práticas nas lotas e a bordo das embarcações
- Informação ao consumidor final sobre as qualidades do pescado para a saúde, processos de conservação e conselhos para a confecção de pratos de peixe, simples e nutricionalmente equilibrados

Os meios de comunicação utilizados serão publicações específicas, sob a orientação técnica do IPIMAR, e uma série de mini-programas televisivos em espaço institucional, coordenados pela DOCAPESCA, que incidem sobre as 20 principais espécies de pescado transaccionadas nas lotas do continente português.
Após a realização de um conjunto de reuniões de trabalho entre a DOCAPESCA e o IPIMAR, foi possível planificar a actividade a desenvolver em 2008, a qual se iniciou já com o desenvolvimento de conteúdos informativos, guiões de trabalho e captação de imagens para os programas televisivos.

» ESTUDO DE MERCADO SOBRE A SARDINHA E O CARAPAU PARA PERSPECTIVAS DE ACTUAÇÃO EM NOVOS MERCADOS «

A DOCAPESCA realizou, em 2007, um estudo com uma empresa externa, de forma a obter informação estruturada e validada, para um maior conhecimento do mercado internacional sobre a sardinha e o carapau.
A escolha destas duas espécies justifica-se pela sua predominância na costa portuguesa, benefícios do seu consumo em termos de saúde pública e baixo valor comercial no mercado interno, especialmente na 1ª venda.

Este estudo teve como principais objectivos:

- Analisar o mercado actual e identificar alvos prioritários que permitam um crescimento no mercado internacional
- Identificar as tendências e a evolução da pesca da sardinha e do carapau a nível mundial (incluindo neste último caso o chicharro, o carapau negrão e o carapau do mediterrâneo)
- Caracterizar o sector europeu de processamento de peixe e produtos de peixe
- Identificar oportunidades do mercado e da procura, que apoiem a tomada de decisão e minimizem os riscos inerentes à colocação de sardinha e de carapau no mercado internacional

O objectivo subjacente a este estudo é a valorização do pescado, facilitando a sua colocação em mercados com procura em ascensão e estrategicamente relevantes.

Após a apresentação do trabalho à Administração da DOCAPESCA, no final de 2007, está a preparar-se uma sessão de trabalho com organizações e associações do sector, armadores e comerciantes, com vista à apresentação das principais conclusões do estudo e consequente reflexão sobre possíveis estratégias de actuação e cooperação em mercados internacionais.

» COLABORAÇÃO DOCAPESCA / ISCTE «

A Docapesca dispõe de informação estatística relevante, informação esta que é continuamente solicitada pelas mais diversas entidades, para além de ser formalmente enviada à Direcção Geral das Pescas e Aquicultura.

No ano de 2007 foram muitos os pedidos de colaboração efectuados por investigadores que, na grande maioria têm como origem o meio universitário.

Também este ano, e mais uma vez, tivemos um pedido de colaboração e de tratamento e envio de dados para o projecto – “Marketing and Price Formation of Fisheries and Aquaculture Products” do Parlamento Europeu, que é liderado pelo Prof. Philip Rodgers do Center for Fishery Economics Research/ Erinshore Economics Limited (UK), projecto este levado a cabo pela ADETTI/ISCTE.

» COLABORAÇÃO COM O SECTOR «

Colaboração com as Organizações de Produtores e outras Associações de Armadores, onde se salienta o apoio financeiro destinado à sua actividade emergente no sentido da comercialização dos produtos provenientes da pesca dos seus associados.

» CONTENCIOSO COM O IPTM «

A Docapesca tem vindo a diligenciar no sentido de vir a ser ultrapassado o diferendo existente com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos relativamente à tarifa de movimentação de pescado, tendo promovido diversas reuniões para que esta questão seja ultrapassada. Em 29 de Maio de 2007, a Docapesca apresentou ao IPTM uma proposta de protocolo, onde se pretendia que as partes acordassem que a Docapesca procederia, a partir do segundo semestre de 2007, à cobrança da taxa de movimentação de pescado, prevista nos Regulamentos de Tarifas das Delegações do IPTM, e cujos sujeitos passivos são os comerciantes de pescado, nas lotas implantadas em zona de jurisdição do IPTM. A Docapesca aguarda ainda a resposta do IPTM.

Quanto ao contencioso que remonta ao ano de 2000, e que se encontra em situação de execução fiscal, aguardamos o resultado das negociações em curso, desde há cerca de um ano, entre a Secretaria de Estado da Agricultura e Pescas e a Secretaria de Estado dos Transportes.
A intervenção directa das tutelas na resolução deste contencioso decorre do facto de o Accionista comum Estado, ter aprovado as Contas do exercício de 2003, nas quais foram utilizadas as provisões eliminando, assim, o custo da alegada divida.

» REDUÇÃO DOS CUSTOS DE OUTSOURCING «

A Docapesca deixou de prestar os serviços portuários relacionados com a descarga e selecção do pescado capturado pelas embarcações da pesca do arrasto, deixando também de cobrar as taxas adicionais de 1% + 1% sobre o valor do pescado. Com esta medida, os armadores da pesca do arrasto obtiveram uma redução dos custos operacionais e aumentaram a produtividade dos seus trabalhadores. A Docapesca prescindiu de um proveito superior a 100 mil euros mas reduziu os custos de *outsourcing* associados à descarga (poupando mais de 300 mil euros) e está a negociar a rescisão de contrato de trabalho com 35 trabalhadores que desempenhavam funções de selecção de pescado nas lotas de Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz e Portimão.

» ESTUDO DA TECNINVEST «

A Docapesca é detida a 100% pelo Estado e, como tal, este resolveu dar início a um estudo sobre "Avaliação da comercialização de pescado em Portugal Continental".
Este estudo tinha como objectivos genéricos:

- Delinear novos modelos de gestão da primeira venda de pescado e perspectivar a sua influência nos circuitos de comercialização de pescado, tendo subjacentes estratégias que permitam:

    - Incrementar a valorização do pescado
    - Assegurar à produção mais valor na cadeia de comercialização
    - Garantir maior transparência na formação do preço

O estudo elaborou uma análise comparativa com os seguintes países:

- Espanha – Venda obrigatória em lota
- Dinamarca
- França
- Reino Unido

Nos restantes países, a venda pode ser feita através de leilão em lota ou através de transacções directas entre produtores e compradores, consoante a opção dos operadores, havendo apenas a excepção pontual no caso da Dinamarca, que obriga que a venda do bacalhau seja feita em lota.

O estudo faz um breve historial sobre a Docapesca, incidindo nos seguintes eixos:

- Recursos Humanos
- Instalações e Infraestruturas
- Operações (administrativas, taxas, prestação de serviços)
- Resultados de exploração

A grande mais valia do estudo é o conjunto de cenários elaborados para o futuro da Docapesca.
Foram apresentados 3 possíveis cenários de funcionamento da Docapesca:

- Continuidade
- Adaptação
- Ruptura

O cenário da Continuidade pressupõe uma reestruturação da Docapesca a todos os níveis e o estado mantém o papel de único accionista.
Para este cenário é necessário um investimento de 15.580.000 €
Prazo de implementação: 24 meses

O cenário de Adaptação pressupõe a abertura a novos operadores e o estado passará a ter apenas um papel regulador e fiscalizador.
Para este cenário é necessário um investimento de 5.100.000 €
Prazo de implementação: 15 meses

No cenário de Ruptura, o modelo em vigor desaparece por completo, no sentido em que a venda em lota passa a ser facultativa e o estado terá apenas funções reguladoras e fiscalizadoras.
O investimento necessário será o mesmo que no cenário de adaptação.

O MADRP tem vindo a realizar reuniões com o sector, para aferir do interesse das Organizações de Produtores na concessão das lotas. A opinião expressa pelo sector tem sido, genericamente, pela continuidade da Docapesca (cenário 1).

6. *PERFORMANCE* DA DOCAPESCA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

RESULTADO LIQUIDO PASSOU DE -2.771.129,71 PARA -928.611,06

RESULTADO CORRENTE PASSOU DE -4.152.537,42 PARA -2.706.133,18

RESULTADO OPERACIONAL PASSOU DE -4.469.057,37 PARA -2.746.819,36

A empresa encerrou o exercício de 2007 com um prejuízo de 929 mil Euros.

Apesar de se manter em valores negativos, o resultado espelha, acima de tudo, um forte acréscimo (cerca de 14%) nas quantidades de pescado apresentadas a leilão durante o exercício de 2007. As alterações produzidas na empresa no final do ano 2003, já exaustivamente comentadas em Relatórios de Gestão anteriores, com o encerramento parcial da actividade no Porto de Pesca de Pedrouços (de efectiva relevância na perda de receitas comerciais conexas com a actividade de primeira venda) impediu que um tão forte acréscimo no valor do pescado transaccionado colocasse os resultados económicos ao nível do lucro.

RESULTADOS POR ACTIVIDADES

Em milhares de Euros

Designação	2003	2004	2005	2006	2007
1ª Venda de Pescado:					
Custos	28.012	21.132	20.011	19.996	19.124
Proveitos	24.456	15.670	15.483	14.782	15.943
Resultados	**-3.554**	**-5.462**	**-4.528**	**-5.214**	**-3.181**
Fabrico e Venda de Gelo					
Custos	1.265	1.207	1.160	1.322	1.496
Proveitos	2.044	1.643	1.625	1.746	1.926
Resultados	**779**	**436**	**465**	**423**	**430**
Instalações					
Custos	4.207	3.065	3.729	3.634	3.621
Proveitos	7.302	5.252	5.316	5.540	5.605
Resultados	**3.095**	**2.187**	**1.587**	**1.906**	**1.984**
Entrepostos Frigoríficos					
Custos	3.588	2.228	2.701	2.527	2.639
Proveitos	3.763	2.978	2.856	2.470	2.283
Resultados	**175**	**750**	**155**	**-58**	**-356**
Venda de Mercadorias					
Custos	1.128	1.076	942	919	877
Proveitos	1.227	1.189	1.007	1.010	1.026
Resultados	**99**	**113**	**65**	**91**	**149**
Venda de Combustíveis					
Custos	1.583	1.649	3.040	2.328	1.827
Proveitos	1.732	1.796	3.313	2.420	1.892
Resultados	**149**	**147**	**273**	**92**	**65**
Imposto s/ Rendimento	13	15	15	15	14
Variação da Produção	0	-1	3	5	6
Resultado Líquido	**731**	**-1.845**	**-1.995**	**-2.771**	**-929**
Valor do Pescado Transaccionado	198.132	183.636	179.184	167.143	188.418

O acréscimo das descargas aumentou o valor do pescado transaccionado para 188,4 milhões de Euros, representando uma variação de cerca de 13% sobre os 167,1 milhões de Euros apurados em 2006.

Os proveitos gerados pela empresa na prestação do serviço de primeira venda evoluíram, assim, positivamente, registando um aumento de 1,219 milhões de Euros em 2007, sem que tivessem aumentado, em idêntica medida, os custos directos incorridos com a prestação destes serviços, porquanto se trata de custos essencialmente fixos e indispensáveis para a manutenção da oferta generalizada do serviço de vendagem.

A contenção salarial e a redução de efectivos contribuíram também, uma vez mais, para a redução dos custos totais com pessoal suportados pela empresa. De facto, a componente dos custos relativa ao pessoal reduziu-se em 2007 em 0,33 milhões de Euros.

De entre os proveitos comerciais sobressaem, no entanto, as evoluções negativas verificadas nos proveitos decorrentes da Venda de Mercadorias e na actividade dos Entrepostos Frigoríficos e a evolução positiva (cerca de 12,5%) na Venda de Gelo (esta última fortemente correlacionada com a primeira venda).

O acréscimo de proveitos já referido, associado ao decréscimo, em cerca de 5,5%, nos Fornecimentos e Serviços Externos (designadamente em Consultoria) contribuíram para que os fluxos financeiros gerados pelas actividades operacionais apresentem um superavit de 3,8 milhões de Euros (déficit de 1,4 milhões de Euros em 2006), resultando numa redução do recurso a endividamento bancário a curto prazo, como se pode verificar no seguinte quadro:

Mil Euros

DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2007	2006
No Médio/Longo Prazo		
Empréstimos Bancários	-	-
No Curto Prazo		
Empréstimos Bancários	1.000	1.000
Contas Correntes Caucionadas	1.250	1.800
Descoberto Bancário	2.672	4.031
Total	**4.922**	**6.831**

A moderada execução do Plano de Investimentos (4,3 milhões de Euros - cerca de 53% do previsto) e o recebimento de 1,5 milhões de Euros em Subsídios ao Investimento contribuíram também para a melhoria da situação financeira da empresa.

A regra do equilíbrio mínimo continua a mostrar-se razoavelmente salvaguardada, revelando um moderado desequilíbrio dos valores Activos e Passivos de acordo com o grau de exigibilidade/ /realização dos mesmos.

Mil Euros

	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo	
Activos	Disponibilidades	1.961	Imobilizado Líquido	26.793
	Dívidas de Terceiros	12.733		
	Existências	622		
		15.316		26.793
Passivos	Dívidas a Terceiros	19.470	Capital + Proveitos Diferidos	14.038
			Dívidas a Médio / Longo Prazo	0
			Provisões para Riscos e Encargos	8.601
		19.470		22.639

Das contas finais deste exercício resulta, uma vez mais, que mais de metade do Capital Social da empresa se encontra perdido, pelo que será necessário dar cumprimento ao disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

ALGUNS INDICADORES

montantes expresso em Euros

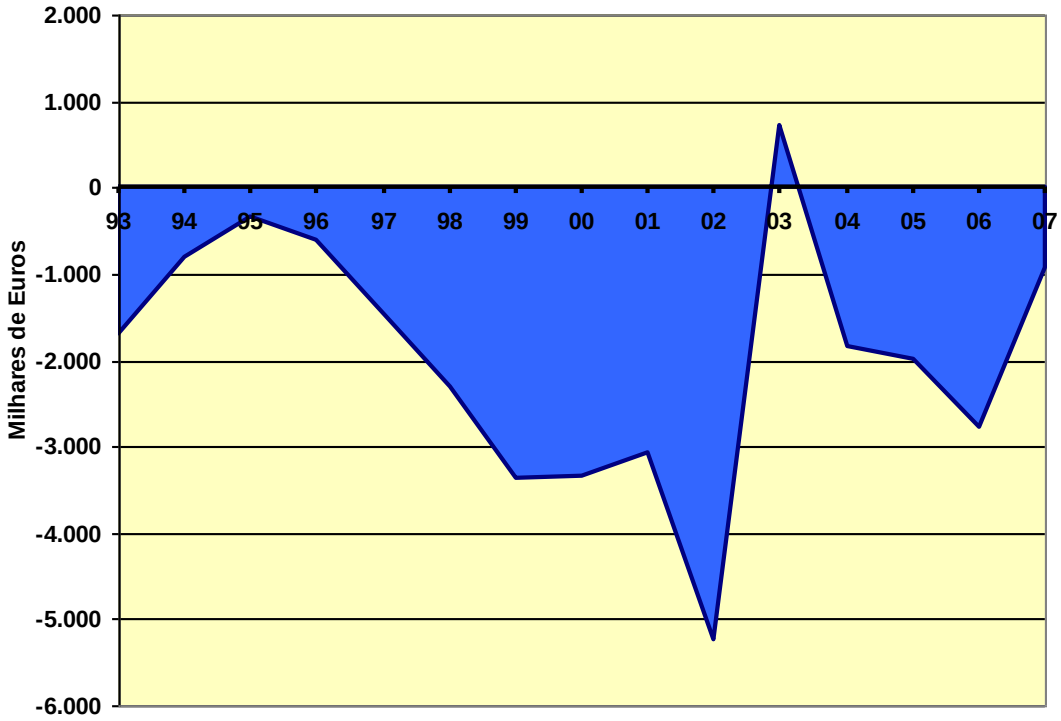
Indicadores Relevantes	2003	2004	2005	2006	2007
1 - Pescado Transaccionado em Lota					
Quantidades (Toneladas)	125.048	121.419	116.410	109.967	124.998
Valor (Milhares de Euros)	198.132	183.636	179.184	167.143	188.418
2 - Produtividade					
Efectivos em 31/12	654	610	594	582	561
Custos com o Pessoal (a)	16.667,7	14.234,7	13.417,9	13.175,1	12.845,2
Valor Acrescentado Bruto	19.178,3	15.635,1	15.324,1	13.291,3	15.122,6
V.A.B. / Custos com o Pessoal	1,15	1,10	1,14	1,01	1,18
3 - Resultados Líquidos	730,7	(1.845,2)	(1.995,6)	(2.771,1)	(928,6)
4 - Cash-Flow	5.361,8	2.659,9	3.290,9	1.351,4	3.480,6
5 - Investimentos	2.022,2	1.877,5	1.979,3	2.490,9	4.262,2
6 - Proveitos Operacionais (c)	30.325,9	26.211,8	27.247,5	25.553,1	26.332,8
7 - Proveitos Área Comercial / Proveitos Operacionais Totais	0,51	0,46	0,49	0,49	0,46
8 - Activo Líquido	56.192,9	45.791,8	42.512,5	41.671,3	42.109,8
9- Passivo Total	32.184,5	23.930,2	23.565,3	26.562,0	28.071,6
10 - Capital Próprio (b)	24.008,4	21.861,6	18.947,3	15.109,4	14.038,2
11 Fundo de Maneio	2.494,2	545,7	(687,9)	(2.693,9)	(4.153,9)
12- Liquidez Geral	1,12	1,04	0,95	0,85	0,79
13 - Cobertura do Imobilizado	0,83	0,74	0,68	0,57	0,52
14 - Solvabilidade Total	0,99	1,40	1,24	0,84	0,72

(a) - Excluído em 2003 o montante correspondente às Rescisões do Pessoal da Delegação de Lisboa (inclui no entanto Remunerações e Encargos do ano de 2003 da mesma Delegação)

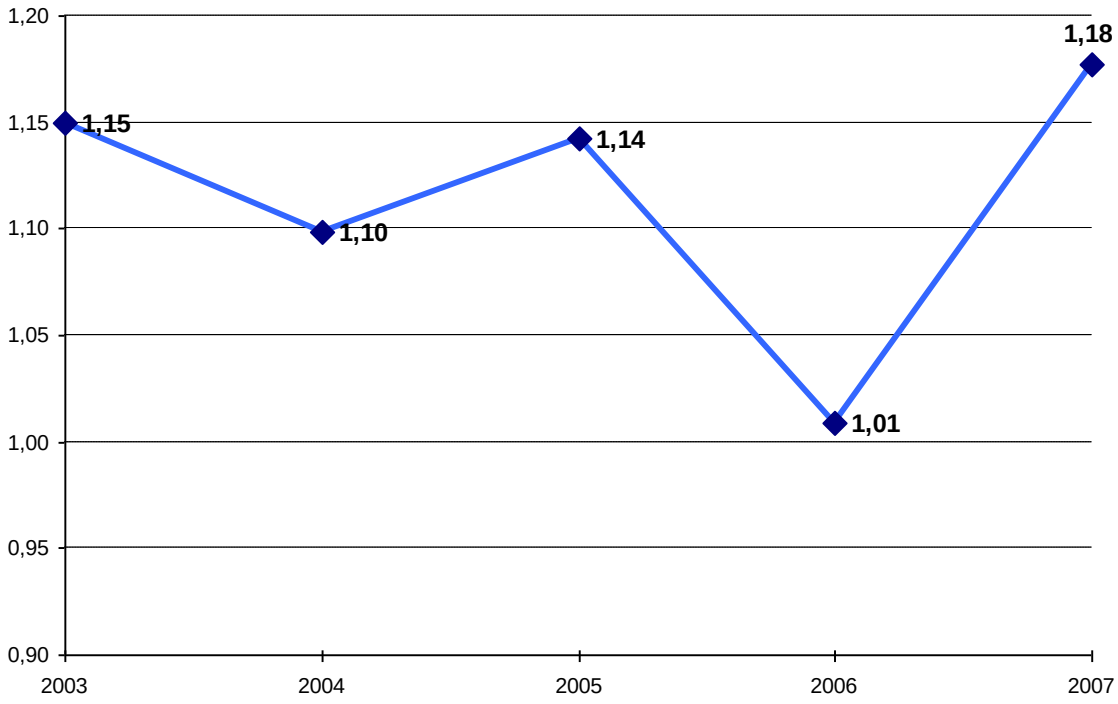
(b) - Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos).

(c) – A alteração contabilística determinada pelo Decreto-Lei N.º 35/2005 de 17 de Fevereiro provoca alterações na quantificação dos Proveitos Operacionais (por incluir agora também a redução/utilização de Provisões - redenominados Ajustamentos) tendo sido as mesmas reflectidas neste quadro para todos os anos.

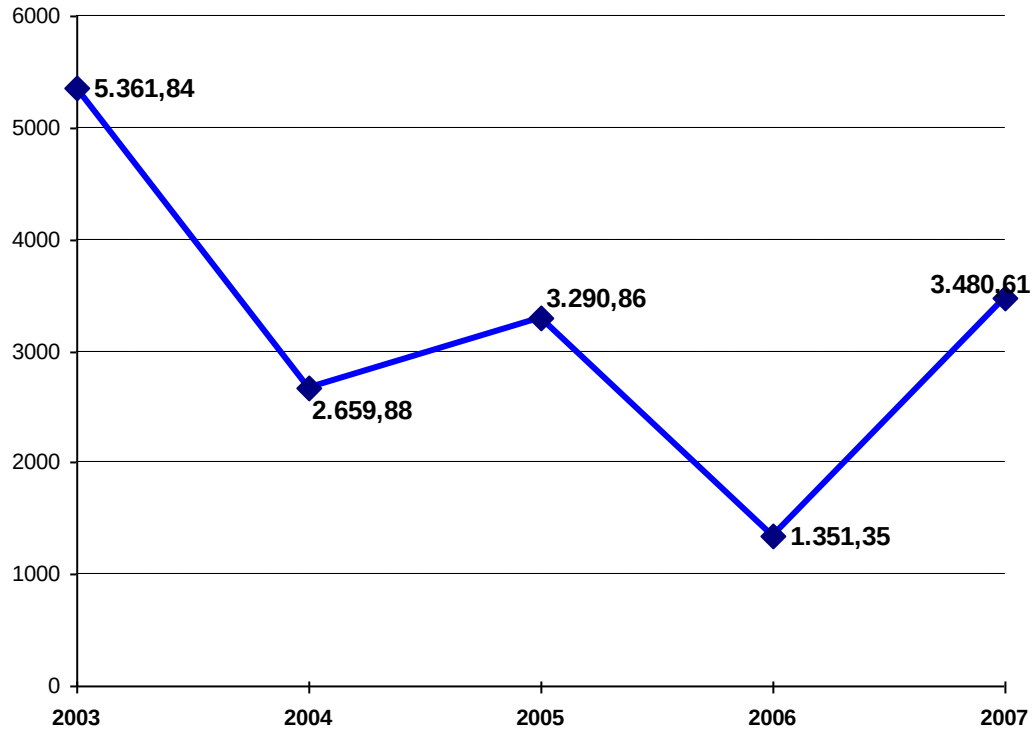
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LIQUIDOS 1993/2007



VAB / CUSTOS COM PESSOAL



CASH - FLOW


6000
5000
4000
3000
2000
1000
0
5.361,84
2.659,88
3.290,86
1.351,35
3.480,61
2003
2004
2005
2006
2007

BALANÇOS – ESTRUTURA FINANCEIRA

Mil Euros

Balanços (Estrutura Financeira)	2003		2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ACTIVO	**56.192,9**	88,6%	**45.791,8**	100,0%	**42.512,5**	100,0%	**41.671,3**	100,0%	**42.109,8**	100,0%
Disponibilidades	1.871,7	3,3%	2.245,5	4,9%	855,0	2,0%	1.321,3	3,2%	1.961,1	4,7%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo (a)	15.216,4	27,1%	13.100,6	28,6%	13.208,1	31,1%	13.344,2	32,0%	12.733,4	30,2%
Subscritores de Capital	6.400,0	11,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Existências	473,8	0,8%	406,6	0,9%	498,8	1,2%	562,9	1,4%	621,9	1,5%
Imobilizado Líquido (b)	32.231,0	57,4%	30.039,1	65,6%	27.950,7	65,7%	26.443,0	63,5%	26.793,4	63,6%
PASSIVO	**32.184,5**	57,3%	**23.930,2**	52,3%	**23.565,3**	55,4%	**26.562,0**	63,7%	**28.071,6**	66,7%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo (c)	21.467,7	38,2%	15.207,0	33,2%	15.249,7	35,9%	17.922,2	43,0%	19.470,3	46,2%
Dívidas a Terceiros - M.L. Prazo	2.856,2	5,1%	412,8	0,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Provisões para Riscos e Encargos	7.860,6	14,0%	8.310,4	18,1%	8.315,6	19,6%	8.639,8	20,7%	8.601,3	20,4%
CAPITAL PRÓPRIO (d)	**24.008,4**	42,7%	**21.861,6**	47,7%	**18.947,3**	44,6%	**15.109,4**	36,3%	**14.038,2**	33,3%
Total Capital Próprio + Passivo	**56.192,9**	100,0%	**45.791,8**	100,0%	**42.512,5**	100,0%	**41.671,3**	100,0%	**42.109,8**	100,0%
FUNDO DE MANEIO	**2.494,2**		**545,7**		**(687,9)**		**(2.693,9)**		**(4.153,9)**	
RÁCIOS										
Activo Corrente / Passivo Corrente	1,12		1,04		0,95		0,85		0,79	
Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	0,83		0,74		0,68		0,57		0,52	
Capitais Próprios / Imobilizado Líquido	0,74		0,73		0,68		0,57		0,52	
Capitais Próprios / Capitais Permanentes	0,89		0,98		1,00		1,00		1,00	
Capitais Próprios / Passivo Total	0,99		1,40		1,24		0,84		0,72	

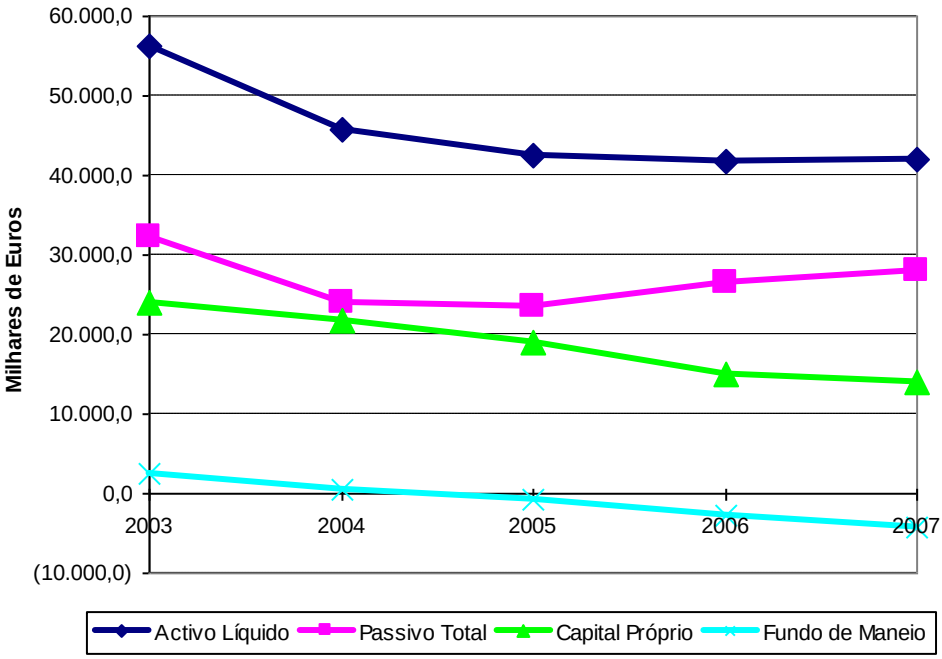
(a) - Inclui Custos Diferidos (Despesas Antecipadas) e Acréscimos de Proveitos.

(b) - Inclui Custos Diferidos (Conservação Plurienal).

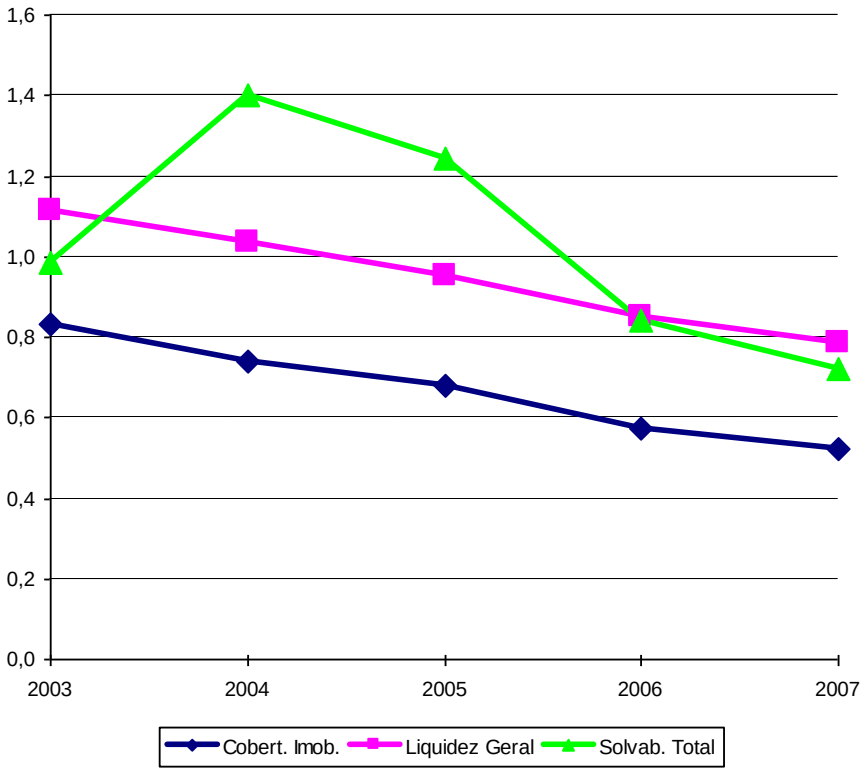
(c) - Inclui Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos (Receitas Antecipadas).

(d) - Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos).

INDICADORES



RÁCIOS

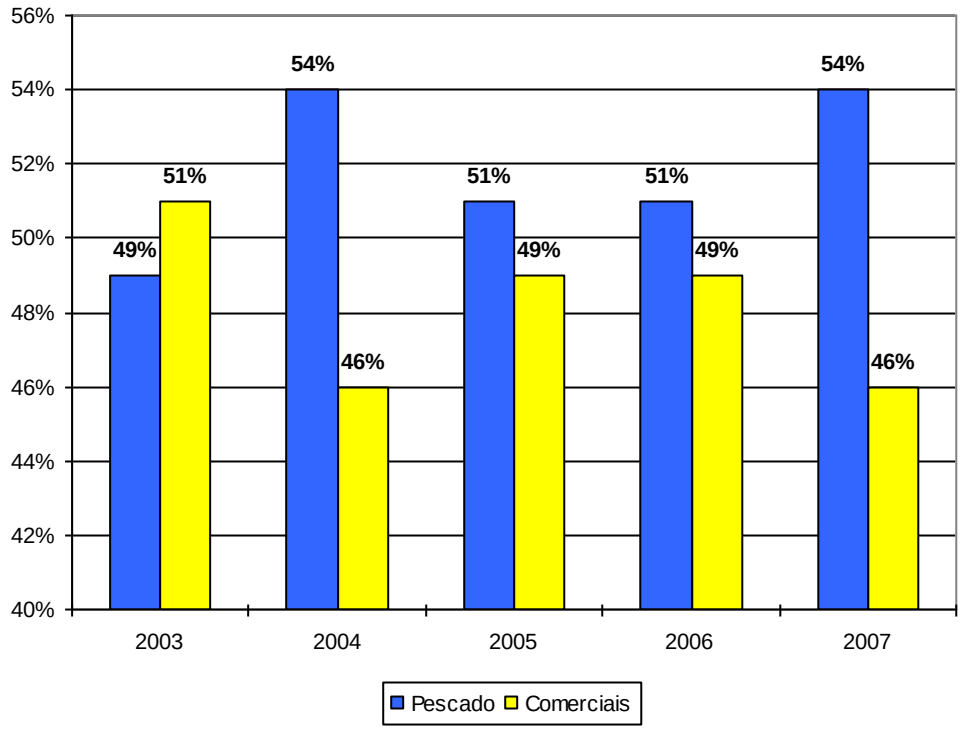


PROVEITOS OPERACIONAIS

Unidade: Euros

Proveitos Operacionais	2007	Estrutura	2006	Evolução	
				Valor	%
ÁREA COMERCIAL	**12.110.007,75**	**46,0%**	**12.511.902,15**	**(401.894,40)**	**-3,2%**
Venda de Gelo	1.644.702,88	6,2%	1.474.260,65	170.442,23	11,6%
Entrepostos Frigoríficos	1.995.322,12	7,6%	2.097.809,80	(102.487,68)	-4,9%
Instalações	5.068.841,49	19,2%	4.918.969,90	149.871,59	3,0%
Outras Actividades Comerciais	3.401.141,26	12,9%	4.020.861,80	(619.720,54)	-15,4%
PESCADO	**14.222.788,12**	**54,0%**	**13.041.213,04**	**1.181.575,08**	**9,1%**
TOTAL	**26.332.795,87**	**100,0%**	**25.553.115,19**	**779.680,68**	**3,1%**

ESTRUTURA DOS PROVEITOS OPERACIONAIS



RECURSOS HUMANOS

No quadro de uma política de optimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada, foi possível reduzir os efectivos, durante o ano em análise, em 21 trabalhadores (saldo de 8 entradas e 29 saídas). O efectivo total da empresa passou de 582 trabalhadores em 31/12/2006, para **561** trabalhadores em **31/12/2007**.

O Saldo acumulado encontra-se distribuído da seguinte forma:

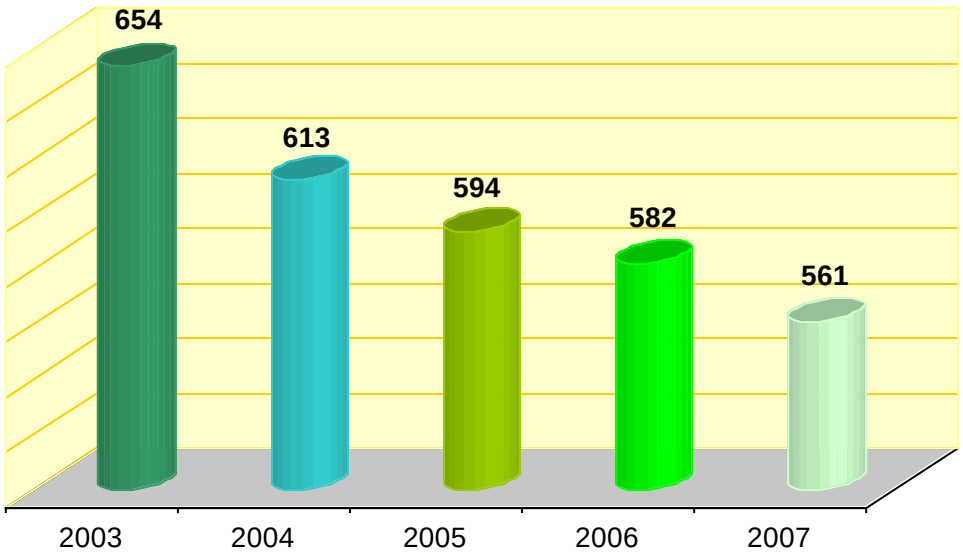
Quadro de Pessoal	Anos	
	2006	2007
Nº Trabalhadores em 31/Dezembro	582	561
ENTRADAS:		
Readmissões	0	0
Admissões (Com Termo)	19	**5**
Admissões (Efectivos)	2	3
Requisitados	0	0
Total Entradas	**21**	**8**
SAÍDAS		
Rescisões Mútuo Acordo	8	**3**
Reformas Velhice	7	8
Reformas Invalidez	1	3
Rescisões por Iniciativa Própria	5	5
Despedimentos Justa Causa	1	1
Falecimentos	2	2
Rescisões Contratos a Termo	9	**7**
Requisitados	0	0
Total Saídas	**33**	**29**

Deu-se, assim, continuidade à política de redução/racionalização de quadros de pessoal, sendo o decréscimo verificado consequência da adopção de uma rigorosa contenção nas admissões, conjugada com a promoção de saídas naturais (reformas) e rescisões de contratos de trabalho por iniciativa própria ou mútuo acordo.

Em 31 de Dezembro de 2007 o número de trabalhadores efectivos e contratados totalizavam 561 Trabalhadores, dos quais 10 Contratados e 551 Efectivos.

SECTORES E DELEGAÇÕES	DEZEMBRO 2007	
	Nº. Trab. Efectivos	Nº. Trab. Contratos a Termo
Secretariado do C.A. e Apoio	3	0
Dir. Recursos Humanos	8	0
Dir. Informática	10	0
Dir. Exploração	12	0
Dir. Comercial e Marketing	7	0
Dir. Financeira	10	0
Dir. Infraestruturas e Manutenção	10	0
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	1	0
Dept- Estatística e Relações Públicas	4	0
TOTAL SEDE	**65**	**0**
Lisboa	12	0
Viana do Castelo	12	0
Póvoa de Varzim	14	0
Matosinhos	81	1
Aveiro	39	0
Figueira da Foz	38	0
Nazaré	15	0
Peniche	34	1
Cascais	10	0
Sesimbra	41	2
Setúbal	26	2
Sines	19	0
Barlavento Algarvio	63	1
Sotavento Algarvio	80	3
TOTAL DELEGAÇÕES	**484**	**10**
SUB.TOTAL	**549**	**10**
Requisitados à Docapesca	1	
Requisitados pela Docapesca	0	
Pré-Reforma (Sede)	0	
Pré-Reforma (Delegações.)	0	
Licença sem Vencimento	1	
TOTAL	**551**	**10**

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS – 2003 / 2007



Conforme se pode observar, o número de trabalhadores no final de 2007 reduziu-se em cerca de 4%, quando comparado com o ano anterior, e em cerca de 14%, se a comparação se reportar ao ano de 2003.

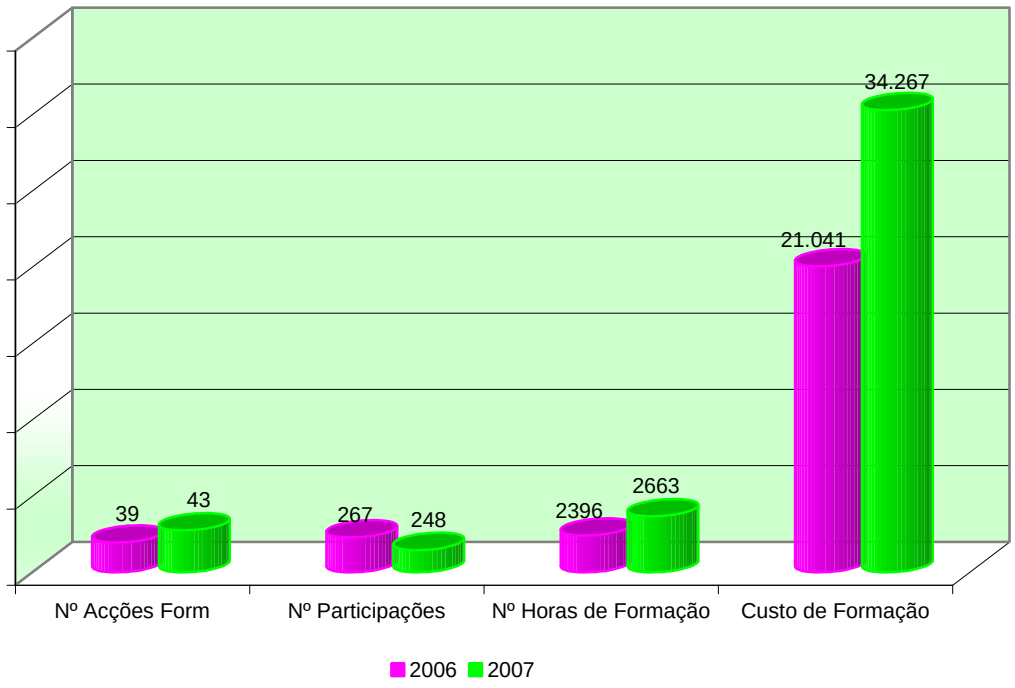
É importante destacar que, para além da gestão rigorosa ao nível da contenção de novas admissões a que temos assistido nos últimos anos, e que tem permitido a redução (em número) supra mencionada, muitas das novas contratações fizeram-se com base em contratos de trabalho a tempo parcial, representando mais uma via que a Empresa deve continuar a aproveitar para só manter em actividade os trabalhadores efectivamente indispensáveis conseguindo, assim, obter mais poupanças no âmbito dos custos com o Pessoal.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na procura contínua de potenciar a eficácia da Empresa e, consequentemente, dos seus Recursos Humanos, a Formação, quer para o desempenho do cargo, quer para o desenvolvimento pessoal, é o meio ideal para minimizar a diferença entre um estádio actual e um estádio desejado. Todo e qualquer processo de Desenvolvimento e Crescimento Organizacional está directamente ligado à optimização do potencial individual e colectivo disponível nas organizações, no qual a Formação se torna um elemento dinamizador.

Neste âmbito, deu-se seguimento à política de valorização dos Recursos Humanos, através de acções de formação, participadas pelos trabalhadores pertencentes ao seu quadro de pessoal, registando-se de novo um importante acréscimo quando comparado com anos anteriores, fruto de uma nova opção estratégica, que irá ter continuidade em 2008.

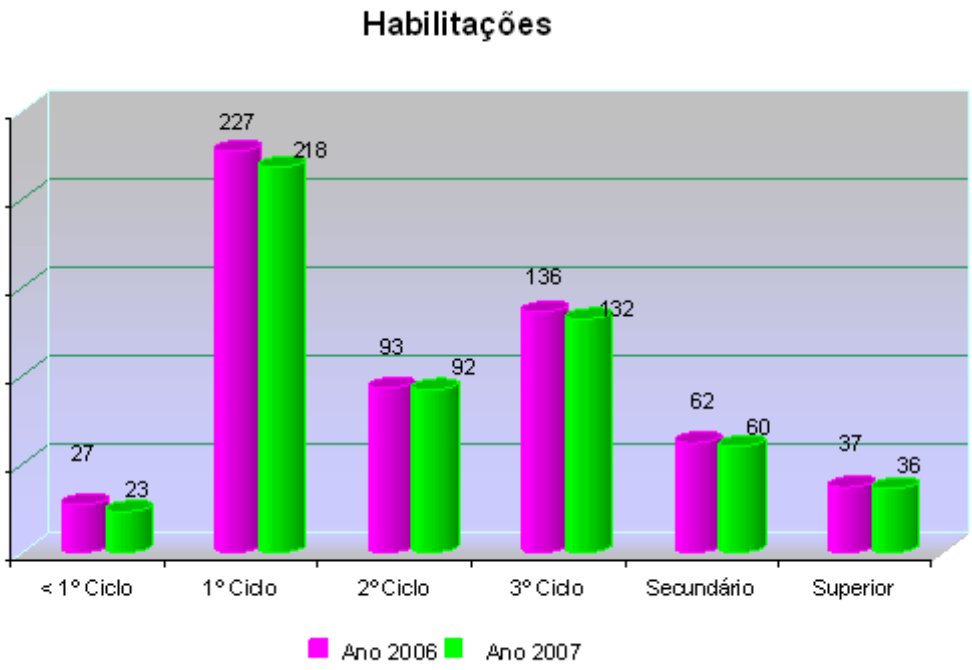
GRÁFICO: NÚMERO DE ACÇÕES / VALORES



Mantendo a Empresa o maior empenhamento na valorização sócio-profissional dos seus colaboradores, foram ministradas, ao longo do ano de 2007, um conjunto de acções de formação que totalizaram 248 participações, e um total de 2.663 horas de formação, mais 267 horas que as verificadas no ano transacto. A actividade crescente que tem sido desenvolvida neste âmbito, é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos recursos humanos e de desenvolvimento da organização.

O custo efectivo das acções realizadas ascendeu a 34.267 Euros, acrescido de despesas decorrentes das referidas acções (como alojamento, alimentação e deslocações dos formandos que, de acordo com os dados mencionados no sistema SAP, totalizam no seu total 39.559,75 Euros). Convém no entanto realçar que houve várias acções de formação, cujo custo de monitorização foi nulo, dado que as mesmas foram efectuadas por trabalhadores da própria Empresa.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



De acordo com os dados mencionados no gráfico supra, podemos constatar que, em termos globais, quando comparados com os dados referente ao ano anterior, as qualificações dos trabalhadores que compõem o efectivo da Empresa sofreram alterações pouco significativas

Com efeito, verifica-se que o número de trabalhadores que possuem, agora, habilitações iguais ou inferiores ao 1º ciclo, diminuiu, comparativamente a 2006, representado agora cerca de 42,9% do total de trabalhadores, contra os 43,6% no ano anterior.

Por outro lado, o número de trabalhadores que possuem habilitações ao nível do 3º ciclo manteve-se em relação ao total de trabalhadores, representando agora 23,53% contra os 23,36% em 2006. O número de trabalhadores com habilitações literárias superiores e ensino secundário sofreram também alterações pouco significativas.

EVOLUÇÃO DE CUSTOS COM PESSOAL – TOTAL DE EMPRESA

ANOS	2006	2007	VARIAÇÃO (2007/2006)	
Grupos de Contas / Rubricas	**Total**	**Total**	**Valor**	**%**
Remunerações dos. Órgãos Sociais	221.528,31	199.064,20	-22.464,11	-10,1%
Remunerações do Pessoal	9.845.833,33	9.726.174,31	-119.659,02	-1,2%
Total de Remunerações	**10.067.361,64**	**9.925.238,51**	**-142.123,13**	**-1,4%**
Pensões e Prémios para Pensões	399.524,00	102.186,00	-297.338,00	-74,4%
Encargos sobre Remunerações	2.131.510,87	2.109.410,94	-22.099,93	-1,0%
Seguro de Acidentes de Trabalho	86.459,28	73.735,69	-12.723,59	-14,7%
Seguro de Acidentes Pessoais	8.361,85	10.439,04	2.077,19	24,8%
Total de Encargos Obrigatórios	**2.625.856,00**	**2.295.771,67**	**-330.084,33**	**-12,6%**
Complemento Subsidio/Doença	26.826,11	27.014,40	188,29	0,7%
Assistência Médica e Medicamentosa	38.590,53	46.762,81	8.172,28	21,2%
Complemento Sinistros	862,65	1.055,41	192,76	22,3%
Actividades Desportivas e Culturais	40.021,23	41.852,50	1.831,27	4,6%
Seguro de Saúde	82.603,81	82.760,73	156,92	0,2%
Total - Custos Acção Social	**188.904,33**	**199.445,85**	**10.541,52**	**5,6%**
Fardamentos e Equipamentos	25.463,50	38.907,34	13.443,84	52,8%
Refeições em Serviço	2.410,96	1.145,95	-1.265,01	-52,5%
Indemnizações	233.206,00	345.137,00	111.931,00	48,0%
Formação Profissional	31.876,35	39.559,75	7.683,40	24,1%
Total - Outros Custos com Pessoal	**292.956,81**	**424.750,04**	**131.793,23**	**45,0%**
Total	**13.175.078,78**	**12.845.206,07**	**-329.872,71**	**-2,5%**

De acordo com os dados supra mencionados podemos facilmente observar que a contenção dos custos com o pessoal, sendo uma orientação estratégica, foi mais uma vez conseguida, tendo-se assistido a uma diminuição face ao ano anterior em –2,5% que significa um ganho de 329.873 Euros.

As Remunerações e os Encargos Obrigatórios registaram uma redução de 1,4% e 12,6% respectivamente em relação ao ano anterior. Em contrapartida os Custos de Acção Social aumentaram 5,6% e os Outros Custos com o Pessoal 45% devido ao valor de Indemnizações contabilizado no ano em análise. Verifica-se, ainda, que a rubrica Pensões e Prémios para Pensões diminui cerca de 74% face ao ano transacto, representando uma redução de 297.338 Euros.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

ACORDO DE EMPRESA

O ano de 2007 foi mais um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para se poder dar continuidade à consolidação económico-financeira da Empresa.

Procedeu-se à revisão do Acordo de Empresa dentro dos parâmetros considerados normais, e definidos pelo Conselho de Administração, para o período da sua vigência, tendo o novo clausulado entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2007.

ABSENTISMO

A taxa de *absentismo* situou-se nos 4,7%, tendo-se registado um decréscimo relativamente ao ano anterior (4,9%), situação só possível por força de reformas por velhice e invalidez de trabalhadores que apresentavam, em anos anteriores, elevados índices de absentismo.

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No âmbito da *Segurança e Higiene do Trabalho,* verifica-se que a taxa de sinistralidade e os índices de frequência e gravidade se manifestaram dentro de níveis aceitáveis, tal como no ano anterior, tendo-se dado continuidade à realização de um conjunto de acções de formação que visam sensibilizar os trabalhadores para os perigos a que estão sujeitos nos seus locais de trabalho.

TRABALHO TEMPORÁRIO

Salienta-se, ainda, que o recurso a *mão-de-obra* exterior (trabalho temporário) diminuiu, substancialmente, no 2º semestre do ano em análise, como resultado, essencialmente, do facto de a Empresa ter deixado de prestar alguns serviços afectos à Lota, nomeadamente a escolha e descarga do pescado.

ESTATISTICA

PESCADO TRANSACCIONADO NAS LOTAS DO CONTINENTE

Antes de uma análise, propriamente dita, aos valores do pescado transaccionado no ano de 2007, apresenta-se abaixo um quadro com todos os movimentos registados lota a lota, respectivas "agregações", quer como Delegações, quer como Lotas Principais ou, ainda, Lotas Principais e Postos de Vendagem.

Com este quadro pretende-se esclarecer e tornar entendível a designação **"Delegação/Lota Principal",** que tem vindo a ser utilizada de há uns anos a esta parte, em mapas, quadros, legendas de gráficos e textos explicativos dos valores apresentados nos mesmos.

ANO 2007			
LOTAS DO CONTINENTE	KG	EUROS	€ / KG
VIANA DO CASTELO (DELEG)	**1.956.257**	**4.457.623**	**2,28**
Viana do Castelo	1.645.093	3.222.891	1,96
Caminha	55.367	309.241	5,59
Esposende	42.163	157.816	3,74
Vila Praia de Âncora	97.511	310.157	3,18
Castelo de Neiva	98.105	366.260	3,73
Apúlia /Fão	18.019	91.258	5,06
PÓVOA DO VARZIM (DELEG)	**2.021.518**	**3.479.021**	**1,72**
Póvoa do Varzim	1.919.579	3.091.974	1,61
Vila Chã	14.631	100.033	6,84
Vila do Conde	87.308	287.014	3,29
MATOSINHOS (DELEG)	**25.810.020**	**22.436.294**	**0,87**
Matosinhos	25.568.400	21.946.686	0,86
Angeiras	61.680	258.802	4,20
Afurada	22.070	68.681	3,11
Aguda	13.849	95.383	6,89
Espinho	119.953	47.626	0,40
Valbom	24.068	19.117	0,79
AVEIRO (DELEG)	**8.532.291**	**11.131.817**	**1,30**
Aveiro	6.168.064	8.968.276	1,45
Vagueira	62.571	67.058	1,07
Torreira	1.118.105	1.427.717	1,28
Mira	1.183.551	668.766	0,57

ANO 2007			
LOTAS DO CONTINENTE	KG	EUROS	€ / KG
FIGUEIRA DA FOZ (DELEG)	**16.007.911**	**13.229,591**	**0,83**
NAZARÉ (L.PRINC)	**3.295.510**	**7.008.581**	**2,13**
PENICHE (L.PRINC E POSTOS)	**14.969.456**	**28.285.646**	**1,89**
Peniche	14.884.541	28.112.371	1,89
Foz do Arelho	84.915	173.275	2,04
CASCAIS (L.PRINC E POSTOS)	**402.248**	**2.033.338**	5,05
Cascais	321.635	1.671.374	5,20
Ericeira	48.944	251.685	5,14
Vila Franca de Xira	31.669	110.279	3,48
SESIMBRA (L.PRINC E POSTOS)	**12.842.689**	**25.634.528**	**2,00**
Sesimbra	11.804.051	21.444.196	1,82
Costa da Caparica	519.315	1.904.169	3,67
Trafaria	329.159	1.539.871	4,68
Fonte da Telha	151.601	637.826	4,21
Barreiro	4.849	22.357	4,61
Montijo	10.275	18.680	1,82
Alcochete	23.440	67.430	2,88
SETÚBAL (L.PRINC E POSTOS)	**4.760.840**	**8.309.712**	**1,75**
Setúbal	4.606.170	7.605.936	1,65
Carrasqueira	95.350	569.617	5,97
Gambia	59.320	134.159	2,26
SINES (DELEG)	**11.012.523**	**9.372.387**	**0,85**
Sines	10.830.529	8.501.739	0,78
Vila Nova de Milfontes	119.518	505.554	4,23
Azenha do Mar	36.829	191.200	5,19
Zambujeira	23.302	162.872	6,99
Almograve	2.346	11.022	4,70
LAGOS (L.PRINC E POSTOS)	**1.991.431**	**3.524.500**	**1,77**
Lagos	1987.626	3508.095	1,76
Arrifana	3.805	16.405	4,31
SAGRES (L.PRINC)	**795.001**	**5.026.883**	**6,32**

ANO 2007			
LOTAS DO CONTINENTE	**KG**	**EUROS**	**€ / KG**
PORTIMÃO (L.PRINC E POSTOS)	**6.596.885**	**8.179.347**	**1,24**
Portimão	6.480.729	7.617.652	1,18
Albufeira	92.179	352.233	3,82
Armação de Pêra	22.918	195.019	8,51
Benagil	896	13.960	15,58
Olhos de Agua	162	482	2,98
OLHÃO (L.PRINC E POSTOS)	**9.570.544**	**9.474.611**	**0,99**
Olhão	9.211.953	8.840.354	0,96
Fuzeta	258.446	471.594	1,82
Faro	100.145	162.663	1,62
QUARTEIRA (L.PRINC)	**1.688.354**	**6.123.087**	**3,63**
TAVIRA (L.PRINC)	**347.468**	**1.793.995**	**5,16**
SANTA LUZIA (L.PRINC)	**804.722**	**3.183.779**	**3,96**
V.R.S.ANTÓNIO (L.PRINC)	**1.592.564**	**15.733.758**	**9,88**
TOTAL ANO	**124.998.232**	**188.418.497**	**1,51**

Numa versão mais agregada da informação acima discriminada por lotas, o quadro seguinte ilustra a distribuição do pescado transaccionado por Delegações/Lotas Principais, nos anos 2006 e 2007 e respectiva evolução percentual.

DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO TRANSACCIONADO POR DELEGAÇÃO / LOTAS PRINCIPAIS

TOTAL/ANO	2006			2007			Evolução 2007/2006		
Del/Lota Principal	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol	Val	Pr.Méd.
Viana do Castelo	2.381.160	4.159.541	1,75	1.956.257	4.457.623	2,28	-17,8%	7,2%	30,4%
Póvoa de Varzim	1.681.962	3.116.631	1,85	2.021.518	3.479.021	1,72	20,2%	11,6%	-7,1%
Matosinhos	23.421.563	17.810.422	0,76	25.810.020	22.436.294	0,87	10,2%	26,0%	14,3%
Aveiro	7.955.726	10.279.333	1,29	8.532.291	11.131.817	1,30	7,2%	8,3%	1,0%
Figueira da Foz	10.380.144	9.315.470	0,90	16.007.911	13.229.591	0,83	54,2%	42,0%	-7,9%
Nazaré	3.067.021	6.371.719	2,08	3.295.510	7.008.581	2,13	7,4%	10,0%	2,4%
Peniche	15.225.491	26.231.926	1,72	14.969.456	28.285.646	1,89	-1,7%	7,8%	9,7%
Cascais	467.416	2.413.368	5,16	402.248	2.033.338	5,05	-13,9%	-15,7%	-2,1%
Sesimbra	11.645.259	23.029.300	1,98	12.842.689	25.634.528	2,00	10,3%	11,3%	0,9%
Setúbal	3.956.516	8.744.608	2,21	4.760.840	8.309.712	1,75	20,3%	-5,0%	-21,0%
Sines	9.404.672	9.234.352	0,98	11.012.523	9.372.387	0,85	17,1%	1,5%	-13,3%
Lagos	1.720.342	3.055.762	1,78	1.991.431	3.524.500	1,77	15,8%	15,3%	-0,4%
Sagres	763.158	4.521.020	5,92	795.001	5.026.883	6,32	4,2%	11,2%	6,7%
Portimão	7.062.185	7.535.817	1,07	6.596.885	8.179.347	1,24	-6,6%	8,5%	16,2%
Olhão	6.892.665	9.318.242	1,35	9.570.544	9.474.611	0,99	38,9%	1,7%	-26,8%
Quarteira	1.487.814	4.736.819	3,18	1.688.354	6.123.087	3,63	13,5%	29,3%	13,9%
Tavira	263.430	1.323.745	5,03	347.468	1.793.995	5,16	31,9%	35,5%	2,7%
Sta Luzia	531.040	2.180.048	4,11	804.722	3.183.779	3,96	51,5%	46,0%	-3,6%
V.R.S. António	1.659.455	13.764.537	8,29	1.592.564	15.733.758	9,88	-4,0%	14,3%	19,1%
TOTAL	**109.967.021**	**167.142.662**	**1,52**	**124.998.232**	**188.418.497**	**1,51**	**13,7%**	**12,7%**	**-0,8%**

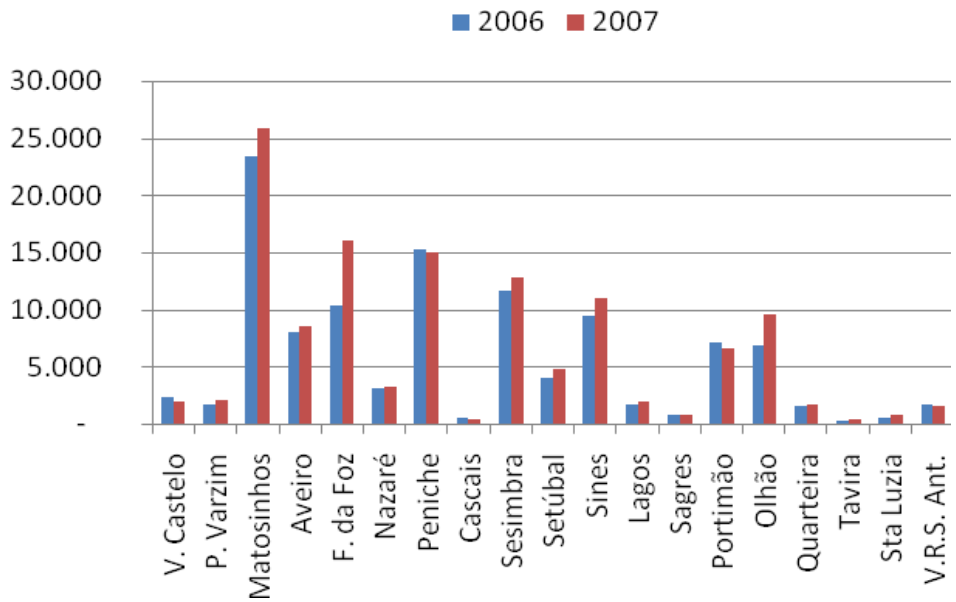
No ano de 2007, a quantidade total de pescado transaccionado nas lotas foi de 124.998 tons, um significativo acréscimo de 15.031 toneladas (mais 13,7%), comparativamente a 2006.

Ao acentuado acréscimo verificado na quantidade correspondeu um aumento muito significativo no valor das vendas, em cerca de 21.276 mil Euros (mais 12,7%) que em 2006.

O preço médio foi de 1,51 €/kg (inferior ao de 2006, em 0,01€ por kg). Desde 2005 que o preço médio tem vindo a diminuir. Em 2007 volta a registar-se o mesmo valor que no ano de 2004.

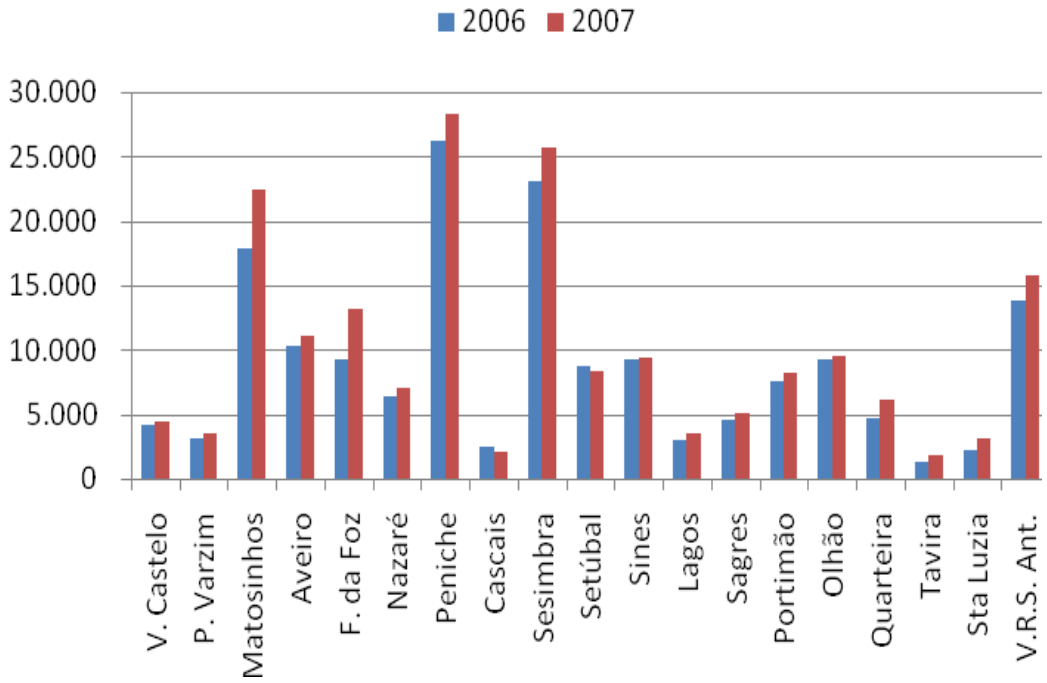
Os gráficos a seguir apresentados mostram a distribuição das quantidades e valores do pescado transaccionado por Delegações/Lotas Principais, nos anos 2006 e 2007

TONELADAS – QUANTIDADES DE PESCADO TRANSACCIONADO



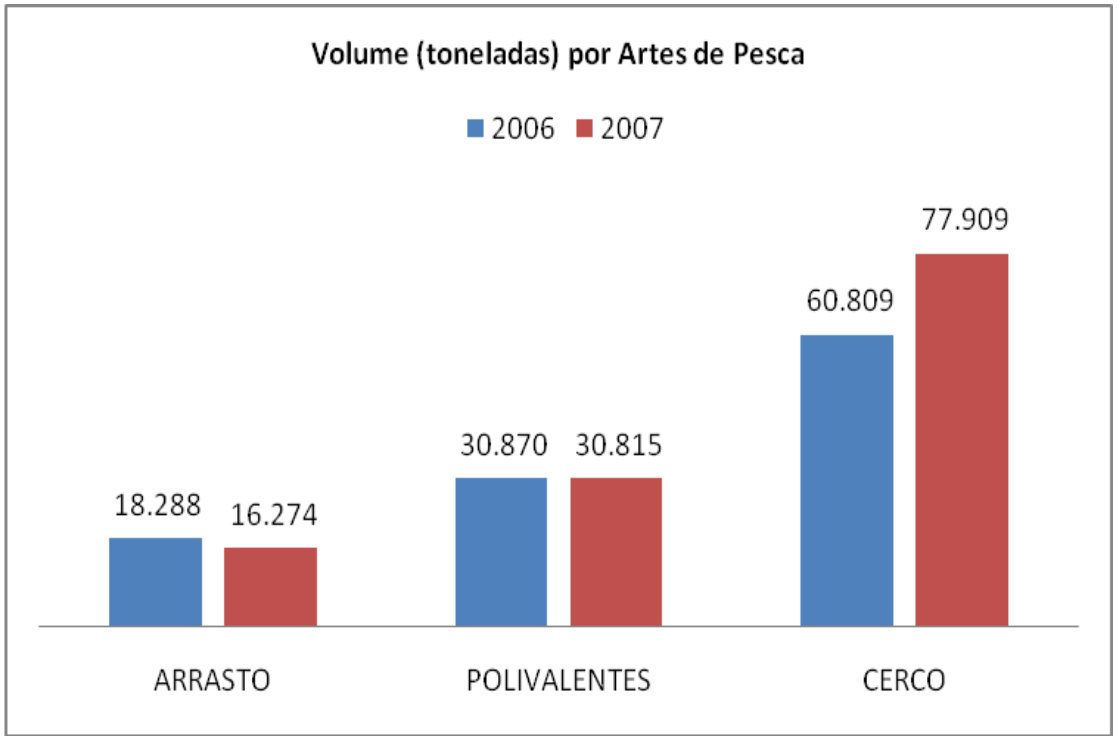
Quanto às quantidades transaccionadas, no ano de 2007 e face ao ano anterior, registaram-se evoluções negativas em Viana do Castelo (menos 425 toneladas), Peniche (menos 256 toneladas), Cascais (menos 65 toneladas), Portimão (menos 465 toneladas) e em Vila R. S. António (menos 67 toneladas). Nas restantes as quantidades aumentaram e entre elas destacam-se, dado o seu peso percentual no total global, Matosinhos (mais 2.388 tons), Aveiro (mais 577 toneladas), Figueira da Foz (mais 5.628 toneladas), Sesimbra (mais 1.197 toneladas), Setúbal (mais 804 toneladas), Sines (mais 1.608 toneladas) e Olhão (mais 2.678 toneladas).

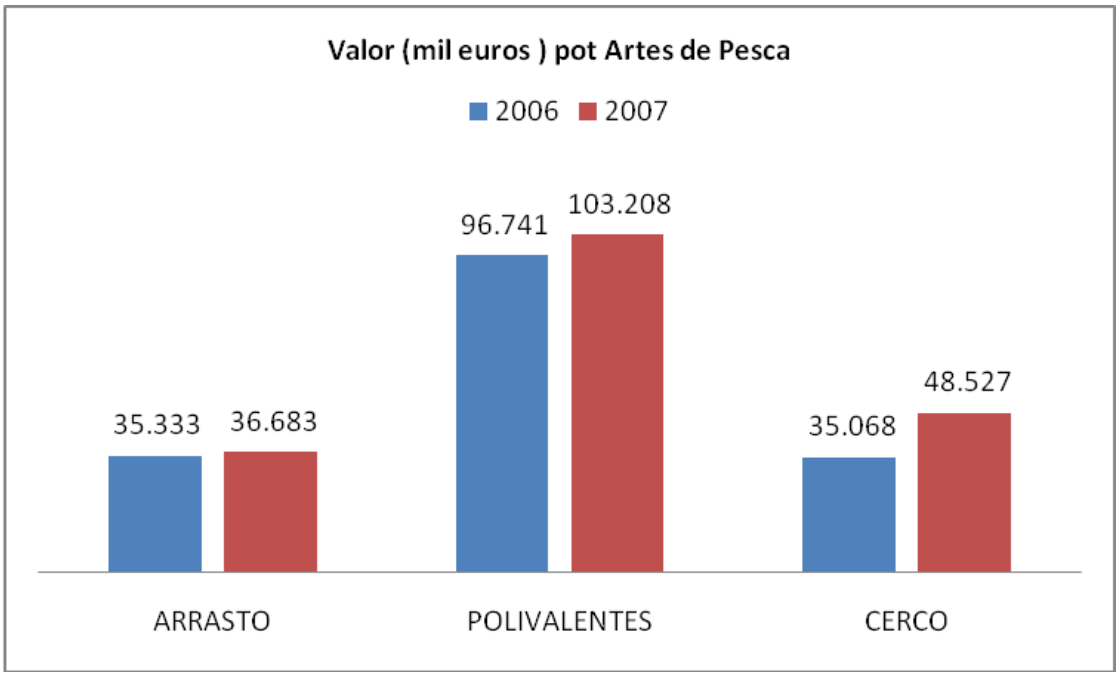
VALORES DE PESCADO TRANSACCIONADO – MIL EUROS



À excepção de Cascais e Setúbal, que registaram decréscimos nos valores de vendas em 2007 relativamente a 2006, em todas as restantes Delegações/Lotas Principais se verificaram acréscimos nos respectivos valores sendo que, em algumas, esses acréscimos foram muito significativos, nomeadamente Matosinhos (mais 4.626 mil Euros), Figueira da Foz (mais 3.914 mil Euros), Peniche (mais 2.054 mil Euros), Sesimbra (mais 2.605 mil euros), Quarteira (mais 1.386 mil Euros), Santa Luzia (mais 1.004 mil Euros) e V.R.S. António (mais 1.969 mil Euros).

QUANTIDADES E VALORES TOTAIS TRANSACCIONADOS POR ARTES DE PESCA





Em quantidade, o ano de 2007 foi já considerado atípico pelo acréscimo verificado no volume do pescado transaccionado, mais ainda porque foi no pescado capturado com arte de cerco que se verificou esse aumento, isto depois de esta arte de pesca ter tido anos sucessivos a registar decréscimos. O pescado capturado com artes polivalentes quase ficou inalterado, o que já se tinha verificado em 2006 relativamente a 2005, ou seja, desde 2005 que o volume é de aproximadamente 31 mil toneladas. No arrasto, as quantidades continuam a registar decréscimos.
No que respeita ao valor, verificaram-se acréscimos em todas as artes de pesca, assistindo-se a uma valorização das espécies transaccionadas nas três artes de pesca.

DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO POR ARTES DE PESCA

» ARTE - ARRASTO «

ARRASTO	2006			2007			Evolução 2007/2006		
Del/Lota Principal	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol	Val	Pr.Méd.
Viana do Castelo	1.351	1.219	0,90	0	0	0,00	-100,0%	-100,0%	-100,0%
Póvoa de Varzim	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
Matosinhos	2.144.904	2.367.023	1,10	2.037.406	2.280.792	1,12	-5,0%	-3,6%	1,4%
Aveiro	2.484.221	3.368.186	1,36	1.930.879	3.571.433	1,85	-22,3%	6,0%	36,4%
Figueira da Foz	2.434.778	3.236.535	1,33	1.639.650	3.030.076	1,85	-32,7%	-6,4%	39,0%
Nazaré	1.170.579	1.662.697	1,42	1.240.400	2.093.854	1,69	6,0%	25,9%	18,8%
Peniche	2.540.647	3.899.973	1,54	2.050.705	3.677.697	1,79	-19,3%	-5,7%	16,8%
Cascais	634	2.049	3,23	1.608	3.318	2,06	153,8%	61,9%	-36,2%
Sesimbra	1.295.488	1.800.726	1,39	1.222.485	1.762.660	1,44	-5,6%	-2,1%	3,7%
Setúbal	1.228.602	1.826.531	1,49	634.463	1.212.740	1,91	-48,4%	-33,6%	28,6%
Sines	771.926	542.614	0,70	1.264.154	984.187	0,78	63,8%	81,4%	10,8%
Lagos	17.285	32.639	1,89	22.662	55.149	2,43	31,1%	69,0%	28,9%
Sagres	806	1.618	2,01	1.070	2.599	2,43	32,7%	60,6%	21,1%
Portimão	2.687.441	3.613.824	1,34	2.886.355	3.657.416	1,27	7,4%	1,2%	-5,8%
Olhão	228.337	927.187	4,06	123.489	499.775	4,05	-45,9%	-46,1%	-0,3%
Quarteira	1.098	2.009	1,83	0	0	0,00	-100,0%	-100,0%	-100,0%
Tavira	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
Sta Luzia	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
V.R.S. António	1.280.333	12.048.196	9,41	1.218.372	13.851.730	11,37	-4,8%	15,0%	20,8%
TOTAL	**18.288.430**	**35.333.027**	**1,93**	**16.273.696**	**36.683.425**	**2,25**	**-11,0%**	**3,8%**	**16,7%**

Na arte do arrasto em 2007, e como atrás já referido, houve um decréscimo nas quantidades, relativamente ao ano anterior, (menos 11%) ou seja menos 2.015 toneladas. Relativamente a 2005, a quebra é ainda mais acentuada, na ordem das 5.689 tons (menos 25,9%).

No que se refere aos valores, houve um acréscimo de 1.350 mil Euros, pois embora a quantidade tenha decrescido, verificou-se uma assinalável valorização do pescado capturado com a arte do arrasto. O preço médio subiu de 1,93 €/kg em 2006 para 2,25€/kg em 2007 (mais 16%), se comparada com 2005, a valorização do pescado foi muito significativa, 31,6% (subiu de 1,71 €/kg em 2005 para 2,25€/kg em 2007).

No ano de 2007 verificou-se um "engrossar" do número de embarcações da pesca do arrasto que suspenderam a sua actividade, devido à redução dos seus rendimentos, quer por menos capturas quer pelos aumentos sucessivos no preço do gasóleo.
Recorde-se que já no 4º trimestre de 2006, o número de embarcações (essencialmente as que descarregavam em Matosinhos) que suspenderam a sua actividade, foi notório. No ano de 2007, pelas mesmas razões, esta suspensão de actividade verificou-se mais acentuadamente em embarcações que descarregavam na Figueira da Foz, em Aveiro e em Peniche.

Do quadro seguinte constam as 10 espécies com maior peso percentual em valor e em volume, quando ponderadas nos totais apurados para a arte do arrasto.

» ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTE DO ARRASTO (10 espécies c/maior peso em valor) «

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	kg	Euros	€/kg
ARTE ARRASTO			**16.273.696**	**36.683.425**	**2,25**
CARAPAU (CHICHARRO)	34,2%	20,0%	5.560.421	7.324.662	1,32
GAMBA BRANCA	1,8%	17,6%	297.788	6.466.570	21,72
LAGOSTIM	1,3%	12,4%	212.193	4.552.866	21,46
VERDINHO	21,7%	6,1%	3.528.784	2.235.825	0,63
PESCADA BRANCA	4,2%	5,9%	677.893	2.175.207	3,21
POLVO VULGAR	2,2%	4,2%	363.896	1.556.722	4,28
BESUGO	2,1%	3,9%	341.242	1.438.152	4,21
CARABINEIRO CARDEAL	0,2%	3,3%	36.708	1.206.302	32,86
FANECA	3,7%	2,7%	603.520	977.588	1,62
GALO NEGRO	0,5%	2,3%	88.207	858.157	9,73
TOTAL ESPÉCIES	**72,0%**	**78,5%**	**11.710.651**	**28.792.051**	**2,46**

Em 2007, o preço médio das 10 espécies com maior valor de vendas na arte do arrasto foi 2,46 €/kg, mais 25,5% relativamente a 2006, que foi de 1,96 €/kg.

Este assinalável acréscimo é explicado, por um lado, porque o grupo das 10 espécies não é igual. Em 2007 entra no ranking o polvo vulgar, (em 6º lugar, com um preço médio 4,28 €/kg) e que não fazia parte das 10 primeiras espécies, em valor, no ano de 2006; a troca foi com a espécie sarda que, em 2006, estava posicionada na 10ª posição com um preço médio 0,87 €/kg.

Por outro lado, verificou-se que em 2007 os crustáceos (preços médios elevados) tiveram mais peso quer no volume quer no valor total do arrasto e que os peixes (preços médios mais baixos) representaram menos peso quer no volume quer no valor total do arrasto.

» ARTE – POLIVALENTE (ARTESANAL) «

POLIVALENTES	2006			2007			Evolução 2007/2006		
Del/Lota Principal	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol	Val	Pr.Méd.
Viana do Castelo	1.087.214	3.688.988	3,39	996.305	3.968.163	3,98	-8,4%	7,6%	17,4%
Póvoa de Varzim	1.086.625	2.872.048	2,64	1.217.840	3.139.630	2,58	12,1%	9,3%	-2,5%
Matosinhos	2.159.963	6.318.035	2,93	2.019.409	6.310.385	3,12	-6,5%	-0,1%	6,8%
Aveiro	4.861.867	6.615.813	1,36	3.719.041	5.843.079	1,57	-23,5%	-11,7%	15,5%
Figueira da Foz	868.601	2.570.220	2,96	792.836	2.547.877	3,21	-8,7%	-0,9%	8,6%
Nazaré	800.029	3.875.158	4,84	876.060	4.023.653	4,59	9,5%	3,8%	-5,2%
Peniche	3.383.166	16.361.221	4,84	3.498.590	18.178.998	5,20	3,4%	11,1%	7,4%
Cascais	466.783	2.411.319	5,17	400.639	2.030.021	5,07	-14,2%	-15,8%	-1,9%
Sesimbra	7.000.332	19.563.977	2,79	7.010.287	21.179.512	3,02	0,1%	8,3%	8,1%
Setúbal	1.335.036	4.988.759	3,74	1.350.666	4.872.660	3,61	1,2%	-2,3%	-3,5%
Sines	803.019	3.619.685	4,51	733.565	3.182.923	4,34	-8,6%	-12,1%	-3,7%
Lagos	842.960	2.296.475	2,72	895.627	2.476.326	2,76	6,2%	7,8%	1,5%
Sagres	746.287	4.511.416	6,05	777.949	4.963.223	6,38	4,2%	10,0%	5,5%
Portimão	586.384	2.431.955	4,15	634.227	2.878.213	4,54	8,2%	18,3%	9,4%
Olhão	3.049.043	6.348.727	2,08	3.618.168	6.758.448	1,87	18,7%	6,5%	-10,3%
Quarteira	733.618	3.352.844	4,57	920.218	4.495.747	4,89	25,4%	34,1%	6,9%
Tavira	246.112	1.233.188	5,01	304.135	1.602.066	5,27	23,6%	29,9%	5,1%
Sta Luzia	531.040	2.180.048	4,11	804.722	3.183.779	3,96	51,5%	46,0%	-3,6%
V.R.S. António	281.585	1.501.318	5,33	245.202	1.573.671	6,42	-12,9%	4,8%	20,4%
TOTAL	**30.869.664**	**96.741.192**	**3,13**	**30.815.486**	**103.208.374**	**3,35**	**-0,2%**	**6,7%**	**6,9%**

No pescado capturado com artes de pesca polivalentes, mais conhecida por pesca artesanal, não se registaram, em 2007, alterações significativas nas quantidades de pescado vendidas em lota, (menos 54 toneladas relativamente a 2006 e mais 25 toneladas que em 2005).

No que respeita ao valor das vendas, verificou-se uma melhoria de 6.467 mil euros (mais 6,7%) relativamente a 2006. Esta variação positiva é explicada pelo aumento na valorização do pescado capturado com artes polivalentes, ou seja, o preço médio subiu de 3,13€/kg em 2006, para 3,35€/kg em 2007.

Pode afirmar-se que nos últimos três anos as condições climatéricas têm sido bastante favoráveis à actividade das embarcações que se dedicam à pesca artesanal e que, na sua grande maioria, são embarcações frágeis e de pequenas dimensões.

» ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTES POLIVALENTES (10 espécies c/maior peso em valor) «

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	kg	Euros	€/kg
ARTES POLIVALENTES (ARTESANAL)			**30.815.486**	**103.208.374**	**3,35**
POLVO VULGAR	18,5%	23,4%	5.714.332	24.107.748	4,22
PEIXE ESPADA PRETO	9,0%	7,8%	2.759.195	8.061.746	2,92
PESCADA BRANCA	4,0%	4,3%	1.232.475	4.473.359	3,63
CHOCO VULGAR	3,5%	4,0%	1.068.838	4.164.659	3,90
CHERNE	1,2%	3,9%	363.363	4.008.169	11,03
LINGUADO LEGITIMO	0,8%	3,5%	250.481	3.636.211	14,52
ROBALO LEGITIMO	1,1%	3,5%	353.102	3.589.761	10,17
FANECA	4,9%	2,8%	1.498.455	2.929.286	1,95
CONGRO (SAFIO)	3,5%	2,8%	1.086.949	2.866.809	2,64
TUBARÃO ANEQUIM	1,5%	2,0%	446.879	2.091.442	4,68
TOTAL ESPÉCIES	**47,9%**	**58,1%**	**14.774.069**	**59.929.188**	**4,06**

As 10 espécies com mais valor de vendas na pesca artesanal representaram 58,1% do valor total mas menos de 50% do volume total nesta arte. Para este grupo de espécies, o preço médio foi de 4,06 €/kg, mais 0,71 €/kg que o preço médio do universo (que é muito vasto e diversificado) formado por todas as espécies classificadas na pesca artesanal, e que foi de 3,35 €/kg.

O grupo de espécies com maior valor em 2007 difere do apurado em 2006 apenas numa espécie; em 2007, surge entre as 10 mais, o tubarão anequim em "substituição" do berbigão vulgar.
Em quantidade, o polvo vulgar, o peixe-espada preto e a faneca foram as espécies mais transaccionadas. Os preços médios, relativamente a 2006, aumentaram para as duas primeiras espécies, respectivamente de 4,14 €/kg em 2006 para 4,22 €/kg em 2007, e de 2,65 €/kg em 2006 para 2,92 €/kg em 2007. Quanto à faneca, houve um decréscimo no preço médio de 2,09 €/kg em 2006 para 1,95 €/kg em 2007.

No que respeita ao valor, as 3 primeiras espécies, em 2007, foram o polvo vulgar, o peixe espada preto e a pescada branca.

» ARTE - CERCO «

CERCO	2006			2007			Evolução 2007/2006		
Del/Lota Principal	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol	Val	Pr.Méd.
Viana do Castelo	1.292.595	469.335	0,36	959.952	489.460	0,51	-25,7%	4,3%	40,4%
Póvoa de Varzim	595.337	244.583	0,41	803.678	339.391	0,42	35,0%	38,8%	2,8%
Matosinhos	19.116.697	9.125.364	0,48	21.753.206	13.845.117	0,64	13,8%	51,7%	33,3%
Aveiro	609.639	295.334	0,48	2.882.372	1.717.306	0,60	372,8%	481,5%	23,0%
Figueira da Foz	7.076.765	3.508.715	0,50	13.575.425	7.651.638	0,56	91,8%	118,1%	13,7%
Nazaré	1.096.413	833.864	0,76	1.179.051	891.074	0,76	7,5%	6,9%	-0,6%
Peniche	9.301.678	5.970.733	0,64	9.420.161	6.428.950	0,68	1,3%	7,7%	6,3%
Cascais	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
Sesimbra	3.349.439	1.664.597	0,50	4.609.917	2.692.357	0,58	37,6%	61,7%	17,5%
Setúbal	1.392.878	1.929.318	1,39	2.775.712	2.224.311	0,80	99,3%	15,3%	-42,1%
Sines	7.829.728	5.072.052	0,65	9.014.804	5.205.277	0,58	15,1%	2,6%	-10,9%
Lagos	860.097	726.648	0,84	1.073.143	993.025	0,93	24,8%	36,7%	9,5%
Sagres	16.065	7.986	0,50	15.982	61.060	3,82	-0,5%	664,6%	668,5%
Portimão	3.788.360	1.490.038	0,39	3.076.302	1.643.718	0,53	-18,8%	10,3%	35,8%
Olhão	3.615.286	2.042.328	0,56	5.828.887	2.216.388	0,38	61,2%	8,5%	-32,7%
Quarteira	753.097	1.381.967	1,84	768.136	1.627.340	2,12	2,0%	17,8%	15,4%
Tavira	17.318	90.557	5,23	43.333	191.929	4,43	150,2%	111,9%	-15,3%
Sta Luzia	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
V.R.S. António	97.537	215.024	2,20	128.990	308.358	2,39	32,2%	43,4%	8,4%
TOTAL	**60.808.927**	**35.068.443**	**0,58**	**77.909.050**	**48.526.699**	**0,62**	**28,1%**	**38,4%**	**8,0%**

Como já atrás referido, o ano de 2007 foi atipicamente bom para os pescadores do cerco, que viram as receitas aumentar face a 2006. Este acréscimo deve-se sobretudo a um aumento muito significativo (em 28%, mais 17.100 toneladas relativamente a 2006) nas quantidades transaccionadas pelas embarcações que utilizam esta arte de pesca e que, conjugada com uma valorização de mais 8% no preço médio, contribuíram para um incremento nas vendas de mais 38,4%, 13.458 mil Euros.

Como se sabe, o "comportamento" da sardinha dita o "comportamento" do cerco.
Nos últimos anos, a sardinha tem representado, tanto em quantidade como em valor, mais de 70% do total do pescado classificado nesta arte.

O quadro que a seguir se apresenta contém dados referentes às quantidades, valores e preços médios da sardinha, classificada por tamanhos e graus de frescura, nos anos de 2006 e 2007.

No que se refere ao preço médio da sardinha, houve um acréscimo muito significativo relativamente a 2006, na ordem de 0,10€/kg (mais 17%) e, relativamente a 2005, uma quebra de 0,01€/kg, ou seja, apesar do elevado aumento verificado em 2007 face a 2006, constata-se que foi inferior ao registado em 2005 (0,65€/kg).

		SARDINHA								
		2006			2007			Evolução 2007/2006		
Tam	Fre	kg	Euros	Pr Méd	kg	Euros	Pr Méd	Vol	Val	PrMéd
0	0	63.198	28.894	0,46	62.972	42.875	0,68	0%	48%	49%
1	E	15.770	16.411	1,04	25.289	34.772	1,37	60%	112%	32%
1	A	583.293	554.243	0,95	1.707.964	781.639	0,46	193%	41%	-52%
1	B	419.856	109.852	0,26	340.651	99.959	0,29	-19%	-9%	12%
2	E	1.593.476	946.958	0,59	1.823.300	1.280.655	0,70	14%	35%	18%
2	A	26.349.668	16.033.629	0,61	42.557.471	26.755.626	0,63	62%	67%	3%
2	B	1.886.965	758.585	0,40	1.328.399	715.883	0,54	-30%	-6%	34%
3	E	688.446	428.875	0,62	224.222	453.689	2,02	-67%	6%	225%
3	A	5.075.878	2.183.986	0,43	4.286.100	2.097.583	0,49	-16%	-4%	14%
3	B	1.144.747	821.733	0,72	927.713	924.120	1,00	-19%	12%	39%
4	E	163.368	54.077	0,33	381.987	319.900	0,84	134%	492%	153%
4	A	9.999.097	4.166.804	0,42	3.518.415	2.965.048	0,84	-65%	-29%	102%
4	B	16.981	9.687	0,57	89.816	75.609	0,84	429%	681%	48%
TOTAL		**48.000.741**	**26.113.733**	**0,54**	**57.274.299**	**36.547.355**	**0,64**	**19%**	**40%**	**17%**

Em 2007, para todos os tamanhos e graus de frescura, excepto no tamanho 1, grau de frescura A, verificaram-se acréscimos relevantes nos preços médios da sardinha, quando comparados com os verificados em 2006.
Os tamanhos mais vendidos foram o T2, que representou mais de 70% do total (em 2006, este tamanho associado à frescura A, representou 55% do total da sardinha transaccionada em lota), depois o T3 e em terceiro lugar o T4 (de 2006 para 2007, a quantidade de sardinha classificada neste tamanho e grau de frescura A teve um decréscimo de 65%), todos associados ao grau de frescura A.

No quadro abaixo figuram as 10 espécies mais importantes na arte do cerco, quer em volume, quer em valor.

» ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTE DO CERCO (10 espécies c/maior peso em valor) «

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	kg	euros	€/kg
ARTE CERCO			**77.909.050**	**48.526.699**	**0,62**
SARDINHA	73,0%	74,6%	56.895.509	36.176.822	0,64
CARAPAU (CHICHARRO)	3,9%	7,3%	3.068.795	3.530.278	1,15
CAVALA	19,3%	6,5%	15.052.594	3.172.118	0,21
BIQUEIRÃO	0,8%	4,7%	640.414	2.261.485	3,53
BESUGO	0,2%	1,2%	137.237	577.843	4,21
CARAPAU NEGRÃO	1,4%	0,7%	1.129.652	336.255	0,30
SERRAJÃO	0,2%	0,7%	181.849	315.657	1,74
SARGO LEGITIMO	0,1%	0,6%	44.865	289.639	6,46
DOURADA	0,0%	0,6%	30.897	272.656	8,82
SAFIA (MUCHARRA)	0,1%	0,4%	69.990	203.659	2,91
TOTAL ESPÉCIES	**99,2%**	**97,1%**	**77.251.802**	**47.136.410**	**0,61**

O preço médio das 10 espécies com maior valor de vendas na arte do cerco foi 0,61 €/kg, mais 8,9% relativamente a 2006, que foi de 0,56 €/kg; representaram 99% do total das capturas do cerco e 97% do valor.
Nesta arte, curiosamente, das 10 espécies com mais valor de vendas, apenas para a sardinha se verificou acréscimo no preço (mais 18,5%) relativamente a 2006; nas restantes, todas sofreram quebras nos respectivos preços médios, quando comparados com os registados no ano anterior.
Em quantidade, a sardinha, a cavala e o carapau (chicharro) foram, por ordem decrescente de importância, as espécies mais transaccionadas.
No que respeita ao valor, as três primeiras espécies foram as mesmas que em quantidade, mas num ranking diferente, primeiro a sardinha, depois o carapau (chicharro) e, em terceiro lugar, a cavala.

EXPLORAÇÃO

CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DIRECTO DE PESCADO

Nos últimos anos tem vindo a verificar-se um aumento significativo das quantidades de contratos celebrados entre armadores e comerciantes de pescado, tutelados por várias Organizações de Produtores. Existem, de facto, espécies que desaconselham a espera pelo leilão (o caso dos moluscos bivalves) ou que, dada a sua especificidade, não são adquiridas pela esmagadora maioria dos compradores presentes nas lotas (o caso do espadarte). Nestes casos, a venda por contrato tem sido a regra desde há muitos anos.

Nos últimos anos, porém, tem vindo a generalizar-se o recurso à venda por contrato em espécies que, tradicionalmente, têm escoamento fácil nos leilões, o que tem até, em alguns casos, provocado a concentração apenas em alguns comerciantes, com a inevitável escalada de preços no consumidor final.

Em 2007, foi possível verificar, em alguns portos de pesca, a celebração sistemática de contratos de abastecimento directo de sardinha a comerciantes, causando, ainda que pontualmente, escassez desta espécie no mercado local. Estranhamente, os contratos foram celebrados, na sua totalidade, com preços inferiores aos de mercado, ou seja, com preços muito inferiores aos que a mesma espécie teria obtido se tivesse sido vendida em leilão.

Foram tratados administrativamente, durante o ano de 2007, 1.225 contratos celebrados ao abrigo do Decreto Lei n.º 81 / 2005, entre Produtores e Comerciantes de Pescado, tutelados por algumas das Organizações de Produtores reconhecidas, nos quais constatámos que os preços neles inseridos são, em 100 % dos casos, inferiores aos preços médios das mesmas espécies obtidos em leilão.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA HACCP (HAZARD ANALYSIS AND CONTROL OF CRITICAL POINTS) NAS LOTAS

No último ano, a DOCAPESCA iniciou a implementação do sistema HACCP nas lotas licenciadas (dotadas de Número de Controlo Veterinário – NCV), na sequência do que já tinha acontecido antes com os Entrepostos Frigoríficos de Matosinhos e Peniche e da Câmara Frigorífica n.º 10 do Entreposto Frigorífico de Lisboa.

A implementação deste sistema é vital para o cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis aos estabelecimentos onde se processam quaisquer operações de produtos alimentares ou, melhor dizendo, para a segurança alimentar no que se refere ao pescado.

Desde há alguns anos, a DOCAPESCA já vinha efectuando vários controlos bacteriológicos a alguns parâmetros, nomeadamente na água salgada e no gelo (neste último caso, ainda sem uma calendarização rigorosa). Em 2007, o controlo bacteriológico tornou-se sistemático em algumas lotas e em 2008 será generalizado a todos os estabelecimentos detidos pela DOCAPESCA dotados de NCV e estender-se-á, também, ao controlo bacteriológico da água doce, actualmente apenas efectuado na Delegação de Lisboa.

Dentro deste programa, procedeu-se à adjudicação da implementação de sistemas HACCP que já está a decorrer de acordo com a calendarização prevista.

LIVRO DE RECLAMAÇÕES

Relacionado com as boas práticas a que os sistemas HACCP conduzem inevitavelmente, foi introduzido em 2007 nas fábricas de gelo e nos postos de abastecimento de combustíveis das Delegações onde tais serviços existem, o livro de reclamações que se estenderá, já no início de 2008, aos restantes serviços prestados pela DOCAPESCA, incluindo as lotas.

COMERCIAL & MARKETING

Durante o ano de 2007 foram delineadas estratégias de actuação ao nível da valorização do pescado, ao longo de toda a fileira da pesca, desde a produção à comercialização/distribuição e público em geral. O objectivo centrou-se na valorização do pescado desde a lota até ao consumidor final, dinamizando toda a cadeia de valor e pesquisando a existência de novos mercados, nomeadamente internacionais.

PROVEITOS OPERACIONAIS (1) DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS

Os proveitos da área comercial em 2007 situaram-se nos 12.110 mil Euros, menos 3% do que em 2006, contribuindo em 46% para a formação dos proveitos operacionais da empresa.
Por segmentos de actividade a evolução foi a seguinte:

Proveitos	2007	2006	Desvio	
			-€-	-%-
Comercialização de Mercadorias e Gelo	**4.595.136,50**	**4.817.669,79**	**(222.533,29)**	**-5%**
Mercadorias	**2.950.433,62**	**3.343.409,14**	**(392.975,52)**	**-12%**
Venda de Aprestos de Pesca	678.886,22	617.332,62	61.553,60	10%
Venda de Combustíveis	1.888.095,57	2.365.338,27	(477.242,70)	-20%
Venda de Lubrificantes	169.394,71	144.234,78	25.159,93	17%
Venda de Baterias	68.749,92	63.103,45	5.646,47	9%
Venda de Comandos/Acessórios	83.794,88	120.317,00	(36.522,12)	-30%
Venda de Embalagens	61.512,32	33.083,02	28.429,30	86%
Gelo	**1.644.702,88**	**1.474.260,65**	**170.442,23**	**12%**
Serviços	**7.064.163,61**	**7.016.779,70**	**47.383,91**	**1%**
Portos de Pesca - Instalações	5.068.841,49	4.918.969,90	149.871,59	3%
Entrepostos Frigoríficos	1.995.322,12	2.097.809,80	(102.487,68)	-5%
Outras Actividades	**450.707,64**	**677.452,66**	**(226.745,02)**	**-33%**
Total	**12.110.007,75**	**12.511.902,15**	**(401.894,40)**	**-3%**

(1) Vendas + Prestações de Serviços + Proveitos Suplementares + Reversões de Amortizações e Ajustamentos + Variação da Produção

» VENDA DE MERCADORIAS «

A evolução globalmente negativa desta área de negócio foi fortemente influenciada pelo decréscimo nos combustíveis (20%), em consequência da paralisação de embarcações, essencialmente da pesca de arrasto, que representaram um decréscimo nos abastecimentos superior a um milhão de litros.

A venda de comandos diminuiu em virtude da estabilização do processo de substituição dos mesmos.

De salientar a evolução positiva da venda de aprestos de pesca, baterias e embalagens. Contudo, como estas componentes têm uma contribuição mais reduzida para o total da rubrica, os seus aumentos não foram suficientes para compensar as diminuições registadas na venda de combustíveis e de comandos.

» APRESTOS «

Contrariando a tendência dos últimos anos, a venda de aprestos aumentou 10% comparativamente com 2006. As vendas cresceram em todas as Delegações à excepção de Matosinhos e Sines.

De salientar a recuperação do Barlavento e Sotavento Algarvio, invertendo o acentuado decréscimo dos anos anteriores e retomando o crescimento das vendas.
Uma referência especial para as Delegações de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz, com aumentos superiores a 100%, mais concretamente de 127%, 200% e 172% respectivamente, face às vendas de 2006.

Estes resultados só foram possíveis mediante um grande empenho, por parte dos directores e responsáveis pela venda de aprestos nestas Delegações, aumentando os contactos com os clientes e fazendo prospecção e divulgação de novos produtos, trabalho este que se repercutiu não só na venda de aprestos propriamente dita mas também na de todos os restantes produtos vendidos nas lojas.

» COMBUSTIVEIS «

A venda de combustíveis decresceu, significativamente, durante 2007 e face a 2006 (20%), representando o factor determinante da redução das receitas comerciais. Convém, contudo, ressalvar que este decréscimo resultou da diminuição dos proveitos em Matosinhos em -636.830,63 euros (-114%), devido à paralisação de quatro arrastões que ainda estiveram em actividade no 1º. Semestre de 2006

(Pintomar, Stª.Ana, Rosamar e Lucimar). Os proveitos aumentaram em Aveiro (47%), em Peniche (53,5%), em Sesimbra (8%) e em Setúbal (63,5%).

Durante 2007 foram renegociadas as condições comerciais com as petrolíferas GALP e REPSOL, que resultaram em melhores margens comerciais para a DOCAPESCA, maiores descontos para a frota de pesca e harmonização dos preços para todos os postos de abastecimento duma mesma petrolífera.

Obteve-se ainda uma bonificação destas companhias, para acções promocionais, no valor global de 7.500 Euros. A DOCAPESCA está ainda a tentar renegociar as condições comerciais com a CEPSA, se bem que os dois contratos anteriormente celebrados estão em vigor até 2009 e 2013.

» LUBRIFICANTES «

Os proveitos com a venda de lubrificantes aumentaram durante 2007 e face a 2006 (+17%), com especial destaque para Peniche, com uma variação de cerca de 1.200%, passando de 1.735,53 euros para 20.776,40 Euros no ano.
Renegociaram-se as condições comerciais com os diversos fornecedores, nomeadamente a existência de um rappel anual de 5% sobre o preço de custo total, o qual foi atingido no caso da SHELL – Lubrificantes.

» BATERIAS «

Verificou-se também uma evolução positiva nos proveitos com a venda de baterias face a 2006 (+9%), igualmente resultante do acréscimo de vendas em Peniche (+77%). A renegociação das condições comerciais com o fornecedor Autosil permitiu acordar um rappel anual por escalões, tendo-se obtido o desconto de 3% sobre o preço de custo total a nível nacional.

» EMBALAGENS «

Registou-se ainda um aumento muito significativo nos proveitos com a venda de embalagens para acondicionamento de pescado, nomeadamente caixas de esferovite e caixas isotérmicas, nas Delegações de Aveiro, Barlavento e Sotavento Algarvio, resultando num acréscimo de 86% comparativamente ao ano de 2006.

» GELO «

A venda de gelo cresceu 12%, ou seja, um aumento de 170.442 euros devido, essencialmente, ao acréscimo do volume do pescado transaccionado nas lotas (+13,7%) em relação ao ano de 2006.

» INSTALAÇÕES «

Os proveitos com a cedência de instalações são a principal componente comercial da empresa, mantendo-se relativamente estável nos últimos anos. A evolução positiva (+3%) resultou, sobretudo, da actualização anual do Tarifário da empresa que teve como base de referência precisamente 3%.

» ENTREPOSTOS FRIGORIFICOS «

Durante o ano de 2007 verificou-se uma quebra de 5% na actividade comercial dos Entrepostos Frigoríficos resultante da revogação dos contratos de armazenagem exclusiva com o INGA, nas Delegações de Matosinhos e Peniche, muito embora Matosinhos tenha conseguido captar novos clientes, que lhe permitiram superar as perdas com o INGA. As reduções efectivas ocorreram em Peniche (-13%) e em Lisboa (-4,5%).

Em termos de regime de armazenamento, verificou-se um crescimento de 20% no regime comum, devido a maior dinâmica do mercado. Em regime de exclusividade, a quebra foi de 22%, devido ao termo dos contratos de armazenagem com o INGA, conforme acima referido.

» OUTRAS ACTIVIDADES «

Esta rubrica registou um decréscimo de proveitos comparativamente ao ano de 2006 devido, essencialmente, à diminuição das reversões de ajustamentos de débitos de clientes, por utilização de provisões ou por recuperação de dívidas de cobrança duvidosa.
Foram ainda movimentados nesta rubrica os proveitos com a venda de documentação, cobrança à DGPA relativa ao crédito à sardinha, cedência de molde, venda de material reciclável e patrocínios, todos eles da responsabilidade dos Serviços Centrais.

Quanto à promoção e divulgação da empresa e prospecção de mercados e áreas de negócio, a DOCAPESCA participou nas feiras “Expomar”, em Olhão, “European Seafood Exposition”, em Bruxelas, “Alimentaria” em Lisboa e “Interpescas” em Aveiro.

Finalmente, e enquanto membro da Associação Europeia de Portos de Pesca e Lotas (**EAFPA**), a DOCAPESCA fez-se representar, pelo Conselho de Administração, na reunião anual, realizada na Noruega, de 12 a 15 de Setembro de 2007 e nas reuniões do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul (CCR.S) que decorreram no Funchal de 06 a 08 de Junho 2007 e em Santiago de Compostela de 22 a 24 de Outubro e no dia 06 de Novembro de 2007.

PROVEITOS OPERACIONAIS POR DELEGAÇÃO

Os proveitos da área comercial por Delegação evidenciaram uma evolução positiva em sete das dez delegações, com especial destaque para os acréscimos em Aveiro, Figueira da Foz e Sotavento Algarvio, superiores a 10%.

Por delegação a evolução foi a seguinte:

DELEGAÇÕES	2007	2006	DESVIO	
			-€-	-%-
Serviços Centrais	54.060,25	117.483,25	(63.423,00)	-54%
Viana do Castelo	89.952,84	84.913,06	5.039,78	6%
Póvoa de Varzim	456.009,41	464.488,88	(8.479,47)	-2%
Matosinhos	3.685.786,35	4.260.908,29	(575.121,94)	-13%
Aveiro	955.534,35	765.499,88	190.034,47	25%
Figueira da Foz	769.631,46	684.322,12	85.309,34	12%
Centro	998.094,85	987.187,06	10.907,79	1%
Centro Sul	2.982.249,47	3.158.725,16	(176.475,69)	-6%
Sines	498.489,12	490.140,35	8.348,77	2%
Barlavento Algarvio	962.946,99	922.199,63	40.747,36	4%
Sotavento Algarvio	657.252,66	576.034,47	81.218,19	14%
Total	**12.110.007,75**	**12.511.902,15**	**(401.894,40)**	**-3%**

As actividades comerciais que mais contribuíram para a evolução positiva das Delegações foram a venda de aprestos, de lubrificantes, de embalagens para pescado e de baterias.

As evoluções negativas registaram-se na Póvoa de Varzim, Matosinhos, Centro Sul e Serviços Centrais, estando essencialmente relacionadas com o decréscimo na venda de combustíveis e de comandos (Matosinhos e Póvoa de Varzim), serviços dos entrepostos frigoríficos (Centro Sul) e reversões de ajustamentos de clientes (Serviços Centrais).

INFORMÁTICA

Foi disponibilizada a funcionalidade de colocação de ordens de compra de pescado em lota, de modo a que não seja necessária a presença física do interveniente no leilão de pescado.

Na lota de Portimão, procedeu-se ao leilão de sardinha de qualidade extra, embalada em caixas de esferovite, valorizando assim este pescado, experiência que deverá ser aplicada a outras lotas e a outras espécies de pescado.

Procedeu-se a alterações profundas no equipamento de suporte ao sistema SAP, de forma a garantir um aumento na rapidez de processamento e uma maior segurança dos dados dessa aplicação.

Está implementada em toda a empresa uma nova política de segurança de dados no que respeita a detecção e eliminação de vírus, spams e outros intrusos informáticos ao sistema.

A factura de pescado está a sofrer uma profunda modificação de forma a melhorar o seu aspecto, agilizar a sua emissão e diminuir o gasto de papel, originando uma redução nos custos destes impressos.

Estão em curso alterações nas aplicações informáticas em conjunto com a Segurança Social, de forma a ser melhorado a troca de informações entre a Docapesca e esse organismo do estado, havendo ganhos significativos para ambos e maior fiabilidade.

Iniciou-se o estudo e implementação do Certificado de Compra em Lota, dando origem a alterações na aplicação de facturação a compradores em lota e instalação de pontos de emissão deste certificado nas principais lotas do país.

INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

» INVESTIMENTOS - ANO 2007 «

I – DESCRIÇÂO GERAL

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2007 foi executado com o envolvimento das Direcções da Sede. Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direcções da Sede e pelas Delegações, dentro das condições estabelecidas.

Em resumo, o Plano de Investimentos previsto e executado em 2007, definidos os Investimentos Específicos por Objectivos, foi o seguinte:

QUADRO I

MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS -Ano 2007

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização prevista em 2007	Realização efectiva em 2007	Realização em %
A - PORTOS DE PESCA, LOCAIS DE DESEMBARQUE E ABRIGOS	**4.736.571**	**2.973.180**	**62,77%**
A.1 - Melhoria das condições higio-sanitárias das Lotas e Entrepostos	104.839	0	0,00%
A.2 - Remodelação dos Armazéns de Comerciantes para cumprimento das regras sanitárias vigentes	1.922.630	1.229.241	63,94%
A.3 - Modernização e Apetrechamento das Instalações de Venda de Pescado	461.227	294.782	63,91%
A.4 - Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Descarga	197.876	3.000	1,52%
A 5 - Infraestruturas e Equipamentos de Conservação e (ou) Congelação e de Produção e Armazenagem de Gelo	1.950.000	1.446.157	74,16%
A 6 - Diversos	100.000	0	0,00%
B - DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA	**1.700.000**	**322.935**	**19,00%**
B.1 - Mercados, Plataformas Logisticas e outras Actividades	**1.080.000**	**141.970**	13,15%
B.2 - Comercialização e Valorização do Pescado	290.000	0	0,00%
B.4 - Aquicultura Interior e Off-Shore	80.000	0	0,00%
B.5 - Diversos	250.000	180.966	72,39%
TOTAIS Investimentos Especificos	**6.436.571**	**3.296.115**	**51,21%**
TOTAIS Investimentos Correntes	**1.560.249**	**966.052**	**61,92%**
TOTAL GLOBAL	**7.996.820**	**4.262.167**	**53,30%**

O Quadro I revela uma taxa de realização global de 53,3%, sendo 61,92% a taxa de execução do Plano de Investimentos Correntes e 51,21% a do Plano de Investimentos Específicos.

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 61,92%. No Quadro II apresenta-se, com detalhe, a realização por Órgãos Primários da Sede e por Delegação.

QUADRO II

MAPA RESUMO - PLANO DE INVESTIMENTOS CORRENTES
EXERCÍCIO 2007
(Por Delegações-Zonas e Sede

Designação	Plano Orçamental 2007	Realização Efectiva - (€	Realização Efectiva - (%)
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2007	1.560.249	966.051	62%
SEDE	129.295	70.895	55%
Conselho de Administração	2.000	872	44%
Apoio Jurídico	1.000	1482	148%
Depart. de Estatística	1.559	1104	71%
Direcção Comercial e de Marketing	17.110	5471	32%
Direcção Financeira	4.320	2847	66%
Direcção de Exploração	39.575	31219	79%
Direcção de Informática	55.400	24284	44%
Direcção de Infraestruturas e Manutenção	6.184	3548	57%
Direcção de Recursos Humanos	2.147	68	3%
* Delegações *	1.430.954	895.156	63%
Norte	*536.423*	*395.832*	*74%*
* Delegação de Viana do Castelo *	6.810	5165	76%
* Delegação da Póvoa do Varzim *	49.778	34616	70%
* Delegação de Matosinhos *	392.900	280976	72%
* Delegação de Aveiro *	86.935	75075	86%
Centro Norte	*208.937*	*129.397*	*62%*
* Delegação da Figueira da Foz *	61.775	44930	73%
* Delegação da Nazaré *	41.860	23405	56%
* Delegação de Peniche *	103.362	59263	57%
* Delegação de Cascais *	1.940	1799	93%
Lisboa	*4.530*	*125*	*3%*
* Delegação de Lisboa *	4.530	125	3%
Centro Sul	*479.901*	*237.669*	*50%*
* Delegação de Sesimbra *	125.544	58304	46%
* Delegação de Setúbal *	111.130	85414	77%
* Delegação de Sines *	243.227	93951	39%
Sul	*201.163*	*132.133*	*66%*
* Delegação do Barlavento Algarvio*	96.080	67333	70%
* Delegação do Sotavento Algarvio*	105.083	64800	62%

O nível de execução do plano de investimentos da Sede foi de 55%. Os principais desvios abaixo dessa média deveram-se à Direcção de Informática com 44%, dado que parte dos investimentos em software para a Direcção foram levados directamente às contas das Delegações a que esse software foi distribuído e ao facto de a página da Docapesca, com um valor previsto de 10.000 euros não ter sido desenvolvida por razões externas à Direcção. A Direcção Comercial e de Marketing registou 32% de execução em relação ao previsto por sub-utilização das verbas previstas em equipamento administrativo e na Remodelação do Restaurante, que não foi efectuada.

O nível de execução do Plano de Investimentos Correntes das Delegações foi de 63 %. As taxas de execução acima da média verificaram-se nas regiões Norte e Sul, respectivamente 74% e 66%. Destacam-se a Delegação de Matosinhos, com o maior esforço de investimento (280.976 €) e as Delegações de Aveiro e Setúbal com 86% e 77% de realização.

Tal como no ano anterior, o esforço de investimento incidiu mais na Recuperação e Beneficiação em Edifícios e Outras Construções, de que se destacam:

- Beneficiação parcial de Pavimentos das Lotas e Zonas de circulação (cais) das Lotas de Matosinhos e Sines e nos pavimentos das Lotas da Figueira da Foz e Setúbal
- Substituição parcial da cobertura da Lota de Matosinhos
- Intervenções parciais nas coberturas e pavimentos das zonas de circulação do Entreposto Frigorifico
- Intervenções nos Edifícios das Lotas da Zambujeira e Azenha do Mar

Destaca-se igualmente o Investimento em estruturas de Frio, de conservação de pescado fresco e produção de gelo nos Postos de Vendagem da Zambujeira e Azenha do Mar, parcialmente cofinanciado pela autarquia de Odemira.

Na Lota de Aveiro foram efectuados investimentos em equipamentos de apoio à descarga (gruas) e em equipamentos de Higienização e de Segurança.

B – INVESTIMENTOS ESPECIFICOS

Contrariando a tendência dos dois últimos anos, a taxa de realização material e financeira do Plano de Investimentos Específicos do Ano de 2007 aumentou, tendo-se registado 51,21% de execução em relação ao previsto

O Plano de Projectos Específicos definido para o Ano de 2007 procurava, por um lado, recuperar em boa parte os investimentos previstos em anos anteriores que haviam sido adiados por falta de aprovação dos dossiers de financiamento pelos Programas Comunitários de Apoio (FEDER, MARE e MARIS) e contava com a aprovação, em tempo útil, desses dossiers em 2006/7 pelas entidades competentes, o que em parte veio a acontecer.

Cerca de 37% do valor inscrito era materializado em dois projectos, Fábrica de Gelo e Mercado de 2ª venda no Porto de Pesca de Matosinhos, este último não financiado no âmbito do QCA III.

Não cofinanciáveis ou eventualmente financiáveis através do QCA IV, um conjunto de projectos, representando 1/3 do total previsto em investimentos específicos para 2007, apresenta um índice de realização muito baixo, porque a abertura de candidaturas ao QCA IV não abriu no 1º ano de aplicação do Quadro e porque a capacidade financeira da Empresa não permitiu, no caso dos projectos sem ajudas, que houvesse um desenvolvimento material e financeiro significativo.
Assim, os projectos que registaram uma evolução significativa e que permitiram o grau de execução de 51,21% foram todos os que, pertencendo ao III Quadro Comunitário de ajudas, haviam sido aprovados em 2006/7, designadamente, os Projectos de Modernização das Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado (vulgo Armazéns de Comerciantes de Pescado) dos Portos da Figueira da Foz, Peniche, Nazaré e Sesimbra; a Construção das Fábricas de Gelo de Matosinhos e de Sines e a Construção da nova Lota de Vila Nova de Milfontes.

A DOCAPESCA, contrariando o que se passou em anos anteriores, não dispôs em 2007 de nenhuma contribuição do PIDDAC 2007 para ajudas a Investimentos, apenas havendo execução do PIDDAC 2006.